

História, Cultura e Sustentabilidade do Vale do Mamanguape

livro paradidático para a
Educação Básica

Antônio Alberto Pereira
Ana Paula Bezerril Celestino
João dos Santos Silva
Paulo Benício Vicente
Marivaldo Wagner Sousa Silva

Mataraca

Bara da
Traição

Mamanguape

Marcação

Cúrral
de Cima

Itapororoca

Rio Tinto

Cuite
de
Mamanguape

Capim

História, Cultura e Sustentabilidade
do Vale do Mamanguape:
livro paradidático para a
Educação Básica



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras E Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

CONSELHO CIENTÍFICO

AJOSÉ MIGUEL DE ABREU (UC/PT)
MARIA AURORA CUEVAS-CERVERÓ (UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID /ES)
JOAN MANUEL RODRIGUEZ DIAZ (UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MANABÍ/EC)
JOSÉ MANUEL PEIXOTO CALDAS (USP/SP)
LETÍCIA PALAZZI PEREZ (UNESP/MARÍLIA/SP)
ANETE ROESE (PUC MINAS/MG)
ROSÂNGELA RODRIGUES BORGES (UNIFAL/MG)
SILVANA APARECIDA BORSETTI GREGORIO VIDOTTI (UNESP/MARÍLIA/SP)
LEILAH SANTIAGO BUFREM (UFPR/PR)
MARTA MARIA LEONE LIMA (UNEB/BA)
LIA MACHADO FIUZA FIALHO (UECE/CE)
VALDONILSON BARBOSA DOS SANTOS (UFCG/PB).

Antônio Alberto Pereira
Ana Paula Bezerril Celestino
João dos Santos Silva
Paulo Benicio Vicente
Marivaldo Wagner Sousa Silva
Organizadores

**História, Cultura e Sustentabilidade
do Vale do Mamanguape:
livro paradidático para a
Educação Básica**

Editora UFPB
João Pessoa
2020

Direitos autorais 2020 - Editora da UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de
14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no
artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico Editora da UFPB
Editoração Eletrônica e Rildo Coelho
Design da Capa

Ilustração de capa - Marivaldo Wagner Sousa Silva
Revisão ortográfica - Valnikson Viana de Oliveira

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

H673 História, cultura e sustentabilidade do Vale do Mamanguape: livro
paradidático para educação básica / Antônio Alberto Pereira...
[et al.], organização. - João Pessoa: Editora UFPB, 2020.
212 p.: il.

ISBN: 978-85-237-1481-8

1. Vale do Mamanguape – História. 2. Vale do Mamanguape -
Cultura. 3. Vale do Mamanguape - Sustentabilidade. 4. Vale do
Mamanguape – educação básica. I. Celestino, Ana Paula Bezerril.
II. Silva, João dos Santos. III. Vicente, Paulo Benicio. IV. Silva,
Marivaldo Wagner Sousa. V. Título.

UFPB/BC

CDU 94(813.3)

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I – s/n

João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
www.editora.ufpb.br
editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

AGRADECIMENTOS

Ao Vale do Mamanguape, por sua riqueza e seu valor imprescindíveis. Aos educadores do campo e indígenas que, ao longo dos anos, colaboraram com o projeto. De modo especial, aos educadores da Escola Municipal Manoel Soares de Oliveira, em Itapororoca - PB, e da Escola Indígena Maria das Dores, em Baía da Traição - PB, pelas contribuições durante a aplicação do livro paradidático na Educação Básica.

A todos os potiguara que concederam seus depoimentos: Caboquinho, Danieide, Dona Nilda, Gessé, Isaías, Joelma, Sanderline. A Maria Sônia Barbalho Macêdo, presidente da Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP), pelo apoio dado à nossa pesquisa. E ao artista popular Givanildo Farias, do município de Capim - PB.

À professora Daniela Maria Segabinazi, que nos ajudou a visualizar o percurso metodológico para o processo de criação deste livro, nossa gratidão.

À professora Socorro Silva que, com muito carinho, foi um apoio ao longo deste projeto e fez a linda apresentação deste livro.

À Angeluce, diretora do CCAE/UFPB, por incentivar nossa produção, viabilizar a publicação e prefaciá-la esta obra.

Ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Capim e Cuité de Mamanguape (SINSERCAP) que, através de

seu presidente, abriu suas portas e disponibilizou sua estrutura para reuniões.

A Gerlâne Pereira Batista, Gerente Regional de Ensino da 14ª GRE, por todo o apoio dado aos Encontros de Formação em Educação do Campo e Indígena do Vale do Mamanguape.

Às secretarias municipais de educação do Vale, em especial aos secretários municipais Augusto César Honório dos Santos (Capim - PB), Jhef Costa da Silva (Itapororoca - PB) e a Maria Verônica Mendes Damasceno (Jacaraú - PB).

A todos os educadores, alunos, bolsistas e voluntários que contribuíram para a concretização deste sonho coletivo. O material produzido irá possibilitar a mudança e o fortalecimento cultural na Educação Básica e, com certeza, será mais um instrumento para fortalecer uma educação libertadora e contextualizada.

SUMÁRIO

PREFÁCIO: ESPERANÇAR É PRECISO!.....09

Maria Angeluce Soares Perôncio Barbotin

APRESENTAÇÃO14

Maria do Socorro Silva

INTRODUÇÃO19

A Comissão Organizadora

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DO VALE DO MAMANGUAPE23

Estêvão Martins Palitot

Marivaldo Wagner Sousa Silva

Antonio Alberto Pereira

João dos Santos Silva

CAPÍTULO II

**MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: RELEVO, CLIMA,
VEGETAÇÃO E ÁGUANO VALE DO MAMANGUAPE91**

Paulo Benicio Vicente

Maria do Socorro Silva

Ana Maria Gomes

Ana Paula Bezerril Celestino

Maria Camila do Nascimento

CAPÍTULO III

CULTURA: EXPRESSÕES CULTURAIS

DO VALE DO MAMANGUAPE.....127

Gessé Viana da Silva

Maria José Nascimento de Andrade

Severina Maria dos Santos

Moama Lorena de Lacerda Marques

Rosicleide Silva Moreira

PARA NÃO TERMINAR 196

A Comissão Organizadora

REFERÊNCIAS 198

SOBRE AUTORES 205

PREFÁCIO

ESPERANÇAR É PRECISO!

Para iniciar essa importante conversa, tomando emprestada uma expressão de Boaventura de Souza Santos (1999)¹, digo que as pessoas envolvidas com a bela tarefa concretizada neste livro não são “acadêmicos/as conformados/as”. São mulheres e homens, docentes e discentes, indígenas e não indígenas que sabem empregar o verbo ESPERANÇAR, traçado pelo patrono da educação brasileira Paulo Freire.

A Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em 2006, “instalou-se” no Vale do Mamanguape, criando o seu Campus IV, que conta hoje com onze cursos de graduação presencial, dois cursos de graduação na modalidade EAD e três programas de pós-graduação, atuando pelo princípio da dissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Entre os anos de 2008 e 2018, a UFPB recebeu oitocentos e vinte e cinco estudantes indígenas, com trezentos e noventa e oito destes somente no Campus IV. Para além da importância da interiorização da universidade, é necessário

1 SANTOS, Boaventura de Sousa. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais: 1999. (Série Oficina do CES, n. 135).

registrar o papel de docentes, discentes e técnicos comprometidos/as com a construção de um saber emancipador, que se traduz em ações como o presente livro.

Foi a crença na possibilidade de uma educação libertadora, acompanhada por uma ação obstinada em contar a história numa perspectiva emancipadora, que conduziu o grupo envolvido com a construção do livro *História, Cultura e Sustentabilidade do Vale do Mamanguape: livro paradidático para a Educação Básica*. Neste trabalho, educadores e educadoras da educação básica encontrarão reflexões que permitem reconstruir a história sob outra perspectiva, aquela dos povos originários. Também encontrarão sugestões de atividades didáticas (fruto de experiências vivenciadas pelo grupo aqui envolvido) que podem ser desenvolvidas com os/as aluno/as no seio de seu território, o Vale do Mamanguape. As relações dos povos originários com o meio ambiente e as suas expressões culturais, que resistem até hoje, são elementos necessários para acreditarmos que um mundo melhor é possível, e encontrarmos a coragem e a forma de sua construção.

É ESPERANÇOSO pensar que o trabalho que temos em nossas mãos é parte da concretização da função social de nossas universidades, daquela “Universidade Necessária”, discutida e defendida por Darcy Ribeiro (1969)². O trabalho aqui desenvolvido rompe com o papel “tradicional” da universidade que, “inconsciente de si mesma e da sociedade a qual serve”, segue sua trajetória na manutenção do *status quo*.

2 RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 1969.

Assim sendo, temos aqui a ideia de “crescimento autônomo” guiando os passos da equipe que construiu esse livro, e esperamos que essa ideia guie os passos dos/as docentes que terão a desafiadora tarefa de experimentar a prática pedagógica aqui proposta, objetivando fortalecer um modelo de desenvolvimento autônomo. Nos dias atuais, se faz muito necessário, ainda inspirado por Darcy Ribeiro (1969), dizer, para nós universitários/as, que a política do desenvolvimento autônomo exige de todos nós “o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade nacional como em relação à universidade”.

Ao viver a experiência da leitura desse livro, verificamos que docentes e discentes, indígenas e não indígenas fizeram essa construção imbuídos dessa intencionalidade, de construir um saber libertador, emancipador, que gere autonomia. Dessa forma, o Vale do Mamanguape é pensado, refletido, a partir do próprio Vale, a partir dos saberes das pessoas que constroem esse território.

A construção desse livro permite também problematizar o aspecto eurocêntrico da “modernidade” que, ao pretender universalizar suas conquistas, o faz sem reconhecer as diferenças de grupos, “obrigando” a todos a entrarem no jogo ou a serem excluídos dele. Essa colonização não permite enxergar o outro como um “outro possível”, mas apenas como “um outro” que deve ser assimilado para a manutenção do sistema. Como bem reflete Enrique Dussel (2005)³, na luta por hegemonia, a Europa universaliza sua história e

3 DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). *En libro: A colonialidade do saber - eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). p. 55-70. Disponível em:

sua cultura, como se esta sempre tivesse sido o centro e, desta forma, “constitui todas as outras culturas não europeias como sua periferia”.

Portanto, desconstruir essa forma eurocêntrica de contar a história e ensinar é uma das grandes contribuições que o presente livro traz. Considero que temos aqui um exercício de ruptura com a colonialidade que, como refletido por Anibal Quijano (2005)⁴, tem uma relação intrínseca com a consolidação da modernidade, não significando um fenômeno datado, mas antes uma disposição que continua a permear as relações entre colonizadores e colonizados, multiplicando-se nas relações internas de cada país colonizado.

Então, finalizando nossa conversa, para que você avance na leitura deste livro e no exercício prático de romper com uma forma colonial de construção de saberes, dando outros passos na direção de uma prática pedagógica libertária e emancipadora, agradeço imensamente a oportunidade de tecer essas palavras iniciais, a partir da leitura do livro que materializa um belo trabalho, fruto de educadores e educadoras comprometidos/as com a construção de um mundo melhor.

Que a acomodação não tenha lugar em nossas vidas!

Sigamos na construção desse mundo com mais justiça social, lembrando, como reflete o já mencionado Boaventura de

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

⁴ QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *En libro: A colonialidade do saber - eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). p. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

Sousa Santos (1999), que “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
Diretora do CCAE/UFPB
Professora doutora do DCSA/CCAЕ/UFPB

APRESENTAÇÃO

Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando os caçadores.
(Provérbio Africano)

A epígrafe retrata minha gratidão, alegria e inquietação com a responsabilidade de ser convidada para apresentar este livro. Ele nasceu da necessidade de professores/as da Educação Básica das aldeias potiguaras e dos sítios para pensar a história do Vale do Mamanguape, juntando a Educação do Campo e a Educação Indígena para falar desta territorialidade, sua cultura, sua vida. Deste desejo, emerge a produção de *História, Cultura e Sustentabilidade do Vale do Mamanguape*, relevante trabalho para ser estudado, lido e refletido nas escolas básicas dos povos daquela região.

A intencionalidade, o itinerário de construção e o material elaborado retratam o que nosso saudoso Paulo Freire denomina de “beleza e decência na educação”, pois a beleza é uma construção compartilhada eticamente por todos/as, precisando ser conquistada a cada momento, a cada decisão, por meio de experiências, atitudes capazes de criar e recriar o mundo. Nesse processo de escritura coletiva, estudantes e professores/as indígenas e camponeses passaram por grande aprendizado.

A belíssima capa, que registra o território Potiguara com a marca identitária de suas pinturas – com urucum – ou com seu artesanato, já se constitui um convite para a leitura. A territorialidade do Vale do Mamanguape se distribui ao longo dos rios Camaratuba, Mamanguape, Sinimbu, Jacaré, Grupiúna, Silva e Vermelho, o que explicita a importância das águas na vida de seus povos, na construção de suas culturas. O próprio povo potiguara, ao se situar próximo aos rios, riachos ou córregos, possibilita o desenvolvimento de uma economia doméstica baseada na lavoura, na pesca, na coleta de crustáceos e moluscos, na criação de animais em pequena escala e no extrativismo vegetal. As concentrações urbanas nos espaços da Baía da Traição, do Rio Tinto e da Marcação são definidas pelas contradições e pelos conflitos dos diferentes processos de invasão do seu território por usineiros e latifundiários ao longo da história até os dias atuais, e mais recentemente pela especulação imobiliária.

Tal lugar foi onde se situou o povo potiguara, para realizar este processo de reflexão e escrita coletiva, de lugares de história e de memória, com disputas pelas lembranças e pelos esquecimentos impostos nas interações com os colonizadores (portugueses, franceses, holandeses) e com os grupos empresariais nos tempos atuais (Cia de Tecidos Rio Tinto, Usina Mirirí e Usina Japungu, Monte Alegre e D'Pádua). Portanto, a luta pela defesa da Terra - como mãe e provedora da vida e da subsistência de indígenas e não indígenas - marca toda esta narrativa.

O itinerário de escritura do livro requisitou diferentes espaços e tempos de escuta e de diálogo com os anciãos, as lideranças, os/as educadores/as e outros parceiros. Nessas idas e vindas, foi

se organizando os capítulos que, necessariamente, não têm uma sequência cronológica, linear, apostando-se numa perspectiva pluriversal de abordagens dos fatos históricos, dos sujeitos históricos, nos quais há um entrelaçamento entre a natureza, a produção, as culturas, as crenças, as festas,

No primeiro capítulo, narra-se a *História do Vale do Mamanguape*, do contato interétnico com diferentes relações, estratégias, políticas que foram ressignificando práticas e formas de vida, da luta contra a opressão dos colonizadores, da organização em aldeamentos tutelados por missões religiosas à expansão da agroindústria canavieira, das situações de conflitos e da conquista significativa de retomada de territórios, da demarcação de suas terras ou da luta por políticas sociais, dentre estas a Educação Indígena e a Educação do Campo.

No segundo capítulo, *Meio Ambiente e Sustentabilidade: relevo, clima, vegetação e água no Vale do Mamanguape*, os/as autores/as nos conduzem no território daquela localidade, ao mostrar suas águas, suas terras, suas matas, sua produção, e como a chegada dos colonizadores no período do Brasil Colônia ou nos tempos atuais foi interferindo na forma de produzir, cultivar, criar, na pesca dos peixes, camarões e mariscos, enfim, na relação com a Mãe Terra na busca da subsistência da família e do bem estar da comunidade. Espaços produtivos importantes que aparecem neste capítulo são os terreiros e os sítios. São áreas localizadas ao redor das casas onde são criados pequenos animais e são cultivadas plantas medicinais, temperos, fruteiras e, ocasionalmente, lavouras, espaços que expressam a presença da agricultura familiar e o abastecimento das feiras locais.

No terceiro capítulo, *Culturas*, os/as autores/as nos levam a refletir de que maneira nos constituímos como seres de cultura, seres da história, à medida que, ao olhar nossa cultura, estamos olhando para nós mesmos. Assim, os festejos religiosos (o que evidencia um processo de interação, ressignificação de rituais e crenças da comunidade, embora a maioria das festas tenham relação com os processos de plantações e colheitas, o que expressa sempre uma relação com a natureza e o trabalho) ou as comemorações identitárias dos potiguaras (que expressam suas cosmovisões, como o ritual do Toré, as pinturas corporais, o artesanato) evidenciam uma multiculturalidade no Vale do Mamanguape, que necessita ser registrada e respeitada.

A escrita finaliza com o registro de brinquedos e brincadeiras como uma expressão de memória e diálogo com os objetos lúdicos infantis ao longo da história fundante para o processo de constituição das crianças e dos adolescentes, lembrando também que a aldeia e o território são espaços de sociabilidade e de educação, com os eventos sociopedagógicos acontecendo, por exemplo, a caminho do roçado, na mata, no rio, enquanto se praticam as atividades rotineiras, pois se aprende fazendo.

Muitas leitoras e leitores vão se reconhecer nos registros e nas reflexões aqui propostos, muitos vão se inspirar para trazer a autoria de outros sujeitos que precisam ter sua história, sua vida, sua cultura e seu território visíveis, pulsantes, potentes. Fiz a leitura embalada no pensamento de que, se a utopia é o lugar que (ainda) não existe, sendo o mundo que queremos e devemos criar, saímos deste livro absolutamente tomados pelo esperar de que podemos

ter um mundo melhor, e que precisamos tê-lo nas nossas escolas
campesinas e indígenas.

Quero ler de novo e espero que você também!

Cariri Paraibano, noite quente em novembro de 2019.

Maria do Socorro Silva
Professora doutora da UFCG vinculada ao CDSA, na UAEDUC
Lider do NUPEFORP e professora do PPGE - UFCG.

INTRODUÇÃO

O educador não parte de zero, mas das fontes culturais e históricas, de algo bem seu, da alma mesmo do seu povo... Partíamos de uma posição radical: a de recusa de qualquer tipo de solução ‘empacotada’ ou pré-fabricada, a qualquer tipo de invasão cultural, clara ou manhosamente escondida.

Paulo Freire em *Cartas à Guiné-Bissau*
(1978, p. 16)

O Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) do Campus IV da UFPB está localizado no Vale do Mamanguape, no litoral norte da Paraíba. Trata-se de um território essencialmente camponês/indígena, desprovido de desenvolvimento industrial, devastado pela presença maciça da monocultura da cana de açúcar, que provocou a destruição de recursos naturais, o desmatamento, o empobrecimento do solo, a baixa produtividade e o alto índice de desemprego. Grande parte da população trabalha nas usinas, plantações de abacaxi, fazendas ou nos sítios, mantendo vínculo com o campo.

Trata-se de uma realidade majoritariamente camponesa/ indígena. No tocante à educação, mais de 70% das escolas do Ensino Fundamental estão localizadas na zona rural e nas aldeias (CENSO ESCOLAR 2012). Nesse território, vive o povo potiguara desde antes da invasão europeia, atualmente constituindo uma

população de dezenove mil indígenas distribuídos em trinta e duas aldeias, com aproximadamente trezentos jovens frequentando as universidades. De acordo com o diagnóstico elaborado através de nossos projetos de extensão, em grande parte das escolas, não existe Projeto Político Pedagógico, Currículo Contextualizado e materiais didáticos adequados para atender a essa realidade, havendo apenas iniciativas isoladas elaboradas e executadas por algumas escolas.

Ao longo de tantos anos de extensão, andando por estradas de chão batido, assistindo à agonia da mata atlântica norte (atualmente resta apenas 8% dela), passando por rios assoreados, assistindo aterrorizados às queimadas dos canaviais clareando as noites do vale e destruindo o ecossistema, caminhando pelas feiras livres, pelos manguezais poluídos, visitando escolas, conversando com anciãos potiguaras, alunos/as, professores/as, presenciando rodas de Toré etc., fomos consolidando, em nosso grupo de pesquisa e extensão, a convicção de que não se pode educar sem conhecer e compreender o território da educação. Um território indígena, camponês, devastado pela monocultura da cana de açúcar; um território que guarda a cultura, embora ameaçada, de um povo potiguara guerreiro, que resistiu a tantas lutas dos invasores de ontem e de hoje: este é o território da educação.

Considerando tal realidade e a falta de materiais didáticos adequados para atender às demandas desse território, decidimos empreender a produção de um livro paradidático que contribuía para que professores/as do campo e professores/as indígenas ajudem seus alunos/as a compreender a realidade em que vivem. De acordo com Paulo Freire, leitura da palavra e leitura do mundo caminham juntas. Este livro é resultado de uma produção coletiva construída

por professores/as do campo e professores/as indígenas, todos da educação básica, bem como com a participação de estudantes indígenas e não indígenas, um resultado de quatro anos de pesquisa.

Nesse período de estudos, realizamos cinco encontros de formação com professores/as do campo e professores/as indígenas do Vale do Mamanguape. Tais encontros sedimentaram em nós a necessidade imperiosa de juntar educadores/as do campo e educadores/as indígenas para pensarmos juntos a educação do Vale do Mamanguape. Embora conscientes das especificidades da Educação do Campo e da Educação Indígena, partimos da convicção de que o processo de libertação precisa ser coletivo, pois “ninguém liberta (educa) ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam (se educam) em comunhão mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2003, p. 68). O mundo aqui é o território do Vale do Mamanguape, visto em todas suas dimensões: histórica, social, cultural, política, econômica, ecológica e ambiental.

A construção teria que ser coletiva, tomando os/as professores/as como sujeitos protagonistas. Na realidade, eles/as conhecem muito melhor o território da educação. Nossa pesquisa partia de um princípio básico da educação popular: “qualquer ser humano é, em si mesmo, e por si mesmo, uma fonte original e insubstituível de saber; de um saber de partilha onde o objeto de pesquisa é tratado como co-sujeito da investigação” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 13). Uma pesquisa em que o ato de pesquisar-ensinar-aprender faz parte do mesmo processo de conhecer-intervir-transformar a realidade. Uma pesquisa entendida como um instrumento científico, político e pedagógico de conhecimento.

Temos certeza de que este livro é apenas o começo. Outros livros virão, outros/as autores/as se apresentarão, outros materiais didáticos serão construídos, sempre coletivamente, a partir da pedagogia do oprimido, a partir da educação como prática de liberdade, da pedagogia da autonomia, a partir da necessidade imperiosa de que cada um de nós temos de nos tornarmos sujeitos de nossa própria história. E Paulo Freire continuará sendo sempre o nosso mestre inspirador: “a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (FREIRE, 2003, p.38).

A comissão organizadora

CAPÍTULO I

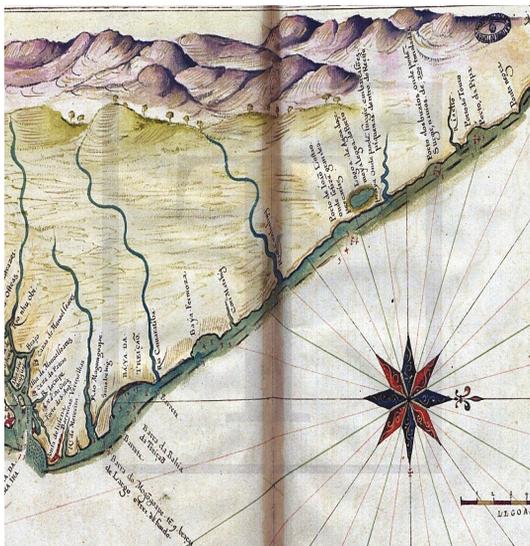
Estêvão Martins Palitot
Marivaldo Wagner Sousa Silva
Antonio Alberto Pereira
João dos Santos Silva

HISTÓRIA DO VALE DO MAMANGUAPE

Figura 1: Costa da Paraíba e Baía da Traição. Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brasil.

Manuscrito colorido de João Teixeira Albernaz, de 1640.

Original na Torre do Tombo, em Lisboa.



Fonte: <https://www.historia-brasil.com/mapas/atlas-1640.htm>

OS POTIGUARA, UM POVO TUPI

Os primeiros desta língua se chamão Potyguaras, senhores da Parahyba, trinta léguas de Pernambuco, senhores do melhor pau do brasil e grandes amigos dos franceses, e com elles contratarão até agora, casando com eles suas filhas

Fernão Cardim em *Tratados da terra e gente do Brasil*
([1583-1590] 1980, p. 101)

Os povos de língua e cultura Tupi ocupavam todo o litoral do Brasil desde São Paulo até o Ceará, beneficiando-se dos recursos ecológicos das áreas de Mata Atlântica e manguezais nos estuários dos rios.

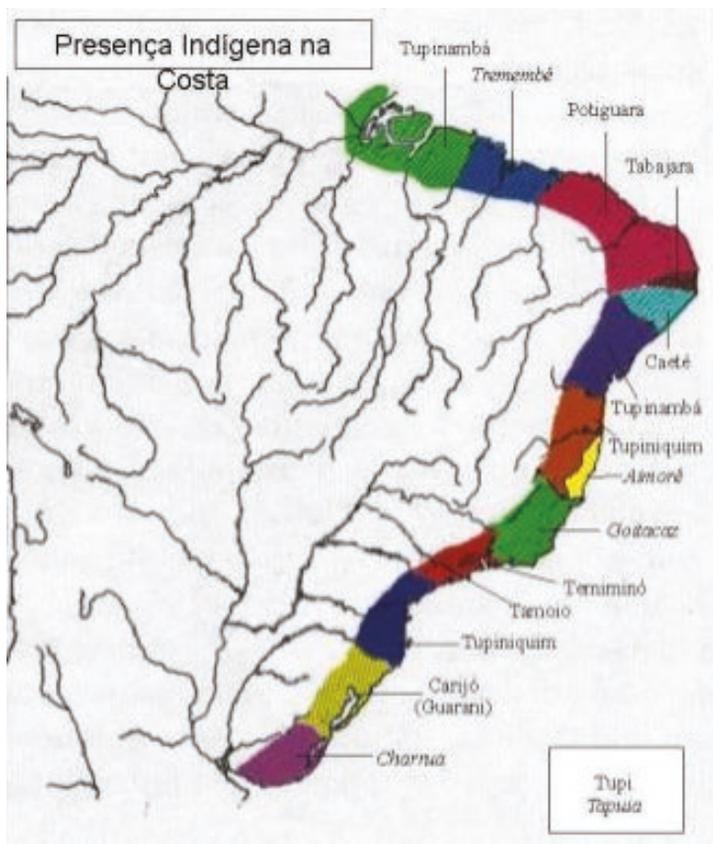
Tabela 1: Povos Tupi.

Tupinambá	Potiguara
Tupiniquim	Tabajara
Tupinaê	Tememinó
Caeté	Tamoio
Aricobé	Amoipira

Fonte: Elaborado pelos autores.

O grupo indígena Potiguara dominava a costa desde a Paraíba até o Ceará. No território paraibano, sua principal concentração estava ao longo dos vales dos rios Mamanguape e Camaratuba, desde a Baía da Traição até a Serra da Copaoba (a região hoje conhecida como Brejo Paraibano).

Figura 2: Mapa da distribuição dos povos Tupi na costa do Brasil.



Fonte: Adaptado de Carlos Fausto (1992).

A INVASÃO EUROPEIA

As navegações europeias eram movidas por dois interesses, um prático e o outro ideológico. O primeiro era de natureza mercantil, configurando-se na busca por encontrar e dominar novos territórios que garantissem a extração de mercadorias que rendessem altos lucros na Europa. Já o segundo era a expansão da religião católica que, naquela época, estava em concorrência com os muçulmanos e os protestantes.

Figura 3: Mapa do Brasil em 1556, por Giovanni Battista Ramusio.



Fonte: <http://geonauta.com.br/aconteceu-virou-aula/mapa-do-brasil-1556-giovanni-battista-ramusio/213>

O interesse mercantil se voltava para muitos produtos (especiarias, ouro, escravos, animais exóticos, madeiras nobres etc.). Durante as primeiras décadas da invasão, uma das coisas que justificava a presença dos estrangeiros em terras da América Portuguesa era a exploração e o tráfico do pau-brasil⁵.

Os marinheiros franceses foram os primeiros a explorar o litoral norte paraibano. Já no começo do século XVI, eles frequentavam as costas do Brasil em busca da madeira de tinturarias, o pau-brasil, que foi, por muito tempo, o único objeto comercial de importância que atraía os corsários franceses.

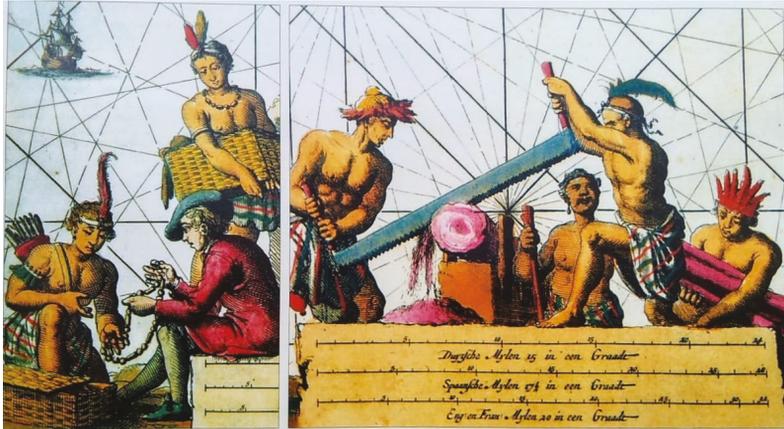
Figura 4: Árvore de pau-brasil.



Fonte: Acervo do pesquisador José Mateus Alexandre.

5 O pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), também chamado de pau-de-pernambuco, arabutã, ibirapitanga, pau-rosado e pau-de-tinta é uma árvore leguminosa nativa da Mata Atlântica, no Brasil. Sua madeira avermelhada era utilizada para a extração de corantes para tecidos e a fabricação de instrumentos musicais. Possivelmente seu nome vem da sua madeira vermelha como brasa

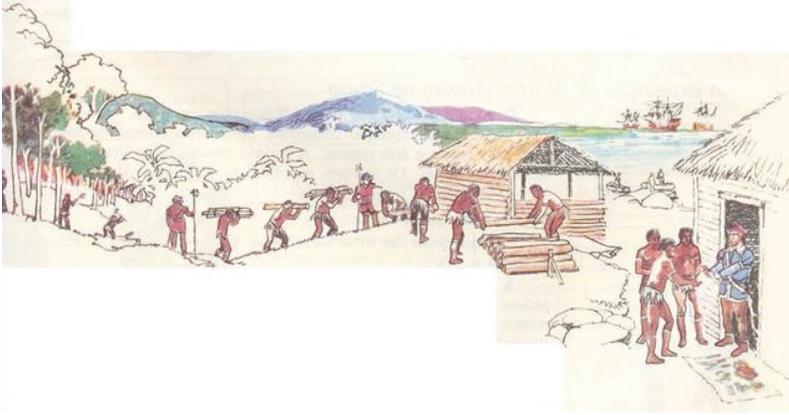
Figura 5: Detalhe do Atlas Zee-Fakkel. Johannes van Keulen. 1683
Carta náutica da costa do Ceará, Rio Grande e Paraíba
(Claes Jansz Vooght).



Fonte: Oliveira (2007, p. 49).

Contexto no qual ocorreram os primeiros contatos dos potiguaras com os colonizadores europeus foi marcado pelo estabelecimento de relações comerciais, guerras e deslocamentos populacionais. Franceses e portugueses disputavam o comércio de pau-de-tinta com os nativos e as oportunidades de estabelecimento de feitorias e núcleos coloniais. As feitorias eram armazéns fortificados próximos ao mar onde representantes comerciais europeus acumulavam mercadorias (pau-brasil, algodão, animais exóticos, escravizados, resinas vegetais) para embarcar nos navios.

Figura 6: Deflorestação e carregamento do pau-brasil.



Fonte: <https://jchistorybrasil.webnode.com.br/album/economia-e-sociedade-no-brasil-colonial/feitoria-jpg/> Beltrame (1978,p. 79)

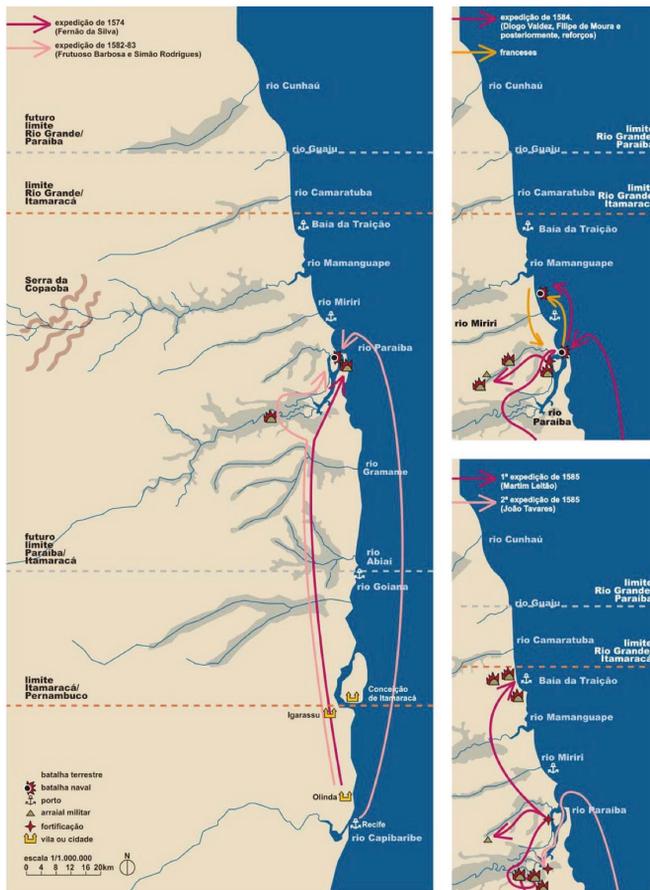
Até a década de 1570, a ocupação colonial portuguesa restringia-se ao núcleo de Pernambuco e Itamaracá, e suas relações com os indígenas avançavam e recuavam de acordo com as mudanças econômicas provocadas pela expansão da lavoura canavieira e da procura por escravos (GONÇALVES, 2003).

O povo Potiguara, habitante da Baía da Traição e da Serra da Copaoba, representava o principal obstáculo para o avanço da cana-de-açúcar nas terras ao norte de Pernambuco, e oscilava a sua disposição nas relações comerciais com os portugueses e os franceses. Uma legião de *mamelucos*, indivíduos mestiços, nascidos de relações entre marinheiros e índias, e criados em meio às feitorias, percorria as várias aldeias, estreitando os laços que uniam cada vez mais os dois universos: o indígena e o colonial. O famoso episódio da “Tragédia de Tracunhaém” (1574), tido como o precursor imediato do avanço

português sobre o território Potiguara e da consequente fundação da Capitania Real da Parahyba, revela exatamente esse mundo da expansão colonial, de interesses, fronteiras, alianças móveis e fugidias.

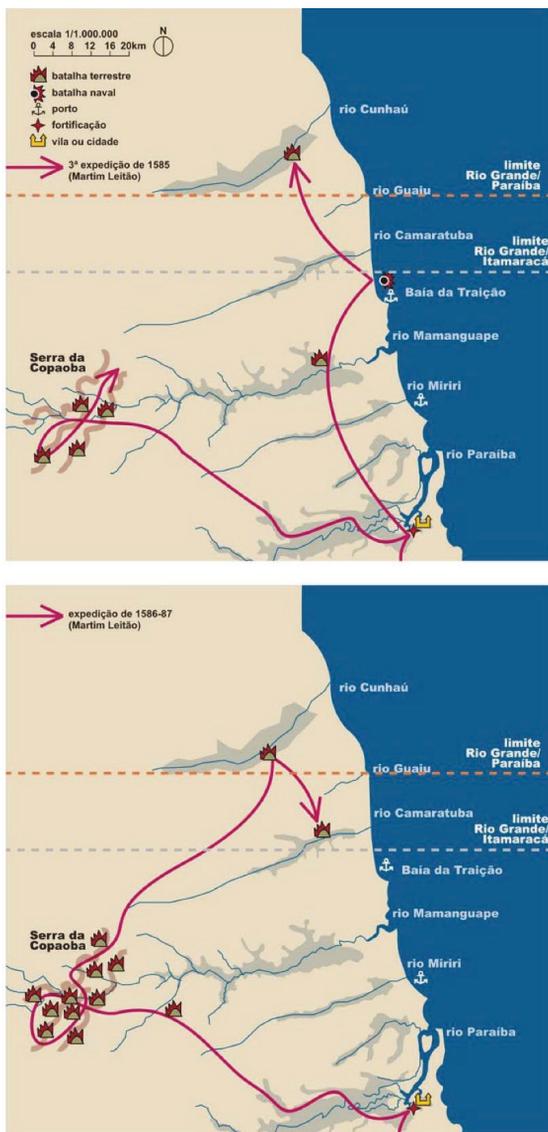
Os mapas a seguir evidenciam os movimentos da guerra de conquista da Parahyba e os ataques às diversas aldeias dos potiguaras na Baía da Traição e na Serra da Copaoba.

Figura 7: Criação da Capitania da Paraíba, guerras de conquistas (1574-1585) - Expedições em 1574 e 1582; expedição de 1584; expedições de 1585.



Fonte: CARVALHO. 2008. P. 45.

Figura 8: Criação da Capitania da Paraíba, guerras de conquistas (1585-1587) - Terceira expedição de 1585; expedição de 1586-87.



Fonte: CARVALHO. 2008. P. 46.

Sugestões de atividades

1. Fazer uma pesquisa sobre a “Tragédia de Tracunhaém”.
2. Fazer uma visita de campo à Aldeia Forte dos potiguara e ao Forte de Cabedelo.
3. Entrevistar anciãos potiguaras sobre o porquê do nome de “Baía da Traição”. Quem são os traidores?
4. Pesquisar o significado de “Akajutibiró”, antigo nome da Baía da Traição.

A GUERRA HOLANDESA NO TERRITÓRIO POTIGUARA

Figura 9: ÍNDIO TUPI.



Fonte: Pintura de Albert Eckhout (Século XVII)

ÍNDIO Tupi. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br>>

itaucultural.org.br/obra14528/indio-tupi>. Acesso em: 29 de Mar. 2020.
Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

No ano de 1625, fracassou a tentativa de ocupação holandesa na Bahia. Em fuga para a Europa, a esquadra de holandeses aportou na Baía da Traição para se reabastecer de víveres, água e lenha. Nessa época, os potiguaras viviam sob o domínio de uma feitoria portuguesa. Apesar disso, os índios receberam amigavelmente os trinta e quatro navios da esquadra e seus mais de seiscentos tripulantes. Além de auxiliar nas necessidades dos holandeses, o povo Potiguara se uniu a eles em ataques às posições coloniais portuguesas nos rios Mamanguape e Camaratuba. A reação portuguesa foi rápida e a esquadra partiu em poucos dias, levando junto um grupo de líderes daquela tribo, entre os quais estavam Gaspar, Antônio Paraupaba e Pedro Poti. Os potiguaras que ficaram na Baía da Traição foram massacrados e escravizados pelos portugueses (HULSMAN, 2006, p. 42).

A comitiva de indígenas que foi para a Holanda foi bem tratada e recebeu instrução escolar e religiosa durante cinco anos, convertendo-se ao protestantismo calvinista e empregando-se na WIC, a Companhia das Índias Ocidentais, empresa privada responsável por efetivar a invasão, a ocupação e a administração do que viria a ser conhecido como o “Brasil Holandês”. Esses líderes foram fundamentais para o desempenho dos holandeses no país, compartilhando informações estratégicas valiosas e convencendo metade da população Potiguara a tomar o partido dos holandeses.

A outra metade dos potiguaras, já tendo adotado a religião católica, ficou do lado dos portugueses, sendo liderada por Felipe Camarão, primo de Pedro Poti. Durante as intensas guerras desse

período, merecem destaque as cartas que os primos trocaram entre si, defendendo os seus respectivos aliados europeus e convidando um ao outro a mudar de lado e abraçar a verdadeira fé. Um detalhe importante é que as cartas foram escritas na língua Tupi, demonstrando como os potiguaras eram habilidosos em se apropriar dos elementos culturais europeus (escrita, armas, religião) e usá-los em benefício próprio.

Carta de Pedro Poty Potiguara ao seu parente Felipe Camarão, chefe dos índios que lutaram em favor dos portugueses:

“Ficai sabendo que serei um soldado fiel aos meus chefes até morrer. Vivemos mais livremente do que qualquer um de vós. Jamais se ouviu dizer que os holandeses tenham escravizado algum índio ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos. Por outro lado, em todo o país se encontram os nossos parentes escravizados pelos perversos portugueses e muitos ainda estariam se eu não os houvesse libertados. Os ultrajes que nos tem feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Baía da Traição ainda estão bem frescos em nossa memória. Abandonai, primo Camarão, esses perversos e perigosos portugueses e vinde juntar-vos conosco. Formaremos uma força respeitável e expulsaremos esses trapaceiros e traidores”. Fernandes de Lima (1990)

Em fevereiro de 1649, durante a Segunda Batalha dos Guararapes, Pedro Poti caiu prisioneiro dos portugueses, sendo torturado na intenção de que abandonasse sua fé protestante e adotasse o catolicismo para, desta forma, levar outros potiguaras a se submeterem à religião e ao poder dos portugueses. Morreu no oceano Atlântico a bordo de um navio enquanto era conduzido para ser julgado em Portugal. O sofrimento e a execução de Pedro Poty são registrados por Fernandes de Lima, baseando-se na descrição de Antônio Paraupaba. Diz o historiador paraibano:

Correram os tempos e em janeiro de 1654 os holandeses foram expulsos do Brasil. Em agosto desse mesmo ano, Antonio Paraupaba foi para a Holanda.

Formulou o chefe indígena dois memoriais sobre a situação dos índios após a expulsão dos holandeses.

Em um deles, narra o martírio e o heroísmo de seu companheiro Poty, afirmando: ‘Pedro Poty, Regedor dos índios da Paraíba (da infeliz nação), tendo caído prisioneiro dos portugueses a 19 de fevereiro de 1649 na segunda batalha dos Guararapes, foi barbaramente tratado por aqueles algozes, excedendo as crueldades perpetradas para consigo, as mais desumanas que se possa imaginar. Era constantemente açoitado, sofreu todas as espécies de tormentos, foi atirado preso por cadeia de ferros nos pés e nas mãos, a uma escura enxovia, recebendo por alimento unicamente pão e água, e realizando ali mesmo durante seis longos meses as suas necessidades naturais.

Resultou daí, que, decorrido os seis meses, vendo aqueles sanguinários que de um ânimo tão firme nada se podia conseguir por meio de torturas ou promessas de honra, cargo nem fortuna, tiram-no do escuro subterrâneo onde tanto sofrera, sob o pretexto de mandá-lo à Bahia, mas cujo plano era matá-lo, cruelmente, o que depois concretizaram. Fernandes de Lima (1990).

Esquecimento e resgate - Acerca da omissão da maioria dos historiadores sobre a presença marcante de Poty na fase da ocupação holandesa, Fernandes de Lima assinala:

Pedro Poty, considerado herege, apóstata, sujeito na época às penas da inquisição por aceitar uma religião repudiada pelos que defendiam a colonização portuguesa, não poderia merecer a devida consideração pelos historiadores de antanho quase sempre propensos a exaltar o poder triunfante. Fernandes de Lima (1990)

Outro prestigiado historiador paraibano, Horácio de Almeida, registra:

Pedro Poty, natural da Baía da Traição, esteve na Holanda até 1631, tendo recebido aprimorada educação, tanto no conhecimento da língua, que falava e escrevia corretamente, como no da religião reformada, do qual se tornou fervoroso adepto. Horácio (1980)

Figura 10: Aldeamento missionário e tropa de índios com bandeira holandesa (Cerca de 1640)



Fonte: MARCGRAF, Georg. Praefecturae de Paraíba et Rio Grande, detalhe, reproduzido a partir de BLAEU (2006, p. 206-207).

OS ALDEAMENTOS MISSIONÁRIOS

Figura 11: Representação das ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo (Baía da Traição) feita pelo artista plástico Eduardo Verderame.



Fonte: Blog do artista. Disponível em: <https://everderame.wordpress.com/ruinas-e-outras-igrejas-2010/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

Após a expulsão dos holandeses, a imensa população indígena da costa da Paraíba e do Rio Grande do Norte foi reunida

em aldeamentos missionários católicos ao longo do litoral, de modo a ocupar, estrategicamente, uma fronteira oceânica com postos de observação e milícias indígenas armadas, além de fornecer mão-de-obra barata aos empreendimentos canavieiros e extrativistas.

No Vale do Mamanguape, atuou a ordem Carmelita, que administrou os aldeamentos de São Miguel da Baía da Traição e Nossa Senhora dos Prazeres da Preguiça, E depois Vila Monte-Mór, que reuniu, inicialmente, indígenas potiguaras de língua Tupi - conhecidos como *Caboclos de Língua Geral*. Cada uma dessas aldeias recebeu uma doação de terras em Sesmaria de quatro léguas quadradas destinada ao sustento das famílias indígenas.

Depois de 1760, esses aldeamentos receberam contingentes de índios tapuias, transferidos de Boa Vista (Kanindé e Xukuru), Campina Grande (Ariús) e Fagundes (Kariri), sendo elevados à categoria de Vilas Civis.

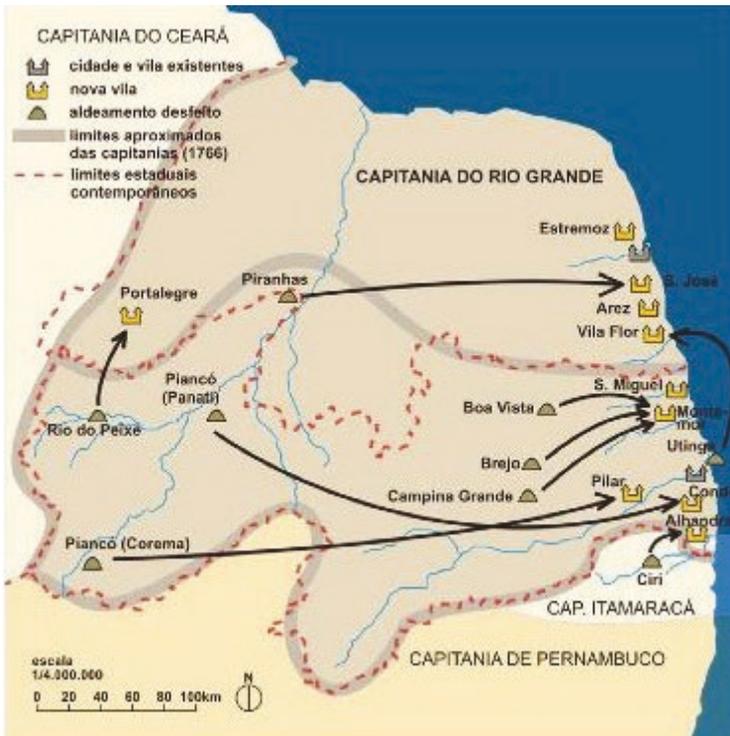
Quadro 1: Transferência dos aldeamentos de/para a Paraíba (1761-1763), quando da criação das vilas de índios.*

Aldeamento	Nação	Destino	Fonte
Baía da Traição (PB)	Tupi	elevada a V. S. Miguel	BNRJ, LIVRO, p. 191
Preguiça (PB)	Tupi	elevada a V. Monte-mor	BNRJ, LIVRO, p. 191
Taipu (PB)	Cariris	elevada a Vila do Pilar	BNRJ, LIVRO, p. 191
Jacoca (PB)	Tupi	elevada a Vila do Conde	BNRJ, LIVRO, p. 191
Arataguí (PB)	Tupi	elevada a V. Alhandra	BNRJ, LIVRO, p. 191
Ciri (PE)	Tupi	Alhandra (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Utinga (PB)	Tupi	Vila Flor (RN)	LOPES, 2005, p. 159
Boa Vista (PB)	Canindé e Sucurus	Monte-mor (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Campina Grande (PB)	Cavalcante	Monte-mor (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Piranhas (PB)	Pega	S. José do Mipibu (RN)	LOPES, 2005, p. 150
Brejo (PB)	Fagundes	Monte-mor (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Piancó (PB) (1)	Panati	Jacoca (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Piancó (PB) (2)	Corema	Pilar (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Rio do Peixe (PB)	Icó pequeno	Portalegre (RN)	MEDEIROS, 2007, p. 141

*Em branco, as que permanecem em seus lugares; em cinza, as transferidas.

Fonte: Carvalho, 2008, p. 133.

Figura 12: (Re)Organização do território - Transferências aldeamentos-vilas (1761-1763).



Carvalho, 2008, p. 128.

NARRATIVAS INDÍGENAS SOBRE OS ALDEAMENTOS

A experiência indígena dentro dos aldeamentos resultou num intenso processo de transformação cultural, no qual tanto os indígenas adotaram símbolos do catolicismo, quanto os símbolos do catolicismo foram transformados pela cultura indígena, sendo os santos da igreja equiparados aos *Encantados*.

São Miguel, o índio que virou santo - D. Joana Ferreira da Silva, Galego, agosto de 2002. Depoimento ao antropólogo Estêvão Palitot (2005).

E esse São Miguel, ele foi encontrado, São Miguel Arcanjo, o nome dele era Arcanjo. Era um, era um, um indiozinho, um caboco. Naquele tempo chamava caboco. Morava ali no Tapuia [...] e então encontraram esse Miguel Arcanjo morto. Ali era uma mata. Aí enterraro ele. E... com oito dia. Ali era uma mata. Aí, a cova tava rachada em cruz. Aí, os índios se reuniram, da Baía mesmo, do Tapuia, Laranjeiras. Aí, foram chamar o padre lá de Mamanguape, padre João Batista [...] aí, o padre veio e... cavaro a cova e tiraro, que era um santo, tava formado num santo. Aí, levaro pra Roma. De Roma foi que trouxero esse que tá lá em São Francisco.

A menina embaixo do pé de jurema - D. Amélia Cordeiro e Marileide Cordeiro. Vila Monte-Mór, julho de 2015. Entrevista concedida ao antropólogo Estêvão Palitot (2015).

Estêvão: *E alguma história sobre a Santa lá da igreja, ela lhe contou alguma coisa, Cóca?*

Cóca: *Ela contava que o pessoal... Como era a história, que via uma menina?*

Dona Amélia: *É.*

Cóca: *Quando tinha o que? Que via, que o pessoal ia fazer as orações... era?*

Dona Amélia: *Era.*

Cóca: *Acender vela no mês de...?*

Dona Amélia: *Aparecia uma menina debaixo do pé de Jurema. [...] Aí, o povo ia chamar o padre em Mamanguape. Ele levava. Quando era no outro dia ela amanhecia lá. [...] Aí, pegava, levava, no outro dia ela amanhecia lá. Aí, levaram duma vez. [...] Pronto. Aí, fizeram a igreja.*

Cóca: *Porque antigamente, antes de construir a igreja, era aquela, como se fosse, acho que aquelas pedra. E tinha um pé de jurema.*

Dona Amélia: *Era.*

Cóca: *E o povo quando iam fazer as orações, viam que aparecia uma menina. E esse povo ia atrás do padre. Você entendeu até aí. Foi o que eu entendi também. O padre vinha, pra fazer, acho que fazer uma bênção, né? Quando era no outro dia aparecia novamente, sempre via, até que um dia essa menina sumiu. Mas que existiu essa história que apareceu essa menina. Ela contava isso mesmo.*

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres - Tarcísio Piloto e Dona Zulmira, Vila Monte-Mór, junho de 2015. Entrevista concedida ao antropólogo Estêvão Palitot (2015).

Tarcísio Piloto: [...] *Aqui ficou doado por Dom Pedro isso aqui como terra das Três Maria, entendeu? Essas Três Maria simbolizou com três gameleira. Ele plantou aí, três gameleiras simbolizando as Três Marias. Três Maria do litoral: Maria dos Prazeres, Maria da Guia e Maria da Penha. Foi as Três Marias que Dom Pedro adotou como as três padroeiras indígena do litoral. Né? Que o litoral aqui ele entregou como uma terra indígena, do litoral do Maranhão ao litoral de Pernambuco. Isso aí que Dom Pedro assinou como terra indígena, [...] Então a Terra da Santa é isso aí. Que ele adotou, terra das Três Marias, entendeu? Terra das Três Maria foi um dote, mas que as terras sendo da União. Entendeu? Aí botou, Terra das Três Marias e Terra de São Pedro e São Paulo, pra ficar como um batismo da terra. Que é Mamanguape.*

Dona Zulmira: *Que a matriz de São Pedro e São Paulo nasce daqui da igreja Nossa Senhora dos Prazeres. Que foi a primeira matriz. Primeira igreja e primeira matriz.*

Tarcísio: *Essa que é a igreja mãe.*

Dona Zulmira: *Entendeu? Por isso que ela é um patrimônio histórico.*

Estêvão: *Essa é a igreja mãe até de Mamanguape?*

Tarcísio: *Isso, do Vale de Mamanguape. Essa é a primeira. Essa não tem tempo, porque até o livro do tombo sumiu. Né?*

Porque no livro do tombo tá anotado a época da fundação dessa igreja. Esse livro lá eles não sabem que rumo tomou. Aí, só o livro diz a idade da igreja.

Figura 13: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, construída em 1840, na ocasião do primeiro aldeamento indígena do Vale do Mamanguape, Localizada na Aldeia Monte Mor. Rio Tinto/PB.



Fonte: Silva 2018.

CICLOS ECONÔMICOS: PAU-BRASIL, GADO E ENGENHOS

O Vale do Mamanguape atravessou três grandes ciclos econômicos desde a sua colonização, sendo o primeiro o do pau-brasil, a partir de meados do século XVI, pelos franceses. Com o esgotamento da madeira, desenvolveu-se o ciclo da pecuária extensiva. Segundo Costa (1986), os portugueses passaram a instalar as fazendas de gado e a expandir os canaviais dos engenhos sobre as Várzeas dos Rios Camaratuba e Mirirí. No ano de 1774, havia em Mamanguape setenta e cinco fazendas de gado - pertencentes às famílias ricas, amigas da coroa, e aos jesuítas - e apenas quatro engenhos.

O terceiro grande ciclo é o da cana de açúcar, que ocorreu a partir da valorização deste produto no mercado europeu, o que aguçou, nos colonizadores, a avidez pelo lucro, levando-os a investir intensamente na cultura daquela matéria, que se expandiu, passando a ocupar também as terras férteis da bacia do Mamanguape, onde antes predominava a pecuária. A atividade açucareira cresceu de forma tão intensa que, de 1774 até 1834, o número de engenhos passou de quatro para quarenta, sendo os maiores movidos a vapor, usando bagaço da cana como combustível. Os primeiros engenhos a vapor do Vale do Mamanguape foram o Camaratuba e o Mirirí (COSTA, 1986).

Figura 14: Engenho Curral Grande, município de Itapororoca e Ruína do Engenho Cafula, município de Pedro Régis.



Fonte: Vicente 2018.

Nesse período, Mamanguape tornou-se o segundo maior centro econômico da província da Paraíba, porque, além de ser grande produtora de açúcar, era a maior exportadora de algodão e produtos da pecuária, como o couro, produzidos nas regiões do agreste e do brejo e exportados pelo porto de Salema.

DESCRIÇÃO DA SESMARIA DOS ÍNDIOS DE MONTE-MÓR DE 1867

Relato de Antônio Gonçalves da Justa Araújo, Engenheiro em comissão de medições de terras na Província da Parahyba do Norte, 1 de julho de 1867. A.N. Seção Terras Públicas e Colonização. Caixa 1219:

Esta Sesmaria confina ao norte com a dos Índios de S. Miguel da Baía da Traição, ao sul com o rio Mamanguape, a oeste com terras do Engenho Camaratuba e Maria Pitanga e ao sudeste com terras chamadas do morgado.

Seus terrenos de aluvião, argilo-arenosos, fortemente ondulados em alguns lugares e planos em outros, são bastante povoados e cultivados.

As matas são de capoeiras mais ou menos antigas com alguma mata virgem nos lugares – Marcação, Brejinho, Jacaré de cima, Encantada, Rio Vermelho, Nascentes do Silva, Gruta do Gurubú, estrada dos Tapuyos e fraldas dos altos, que correm ao longo do Rio Mamanguape, aonde se encontram poucas madeiras de construção como bem – pau d'arco, sucupira, maçaranduba, aroeira e outras.

Os taboleiros ou matas de mangabeiras e cajueiros, que se estendem por diversos pontos da Sesmaria, ocupam pouco menos da quinta parte da sua área.

Muitas correntes e riachos formados pelas águas, que descem dos altos na estação chuvosa, alagam porções consideráveis de terreno e desaparecem pelo verão.

Os rios do Silva, Grupiúna e Jacaré, que correm aproximadamente de oeste para leste, assim como os da Preguiça, Patrício, Mulungu e Buraco – no rumo de norte a sul – são tributários do Rio Mamanguape, e resistem aos rigores da estação.

Estes rios têm suas nascentes dentro da Sesmaria, são de pouca profundidade (2 a 3 palmos) e muito alagadiços.

O Rio Mamanguape, que corre aproximadamente de oeste para leste, tem sua origem na Serra da Raiz, distante 20 léguas do porto do Salema. É navegável por canoas e barcaças desde a sua foz até onde chega a influência da maré no Salema. Sua profundidade média nas marés de vazante é de 4 palmos desde o Salema até o porto do Pau-a-pique, e daí à sua embocadura no oceano – de 10 a 20 palmos, como mostra a planta. Sua largura varia de 8 a 70 braças. Em julho do ano passado um pequeno barco à vapor tentou subir até o porto de Salema, porém não pode passar além do da Preguiça por causa das pequenas curvas e da pouca água. Seu leito é arenoso até o porto do Pau-a-pique, e se acha consideravelmente obstruído por troncos de árvores e areais acarretados pela correnteza das águas nas grandes enchentes. Suas margens são mais ou menos elevadas e cobertas de matos e mangues.

Os produtos de importação e exportação, que alimentam o grande comércio da florescente Cidade de Mamanguape, que dista pouco menos de 900 braças do porto do Salema, são conduzidos em barcaças que navegam para os portos de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Capital da Parahyba.

Os terrenos desta Sesmaria são próprios para a cultura de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão, exceto os taboleiros que se

prestam apenas à criação de gado pela abundância de pasto que nasce pelo inverno.

A cana de açúcar é cultivada nas margens dos rios Preguiça, Buraco, Rio Vermelho e Mamanguape, existindo atualmente os engenhos – Patrício, Preguiça e Três Rios – nas margens do norte deste último, além de outros do lado do sul.

Os Índios, cujo número se eleva perto de 300, habitam as margens dos rios Jacaré e Grupiúna, e os lugares Arrepiá, Catolé, Encantada, Taboleirinho, Marcação e Brejinho. Vivem da agricultura e da pesca, e são geralmente ativos e de boa índole, porém desconfiados como são todos os caboclos.

A aldeia do Monte-mór ou Vila da Preguiça se acha assentada em terreno plano e elevado, e tem a forma de um quadrilátero com uma igreja em ruínas do lado de leste. As casas em número de mais de 50 são cobertas de palhas e mal construídas. Os Índios, desde que a Vila foi invadida por estranhos, pouca assistência fazem nela, e vão pouco a pouco a abandonando.

Além deste povoado existe o da Marcação de pouca importância, e o de Maria Pitanga ao norte da Sesmaria. Suas posições geográficas estão mencionadas na Carta Topográfica.

As estradas são geralmente más, assim como os caminhos naturais que atravessam a sesmaria em todas as direções. As estradas mais frequentadas são a da Baía da Traição, que corre paralela ao Rio Mamanguape, e liga a cidade deste nome àquele ponto, e a antiga estrada dos Tapuyos, que serve de limite à Sesmaria e se estende até a província do Rio Grande do Norte.

A população, que vive disseminada pela área da Sesmaria, e se eleva até oitocentas almas mais ou menos, inclusive a Indígena, emprega-se exclusivamente na agricultura.

O clima é variável: úmido e frio pelo inverno nas proximidades do Rio Mamanguape, seco e quente pelo verão nos lugares elevados.

A salubridade não é das melhores: os habitantes das margens dos rios sofrem de febres intermitentes e outras enfermidades, que reinam em todas as estações do ano.

OS LUNDGREN E A FÁBRICA DE TECIDOS

Os memorialistas da cidade-fábrica de Rio Tinto enfatizam que, no começo do século XX, aquelas terras eram as piores e mais isoladas do então município de Mamanguape. A narrativa quase folclórica de Raul de Góes ([1949] 1963) é repetida por todos que escreveram depois dele e destaca o fato de que, no ano de 1917, os Lundgren designaram um corretor por nome Artur Barbosa de Góis para ir até Mamanguape averiguar as terras do município.

Durante vários dias, ele percorreu a região “a tomar nota de tudo, a inquirir meio mundo”. Lá, encontrou o Engenho da Preguiça, “Terra pantanosa, de nula serventia, e dominada pela malária”. Nesse levantamento, indagou ao escrivão do cartório de Mamanguape, Antônio Piaba: “Estou pensando em comprar aquelas terras da Preguiça”. Ao que este respondeu, de pronto: “Bom negócio pra botar dinheiro fora... Só tem sezão, índio e preguiça...”.

Artur de Góes voltou a Paulista, em Pernambuco, e relatou aos Lundgren suas atividades, estranhando o interesse dos industriais sobre “terras pantanosas e doentias, longe do mundo, [...] O antigo Engenho da Preguiça era a pior zona de Mamanguape. Não havia futuro nenhum com a sua compra”. Recebeu ordens de tornar à Mamanguape, onde estabeleceu-se em Salema com uma mercearia e começou a adquirir terras, começando pelo Engenho da Preguiça,

adquirido de Alberto César de Albuquerque. Depois, transferiu essas terras aos Lundgren, no mesmo cartório onde fora informado das características do local: *sezão, índio e preguiça*⁶ (GÓES, 1963, p. 87-88).

O estabelecimento do projeto urbano-industrial da família Lundgren sobre as terras do antigo aldeamento da Preguiça (Monte-Mór) iniciou-se com essas transações cartoriais. A partir daí, teve dois períodos distintos de expansão: o primeiro entre 1917 e 1924 e o segundo entre 1938 e 1940. No primeiro movimento, essas aquisições de áreas configuraram-se como “cabeças de ponte” na região, para imediatamente dar início à construção da fábrica e da cidade de Rio Tinto. De acordo com relatos dos indígenas, essas primeiras aquisições reconheciam uma separação entre as áreas adquiridas pelos Lundgren e aquelas que os *cabocos* ocupavam.

Poucos anos depois, em 1939, se dá o segundo movimento de expansão dos Lundgren, marcado por violentas ações de expulsão das famílias indígenas que resistiam. Essas famílias eram alvos de intensa repressão, para que servissem de exemplo para os demais indígenas e estes aceitassem o domínio dos Lundgren.

6 A referência do autor à conversa jocosa em que se mencionam as três características do lugar deixa entrever um jogo linguístico em que preguiça tanto pode ser tanto o simpático e lento animal, que ainda hoje habita as árvores da cidade de Rio Tinto, em sua praça central, quanto um “defeito” dos habitantes indígenas do lugar, que não seriam adaptáveis ao trabalho industrial. Nessa dubiedade, afirmam-se preconceitos e justifica-se, *a posteriori*, a “necessidade” de contratação de milhares de trabalhadores vindos de fora de Rio Tinto, do agreste e do sertão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco.

Em relatório datado de 2 de dezembro de 1939, Vicente Vianna informa que ocorreu a expulsão definitiva dos índios da Vila Monte-Mór, acompanhados de atos violentos:

Os índios da Vila de Monte-Mór foram este ano expulsos de seus lotes de terra pela Companhia Fábria de Tecidos de Rio Tinto.

Um de seus proprietários, o Sr. Frederico Lundgren, foi, em pessoa, quem cometeu esse inqualificável abuso contra a segurança e a propriedade dos mesmos, deixando desabrigadas muitas famílias indígenas.

O índio Pedro Lourenço foi intimado a comparecer a Rio Tinto, onde foi detido e obrigado, com a presença da polícia e do advogado daquela empresa, a assinar um documento, para entregar o seu lote de terra no prazo mínimo de 30 dias.

Desses fatos, como me compete, dei conhecimento à Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho.

Expulsos os índios de seus lotes, sob ameaças e com auxílio da polícia, que tem sido um manequim nas mãos da poderosa empresa, esta se apropria dos referidos lotes!

São fatos recentes, que clamam por justiça, os quais são um flagrante atentado, um atentado monstruoso ao direito de propriedade porque, ainda que aquela empresa tenha adquirido os títulos de propriedade, como o fez com a maior parte, por compra, a terceiros, que por sua vez os adquiriu por dolo dos índios simplórios, tais títulos são nulos, em face dos claros dispositivos dos decretos n.º 736, de 6 de abril de 1936 e 5.484, de 27 de junho de 1928.

(Vianna, Baía da Traição, 2 de dezembro de 1939).

Figura 15: Casarão da família Lundgren.



Fonte: <https://bit.ly/2XJjtZt>.

A partir desse momento, os Lundgren atingem o limite máximo de sua expansão territorial, 660 km² ou 66.000 hectares (PANET, 2002, p. 27), confrontando-se com as posses indígenas ao longo dos rios Jacaré e Grupiúna, áreas atendidas pelo Posto Indígena de Baía da Traição (PALITOT, 2005).

O empreendimento industrial dos Lundgren caracterizou-se por buscar um funcionamento autônomo, instalando-se em terras distantes e de difícil acesso, de modo a evitar interferências externas de cunho oficial ou sindical sobre as relações de trabalho e de mando nos seus domínios. Para tanto, além da ocupação das terras, buscava-se um controle firme de toda a população aí habitante.

O foco principal da atividade dos Lundgren em Rio Tinto era a produção industrial. Porém, dado o isolamento da região, todos os demais insumos dependiam de iniciativas da própria empresa para serem produzidos. Dessa forma, empreendimentos subsidiários foram gerados: olarias, pedreiras, usina geradora de energia, fornos de cal, redes de transporte fluvial e ferroviário, oficinas de manutenção de maquinário e uma vasta área de exploração agrícola e madeireira. As matas nativas, depois de derrubadas, foram substituídas por plantios de eucaliptos (EGLER, 1986; PANET, 2002; VALE, 2008).

Todas essas atividades e mais o trabalho industrial empregavam grande quantidade de mão-de-obra, a maior parte recrutada no interior dos estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Essa população, embora recrutada na zona rural, foi empregada, em sua maior parte, nos serviços urbanos e industriais da fábrica. Sua presença, ainda que volumosa, era concentrada na

cidade de Rio Tinto e vinculada ao trabalho operário, cujas rotinas e ritmo de vida eram intensivamente vigiados. As demais atividades de exploração madeireira e produção agrícola continuaram sendo exercidas por força de trabalho local, em boa parte por famílias indígenas que estavam subordinadas ao domínio dos Lundgren (EGLER, 1986; PANET, 2002; PALITOT, 2005; VALE, 2008).

A cidade de Rio Tinto, incluindo a Vila Monte-Mór, conheceu o auge urbanístico entre as décadas de 1940 e 1960, quando, a partir de então, entrou em profundo declínio, motivado pelo fechamento da fábrica e a demissão em massa dos trabalhadores. Em 1962, a Companhia recebeu incentivos da SUDENE para modernizar seu maquinário, adquiriu novos equipamentos e reformou galpões, passando a produzir tecidos de maior qualidade, com a utilização de menor número de funcionários. Nesse momento, dispensou mil duzentos e trinta e seis operários. Nos dois anos seguintes, mais dois mil trabalhadores foram demitidos e a tecelagem da Vila Regina foi desativada (PANET, 2002, p. 37).

O empreendimento, que para alguns representou o progresso, para o povo pobre e os povos indígenas representou o atraso. A fábrica foi planejada para oprimir e dominar os trabalhadores, mantendo a população de uma cidade inteira sujeita ao interesse de seus donos. Todos os funcionários eram obrigados a viver na cidade, a comprar nos armazéns da companhia e a pagar o aluguel das casas. O que a fábrica deixou como legado foi uma cidade toda refém da especulação imobiliária até os dias atuais.

Alguns anciãos relatam que houve um grande massacre quando os habitantes locais começaram a se afirmar indígenas,

pois a companhia temia a perda do controle dos bens apropriados como resultado de os indígenas quererem retomar o território, mandando castigar quem assumia tal identidade. Teve casos de famílias que foram queimadas em suas casas de palhas instaladas nas proximidades da fábrica. O poderio da família Lundgren pode ser constatado através da presença dos chalés destinados à moradia dos altos funcionários, da Igreja matriz de Rio Tinto, que carrega todos os traços da arquitetura sueca, e, sobretudo, do casarão onde a família repousava no verão. A seguir, transcrevemos o depoimento de um ancião potiguara sobre a opressão dos Lundgren:

Tempo de sofrimento

A aldeia Jaraguá é marcada até hoje pela presença da Companhia de Tecidos Rio Tinto, que tem como donos a família Lundgren. Foi um tempo de muita aflição para nossos parentes que moravam em Jaraguá, porque não podiam dizer que eram índios. Se dissessem eram ameaçados de morte. Os que trabalhavam na fábrica de tecidos moravam em casas que a Companhia cedia aos trabalhadores, mas só enquanto eles fossem funcionários. Quando eram dispensados, só recebiam a remuneração se entregassem a chave da casa onde estavam morando. Muitos parentes nossos trabalhavam para os Lundgren. No século passado, a família Lundgren construiu um casarão dentro do nosso território que muitos dizem ter sido para receber o nazista Hitler. Foi nesse casarão que aconteceram diversos episódios de massacre contra os nossos parentes Potiguara. Nele funcionava a sala de julgamento, onde castigaram muitos dos nossos, porque dificilmente um índio era inocentado. Naquele período, quando nossos parentes tentaram invadir o casarão, houve um derramamento de sangue muito grande. Muitos Potiguara foram queimados dentro de suas casas, sem poder fazer nada para se defender. Até pouco tempo atrás nós não tínhamos acesso ao casarão, mesmo ele estando em nossa terra. Mas com a demarcação pudemos tomar posse dele e usá-lo para outros fins. Hoje o casarão serve de espaço para reuniões do nosso povo e também de escola para nossas crianças.

Índios na Visão dos Índios Potiguara, p. 32.

Sugestões de atividades

1. Visitar os espaços representativos da presença dos Lundgren, como, por exemplo, igrejas da região de Rio Tinto, o Casarão dos Lundgren, a Fábrica de Tecidos Rio Tinto, as ruínas do Engenho Itapicirica, igrejas de Mamanguape e o centro histórico de Mamanguape.
2. Entrevistar anciãos, lideranças indígenas e camponeses para coleta de depoimentos sobre a história do Vale do Mamanguape.
3. Organizar a produção de recursos audiovisuais.

AS LIGAS CAMPONESAS

Contextualização (décadas de 1950 a 1960)

Nesse período, o Brasil passava por muitos conflitos a partir das medidas tomadas por Getúlio Vargas no campo e na cidade. Na Paraíba, a maior parte da população residia no campo. No Vale do Mamanguape, essa população morava nas terras de fazendas e vivia da produção de suas lavouras e da criação de animais. A relação de trabalho era de sujeição do camponês ao poderio dos proprietários, ou seja, para ter direito a morar e a trabalhar na terra, eram estabelecidas determinadas condições, como a prestação de trabalho gratuito por toda a família em alguns dias da semana. Essa relação era chamada de “cambão”. Além do cambão, havia outras relações: de meeiros, rendeiros ou foreiros; os proprietários não davam o direito de posse da terra, mas apenas de uso.

A implantação da cultura da cana de açúcar sempre teve como principal objetivo a exportação de produtos derivados, como o açúcar e o álcool. À medida que esses produtos eram valorizados no mercado internacional, aumentavam-se as áreas de cultivo da

cana, o que tinha como consequência a expulsão do homem do campo para ceder o espaço para a monocultura⁷ da cana.

A partir dessa realidade, vieram as restrições por parte dos fazendeiros aos moradores, não permitindo mais o cultivo de lavouras permanentes e temporárias, como mandioca, feijão, milho, batata, inhame, abacaxi e árvores frutíferas, a exemplo da manga, do caju, da jaca, da laranja e de outras. Também se passou a proibir a criação de animais de pequeno e médio porte, como galinhas, cabras e bovinos. Diante dessa situação, restaram duas alternativas aos moradores: deixar a terra ou resistir. Foi assim que nasceram as Ligas Camponesas na Paraíba.

Origem das Ligas Camponesas no Vale do Mamanguape

O primeiro conflito envolvendo a questão agrária na região do Vale do Mamanguape surgiu no ano de 1954 na fazenda Mirirí, situada na divisa entre Mamanguape e Sapé. Esse conflito caracterizou-se pela luta contra a destruição das lavouras dos moradores daquela fazenda, destruição esta ordenada pelo então proprietário Pedro Ramos Coutinho. A luta contra a destruição dos roçados nessa fazenda foi liderada por Pedro Fazendeiro, que era morador do engenho e teve sua lavoura destruída.

⁷ Sistema de exploração do solo com especialização em um só produto, também conhecido como unicultura.

Depois da luta e da união dos camponeses de Mirirí, muitos outros conflitos ocorreram entre moradores e fazendeiros. Registrou-se e a primeira Liga Camponesa do Vale do Mamanguape, em 23 de janeiro de 1963, com o nome de Associação dos Lavradores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto. Tal grupo tinha como principal objetivo “unir fraternalmente a família rural, desde o simples trabalhador ou pequeno proprietário agrícola, prestando assistência social, jurídica, educativa, médica e dentária” (Cartório Silva Ramos, Mamanguape/PB). Seu presidente e fundador foi Manoel de Deus, conhecido popularmente como Manoel do Sabão.

Expansão do Movimento

Após o conflito de Mirirí, Pedro Fazendeiro teve direito à indenização de suas lavouras, motivando a organização de agricultores em fazendas e engenhos, como na fazenda Itapecerica, no engenho Cachoeira, no engenho Novo, em Pindobal, em Leitão e outros. À medida que a organização dos agricultores se fortalecia e se expandia em número e em ações, crescia também a perseguição a esses trabalhadores, a exemplo do que ocorreu em 1963 na fazenda de Cezar Cartaxo, em Itapororoca, onde cerca de 300 pessoas foram despejadas e tiveram suas casas derrubadas por tratores.

Na propriedade de Itapecerica, a qual pertencia à família Lundgren, os roçados eram destruídos a mando dos proprietários; porém os agricultores, em regime de mutirão, se organizavam e

plantavam novos roçados. Dessa forma, seguia o enfrentamento às ações dos proprietários. As Ligas Camponesas conseguiram agregar cerca de 10 mil associados em Mamanguape.

Objetivos e conquistas das Ligas Camponesas no Vale do Mamanguape

A partir das vitórias conquistadas pelos camponeses, como a redução das condições de pagamento do cambão, as ações eram feitas em mutirões, como arrancar cercas, replantar as lavouras, reparar casas; outra atividade importante era o trabalho de base para a conscientização dos camponeses, com a realização de comícios e passeatas em feiras livres.

As Ligas Camponesas objetivavam ainda uma assistência, sobretudo jurídica e médica, além de autodefesa, nos casos graves de ameaças a quaisquer de seus membros.

Formar a consciência dos direitos comuns, que compreendiam a recusa em aceitar contratos lesivos, tais como o cumprimento do “cambão”.

Promover a união dos trabalhadores, entre eles, foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários, que produziam uma cultura de subsistência e comercializavam os

excedentes produzidos em terra própria ou em terra alheia. (Ata de Registro da liga Camponesa de Mamanguape, Livro B, n. 7, p. 64-65).

O movimento das Ligas Camponesas obteve avanços importantes. Numa conjuntura em que os proprietários de terra exerciam influência de ordem política, econômica e militar sobre a vida dos camponeses, o movimento conseguiu se expandir por todos os cantos daquele pedaço de chão. Grupos se organizaram em todas as fazendas da região do Vale do Mamanguape, conseguindo, em movimento, diante dessa conjuntura, agregar mais de dez mil associados, fortalecendo a luta contra a exploração da força de trabalho camponesa.

Outro avanço importante foi a eliminação do cambão, a partir de 1964, em pleno avanço da ditadura militar, bem como a desapropriação de algumas fazendas pertencentes à Companhia de Tecidos Rio Tinto, como a de Itapecerica e a de Cachoeira, entre os anos de 1973 e 1974. Parte das terras pertencentes à CTRT, no município de Mamanguape, foi desapropriada, no total de 18.742 hectares, que beneficiaram mais de mil famílias através do PIC Rio Tinto (Projeto Integrado de Colonização - Rio Tinto).

O projeto de reforma agrária implantado, além da distribuição da terra, também garantiu, aos agricultores, tratores, para o seu cultivo e para a abertura de estradas, caminhões e caminhonetes, para o transporte da produção, ônibus, para o transporte de pessoas, postos de assistência médica e odontológica,

assistência técnica, sementes, motor para irrigação e até linha telefônica comunitária.

Figura 16: Chaminé do engenho de açúcar Itapecerica



Fonte: Vicente 2018

Itapecerica recebeu toda essa estrutura e tornou-se o polo de assistência às áreas desapropriadas. Essas conquistas trouxeram transformações sociais e econômicas importantes para a região. As famílias melhoraram muito seu padrão de vida e de alimentação. De Itapecerica, saiam grandes volumes de produção a serem comercializados em Recife - PE e Natal - RN, garantindo a renda e a qualidade de vida aos agricultores, situação bem diferente de quando o camponês era cativo dos grandes proprietários (VICENTE, 2003).

Figura 17: Sobrado da fazenda do engenho Itapecerica



Fonte: Vicente 2018

Figura 18: Detalhe da chaminé com a data de sua construção de 1893



Fonte: Vicente 2018

Figura 19: Ruínas da Igreja de São Bento fazenda Itapeçerica- Mamanguape PB



Fonte: Vicente 2018

Quadro 2: Relação das terras desapropriadas, no Vale do Mamanguape, pelo Incri - PB.

SR	CÓD. PA	NOME PA	CÓD. IBGE	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAM. ASSENT.	ÁREA PA	DT. CRIAÇÃO	PAA ATUAL
SR 18 - Paraíba	PB0084000	PA MANOEL BENTO	2504033	CAPIM	21	20	193	19/12/1996	14
SR 18 - Paraíba	PB0085000	PA PAULO GOMES DO NASCIMENTO	2504033	CAPIM	23	22	120	19/12/1996	
SR 18 - Paraíba	PB0297000	PA JARDIM	2505279	CURRAL DE CIMA	42	42	994.0428	04/12/2008	26
SR 18 - Paraíba	PB0111000	PA NOVO SALVADOR	2507309	JACARAÚ	98	94	968	28/04/1998	10
SR 18 - Paraíba	PB0261000	PA ANTONIO CHAVES	2507309	JACARAÚ	28	24	420	25/07/2005	
SR 18 - Paraíba	PB0126000	Boa Esperança Jacaraú	2507309	JACARAÚ	42	42	622	09/09/1998	21
SR 18 - Paraíba	PB0009000	JARACATEÁ	2507309	JACARAÚ	15	15	124,3193	03/12/1987	
SR 18 - Paraíba	PB0016000	CAMPART II	2512903	RIO TINTO	136	136	1.883.9499	12/09/1989	

Fonte: SR 18 Incri - PB (31/12/2015), com organização e pesquisa de Aguinaldo Lemos da Silva.

A reconquista da terra e as implantações dos assentamentos de reforma agrária

Apesar dos avanços da cultura da cana em todo o território do Vale do Mamanguape, principalmente com o lançamento do PROALCOOL, a partir da década de 1970, o modelo agroexportador da monocultura da cana gera suas contradições, pelo fato de ser um modelo concentrador de riqueza e excludente, deixando grande massa de trabalhadores de fora dos ganhos do trabalho. Do final dos anos de 1980 ao início dos anos 2000, os trabalhadores do Vale do Mamanguape empreendem nova luta pela conquista da terra. Cansados dos desmandos e das atrocidades dos grandes proprietários de terras, os agricultores tomaram consciência da necessidade de lutar por meios da coletividade para garantir o direito do sustento de sua família por meio da agricultura familiar e da preservação do meio ambiente.

Os agricultores que moravam e trabalhavam nessas terras, vendo que muitos parceiros estavam sendo retirados à força de suas porções ou lotes nos quais cultivavam e criavam de tudo um pouco, organizaram-se em pequenos grupos para lutarem por seus direitos: a terra, o trabalho e a moradia, defendendo o modo próprio do camponês de produzir em harmonia com a natureza. A luta foi conduzida principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e apoiada por outras pastorais sociais, além de sindicatos e organizações da sociedade civil. Foram momentos de muitas tensões, expulsões, ameaças e mortes de parceiros e líderes dos movimentos pela reforma agrária.

Esse processo de luta conquistou a desapropriação de várias terras improdutivas e a instalação de oito assentamentos na região, sendo dois em Capim, um em Curral de Cima, quatro em Jacaraú e um em Rio Tinto, totalizando uma área de mais de cinco mil hectares e beneficiando quase quatrocentas famílias por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura do Brasil. Hoje, nesses assentamentos, os agricultores produzem de forma sustentável na medida do possível, preservando a natureza. Eles estão organizados em associações de agricultores, buscando preservar a história oral, reivindicando escolas do campo, melhorias estruturais e financeiras por meios de suas associações.

Sugestões de atividades

1. Pesquisar o significado dos termos referentes às relações de trabalho: meeiro, foreiro e arrendatário.
2. Visitar o Memorial das Ligas Camponesas, localizado na zona rural do município de Sapé.
3. Assistir ao documentário *Cabra marcado para morrer* (1984), dirigido por Eduardo Coutinho.
4. Visitar monumentos históricos na comunidade de Itapecerica, em Mamanguape.
5. Identificar os assentamentos existentes no município em que você mora, o ano em que foi implantado e como foi o processo de luta para a conquista da terra.

AS USINAS DE ÁLCOOL E AÇÚCAR

Outro grande dano para os Potiguara e toda a população do Vale do Mamanguape foi a implantação de usinas e o cultivo da cana de açúcar. Em 1975, o governo federal lançou o Programa Nacional do Alcool; em virtude disso, muitos usineiros invadiram o território Potiguara para plantar cana de açúcar.

A plantação da cana ocupou a maior parte do que originalmente eram as matas e os tabuleiros, desmatando-os e limitando áreas de coleta de mangaba, caju e batibutá, entre outras. Uma agroindústria foi implantada dentro do território potiguara, às margens do rio Camaratuba, o que refletiu em consequências drásticas para a comunidade indígena. A partir daí as atividades de pesca e mariscagem também foram prejudicadas, uma vez que as usinas, ao despejar o vinhoto nos rios, causavam grande mortandade de peixes, crustáceos e moluscos.

Os impactos provocados pela cultura da cana também são perceptíveis na visão do potiguara:

A cana de açúcar chegou aqui para nos atrapalhar, tirar nossa cultura, tirar nossa convivência, entre uns e outros. Para uns é bom, agora para aqueles não vivem da cana de açúcar, é ruim. Porque a gente que vive da mandioca, é diferente. Quem faz o plantador de cana plantar a cana é a usina. O plantador de cana não vai plantar 100, 200 hectares de cana pra sobreviver com recursos próprios. Vai? Já o agricultor não, até empréstimo é difícil pra tirar pra plantar mandioca. A cana veio pra trazer várias doenças pra nós: o câncer. Nós não tinha mas agora já tem por causa da água tóxica. Joga na mata para destruir o mato. Aquele mato não dá substância para a terra porque ele apodrece sem o animal cortar ele, como é caso da minhoca. Tem vários insetos que vivem do mato podre. Então, que alimento que ela tá dando pra nós? Para a nossa saúde? O trabalhador que vive da cana, ele não luta, ele já encontra o prato feito. Quem luta somos nós que vive da agricultura. Enquanto a gente tá lutando todos os dias, discutindo melhoras (Cacique Josecy Soares da Silva).

Figura 20: Tabuleiro coberto pela cana de açúcar
no Vale do Mamanguape PB



Fonte: Vicente 2017

AS CONSEQUÊNCIAS DA MONOCULTURA DA CANA DE AÇÚCAR

Como consequência para o vale do Mamanguape, após mais de quarenta anos da política do PROALCOOL do Governo Federal, percebem-se muitas mudanças em vários aspectos:

Ambiental: grandes áreas de floresta, matas ciliares⁸ e tabuleiros foram destruídas para o plantio da cana de açúcar, as várzeas foram tomadas por açudes ou barragens para a captação de água destinada à irrigação do canavial no período de estiagem, assim como para o funcionamento da usina; com isso, o acesso dos pequenos agricultores à água foi restringido, o que os deixou impossibilitados de plantarem suas lavouras e produzirem seus alimentos, como batata doce, milho e macaxeira nas margens dos rios, várzeas ou áreas de encostas.

8 Mata ciliar é a formação vegetal localizada nas margens dos córregos, lagos, represas e nascentes. Também é conhecida como mata de galeria, mata de várzea, vegetação ou floresta ripária.

Figura 21: Erosão no curso do rio Mamanguape e o desvio de suas águas para uma agroindústria.



Fonte: Vicente 2017

Social econômica e ambiental: com o avanço do cultivo da cana de açúcar, nos vales e regiões férteis, as populações ribeirinhas, camponesas e indígenas foram forçadas a mudar para aglomerações urbanas, como as vilas localizadas em áreas de tabuleiros; dessa maneira, foram desaparecendo as pequenas fazendas e os sítios nas áreas de solos férteis nos vales dos rios e riachos e, com isso, grande parte do modo de vida camponês foi extinto.

Na expansão da cultura da cana, surge a contradição do aumento da pobreza; manteve-se uma massa de trabalhadores num regime de super exploração da força de trabalho, com pagamento de baixos salários, jornada de trabalho exaustiva e, ainda, a exposição

dos trabalhadores a riscos de contaminação por agrotóxicos⁹. Estudos apontam que as cidades das zonas canavieiras são as que possuem os maiores índices de pobreza e baixo desenvolvimento social. O processo de industrialização ainda trouxe outros problemas, como a poluição ambiental, por meio da vinhaça e do resíduo do processo de beneficiamento da cana de açúcar, como as queimadas nos canaviais no período do corte de cana, matando microrganismos existente no solo, insetos e pequenos animais, como a poluição do ar, provocada pelas queimadas, que emitem grande quantidade de fuligem que causam doenças respiratórias, do solo e das águas, com o lançamento de agrotóxicos, e do desaparecimento de muitas espécies animais e vegetais da região.

Figura 22: fogo em canavial no sítio Açude-Itapororoca PB



Fonte: Celestino 2018

9 Qualquer produto de origem química ou biológica usado na prevenção ou extermínio de pragas e doenças das culturas agrícolas (fungicidas, herbicidas, inseticidas, pesticidas); agroquímico, defensivo agrícola.

O MOVIMENTO E A ORGANIZAÇÃO INDÍGENA

Nascer indígena já é ter um motivo para lutar, tem que ser guerreiro para não perder a Mãe Terra.

Gessé Potiguara, 2019.

Muitas lideranças indígenas lutaram arduamente para garantir o território. Nos potiguaras da Paraíba, as lideranças de destaque nacional foram Caboquinho Potiguara e Capitão Potiguara; ambos lutaram e ainda lutam pela garantia das terras, da saúde e da educação de seu povo. Através da escola indígena e dessas duas lideranças potiguaras, foram formadas novas lideranças jovens para somar na luta com os mais velhos. A formação foi através das oportunidades de participação nas assembleias indígenas e conferências que abordassem temas importantes para o povo Potiguara.

Desde 2004, ocorre o Acampamento Terra Livre - ATL, que reúne milhares de indígenas de vários povos das cinco regiões do Brasil para a discussão de diversos temas importantes para as comunidades, a exemplo de uma educação diferenciada, saúde específica e, principalmente, a defesa da Mãe Terra. Nos dias atuais, existem várias lideranças jovens que estão preparadas para continuar

essa luta que não vai parar agora. Vejamos, a seguir, depoimentos de lideranças jovens indígenas.

Figura 23: Danieide Potiguara.



Fonte: Acervo pessoal.

Danieide Potiguara, 2019

A OJIP conseguiu se organizar. Hoje nós temos a representação dentro da comissão nacional de juventude indígena, e no nordeste, temos um representante da Paraíba e um do Maranhão. Fica a ideia de como é forte nosso povo, como é forte a nossa juventude! Os jovens que lutam não lutam só pelo seu povo, mas para os povos indígenas. Hoje todo mundo conhece a OJIP. Está presente em todos os debates indígenas. Os jovens conseguem ter uma posição e um pensamento um pouco mais crítico, porque acaba por trazer também a questão política de muitas demandas. O grupo do Toré é forte, por exemplo, tem uma visão diferente da cultura. A juventude sabe do que precisa dentro da

universidade, fora da universidade, dentro das aldeias, e quem mora também fora das aldeias. Vai fortalecer, no outro, atividades culturais, fazer com que esses jovens tenham um pouco mais de orgulho pela cultura.

Figura 24: Gessé Potiguara.



Fonte: Acervo pessoal.

Gessé Potiguara, 2019.

Particpei do acampamento de 2007. Foi muito difícil, mas importante para minha formação enquanto liderança jovem e de tantos outros. Enfrentamos fome e frio, também a repressão da polícia, mas aprendi que nascer indígena já é ter um motivo para lutar, tem que ser guerreiro para não perder a Mãe Terra para a geração não indígena que herdou a ganância dos europeus que em 1500 invadiram nosso território.

Através da luta, conseguiu-se a efetivação de alguns direitos que estão na Constituição Federal de 1988: o direito à saúde, com a assistência da FUNASA; mais tarde, avançou-se nas conquistas, como a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, graças à unificação no movimento indígena nacional, havendo a adesão de outros povos indígenas.

Outra conquista importante são as escolas indígenas com ensino diferenciado. Na área Potiguara, existem nove escolas estaduais que trabalham o currículo de educação indígena diferenciada. O que leva as escolas a serem vistas dessa maneira são, além das disciplinas específicas (Arte e Cultura, Etno-história e a Língua Tupi antigo), as atividades pedagógicas, como, por exemplo, o ancião se tornando educador, através dos seus relatos de luta e resistência, ou um artesão virando educador quando vai até a escola apresentar suas artes indígenas e passa um pouco de seus conhecimentos.

Existe uma organização, desde o planejamento pedagógico até o calendário escolar, com uma programação específica, na qual entra a semana cultural, a semana do meio ambiente, a semana da ciência, a semana do artesanato (produção de cestaria, maracás etc.), como também a formatura na cultura indígena, que é trabalhada a partir dos quatro principais elementos da natureza: água, fogo, terra e ar. É um momento ímpar para quem o vivencia.

Organizações indígenas

Figura 25: Isaías Marcolino-jovem pajé do povo Potiguara.



Fonte: Acervo pessoal

Algumas organizações que fortalecem o movimento indígena nacionalmente são a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Além dessas organizações, existe

o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que teve o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB para sua criação, em 1972.

AS CIDADES E ALDEIAS DO VALE

A região do Vale do Mamanguape está localizada no litoral norte e é composta por onze municípios: Mataraca, Baía da Traição, Marcação, Rio Tinto, Mamanguape, Capim, Cuité de Mamanguape, Itapororoca, Curral de Cima, Pedro Regis e Jacaraú. Todos esses municípios faziam parte de uma sesmaria que tinha como donatário Flávio Clementino da Silva Freire-Barão de Mamanguape (ANDRADE, 1997). À medida que as aglomerações urbanas foram crescendo, elas foram se emancipando, o que configura a rede urbana do Vale do Mamanguape, sendo Mamanguape a cidade polo que, atualmente, concentra importante polo comercial da região.

A maior parte das cidades do Vale do Mamanguape tem seu nome originado da língua Tupi, o que denota a presença indígena em todo o território, mesmo que o processo de colonização e de aculturação tenha suprimido os povos indígenas na área do litoral. Atualmente, os potiguaras estão distribuídos em trinta e duas aldeias localizadas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. Formam uma população de aproximadamente dezenove mil indígenas, aldeados e não-aldeados¹⁰. O conjunto das aldeias

10 A denominação índios não-aldeados é usada para se referir aos indígenas que residem fora das aldeias.

constituem três Terras Indígenas (TIs): TI Potiguara, TI de Jacaré de São Domingos e TI de Monte Mór. De acordo com Barcellos (2002), a permanência do povo Potiguara nessas terras continua sendo um grande desafio, visto que elas ainda são muito cobiçadas pelos grandes proprietários do lugar, latifundiários, usineiros.

Território indígena

Figura 26: Divisão Política do Vale do Mamanguape.



Fonte: Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba - COSEMS - PB.

De acordo com Joelma Félix, professora indígena, formada em Licenciatura em Educação Indígena pela Universidade Federal

de Campina Grande - UFCG, e Antônio Pessoa Gomes, conhecido como Caboquinho, Cacique da Aldeia Forte e Dr. Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, o território indígena Potiguara se estendia, antigamente, do Ceará, passando por Maranhão e Rio Grande do Norte até Pernambuco. Atualmente, vai do sul da cidade de Mataraca até o norte de Rio Tinto. Um território de 33.757 hectares distribuídos em trinta e duas aldeias. Os municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição estão dentro desse território, que foi cobiçado desde o período da colonização, através da extração da madeira e tantas riquezas que lá existiam.

Hoje, parte dessas terras está sendo ocupada pela cana de açúcar; parte das terras localizadas nos municípios de Rio Tinto e Marcação foram tomadas inclusive pelos Lundgren enquanto outra parte foi ocupada pelas usinas. Apesar de as terras de Marcação e Rio Tinto serem homologadas, as terras de Mont-Mor e de Jacaré de São Domingo foram demarcadas, reconhecidas, mas estão ainda em processo de homologação. Os potiguaras têm consciência de que precisam lutar para manter essas terras, que têm tantos rios, mangues, cachoeiras, sendo ricas em vários recursos naturais. Elas significam a sobrevivência do povo Potiguara, a sua existência, sendo distribuídas, como fora mencionado anteriormente, em trinta e duas aldeias, três municípios e a educação escolar indígena.

A maior parte da população indígena vive da agricultura, da pesca e da coleta da mangaba, do mel, dos mariscos; alguns são funcionários do estado, dos municípios, empregados na SESAI, na FUNAI. É uma população carente, mas que sobrevive graças aos recursos da natureza. Uma parte vive da cana de açúcar,

principalmente do corte da cana. De acordo com Joelma Felix, mencionada professora e líder indígena, falta organização política para fazer muitos projetos acontecerem.

Nas trinta e duas aldeias existem mais de trinta e cinco escolas, divididas em onze escolas estaduais e vinte e quatro municipais. Dessas onze, apenas seis oferecem Ensino Médio aos jovens, que são muitos. É dever de o estado garantir a educação indígena. A resolução 03/99, uma das conquistas, dá o direito aos indígenas de terem uma educação específica, diferenciada, bilíngue e intercultural.

Essas escolas indígenas potiguaras buscam de fato promover essas leis e têm trabalhado para o fortalecimento da cultura, das tradições, da oralidade, da escrita. Elas têm um papel social muito importante. A escola indígena Pedro Poti é uma escola referência, uma escola modelo, que busca trabalhar tal diferencial: ao longo dos seus quinze anos, ela vem formando vários jovens que hoje são grandes lideranças. Vários estão nas universidades. A escola atende onze aldeias. Os jovens que lá estudam têm a oportunidade de entender melhor a sua cultura, de viver a sua cultura, de realmente estarem mais próximos daquilo que pertence a eles, das práticas.

Figura 27 - Escola indígena Pedro Poti, localizada na aldeia São Francisco, em Baía da Traição.



Fonte: Acervo pessoal.

Ainda segundo Joelma Felix, a educação vem de casa. Os pais, a família e a comunidade têm o dever de trabalhar, de repassar as suas tradições. E a escola tem que fortalecer esses laços. Uma escola que vem também insistindo na formação dos professores que, aos poucos, estão buscando, embora ainda haja uma deficiência, uma lacuna, uma assistência muito grande. Entretanto, é fato que os alunos potiguaras estão sendo assistidos. Quando terminam o Ensino Fundamental, eles passam pelo ritual de formatura, que é um ritual de passagem, simbolizando o fogo e a terra. Já os alunos do Ensino Médio, quando o concluem, fazem o ritual com os elementos água e ar. São elementos da existência humana, que dão vida ao povo Potiguara.

Joelma Felix, 2019.

Figura 28: Joelma Felix.



Fonte: Acervo pessoal.

Falar sobre território, ou melhor, territorialidade, é muito mais que pensar em um espaço limitado que foi traçado pelo governo. É sim, num lugar que faz parte da nossa existência, resistência. Chamamos de sustentabilidade, de identidade, aquilo que nos une, nos faz forte. Pensar em territorialidade na educação, na saúde e ver todo processo histórico o qual passamos e no qual chegamos, pensar as gerações futuras e pensar em o que deixar para eles, pensar no futuro e no que os nossos antepassados também deixaram para nós. Analisar as políticas públicas que não venha para nos classificar ou nos dizimar. Como sempre

trazendo divisão, nos dizendo o que fazer, não excluindo, colocando nós indígenas uns contra os outros, como forma de competição, nos dizendo quem tem direito e quem não tem. Quem está dentro ou fora da Aldeia, é isso que nos fala o governo. Pensar em território é falar no respeito, respeitar nossa história, a nossa ancestralidade para que sejamos Potiguara e que possamos lutar pelo coletivo, pelo povo indígena. Isso é pensar no nosso território.

Caboquinho Potiguara, 2019.

Figura 29: Antônio Pessoa Gomes (Caboquinho Potiguara).



Fonte: Acervo pessoal.

Sobre nós aqui, eu falo do potiguara da Paraíba, é um símbolo de resistência. O território pra mim significa uma coisa muito ampla, depois da família. A terra pra mim é muito importante. Mas quando eu falo em território, é assim como essas nuvens, são várias nuvens, elas vão se juntando. É como o território indígena. É aquele território que tem a

nossa pesca, aquele território onde nós temos a nossa caça, a harmonia. Fico até um pouco arrepiado. É ele que mostra como nós se pinta, e aquele território que mostra que somos o dono. Todo território tem limitação, mas para o índio o território não tem delimitação. Porque nós visamos para além disso aí. Eu chamo isso de cosmologia. É aquela terra onde eu vejo os espíritos. É aquele território onde eu vejo meus antepassados. É aquele território que eu vejo, sei lá, muitas coisas que eu não vejo no dia a dia. E vejo também. São os meus parentes, as pessoas que convivem comigo. O território é tão importante pra nós que, no mundo de vocês brancos, vocês não sabem o que é território. Território pra mim é o mar, a água, são os rios que atravessam as aldeias, são aquelas almas que trazem espiritualidade, aquelas almas que trazem pra mim as vertentes, onde diz que você deve beber isso daqui. A noite também é muito importante. Você não dorme aqui. Você vai dormir em outro canto. Tanto faz eu dormir na praia, junto do rio ou na mata. São essas pessoas que nos guiam e diz onde você fica. Pra finalizar isso tudo aí, a importância de tudo é você ter amor, reconhecer e saber amar, principalmente a natureza. Outra coisa, além de amar a natureza, é você transferir isso aí para outras pessoas.

Quadro 3: Terra indígena no vale do Mamanguape.

Terra Indígena	Situação Jurídica	Área (Hectares)	População TOTAL (IBGE)	População Indígena (SIASI)
Potiguara	Regularizada	21238	8971	9634
Jacaré de S. Domingos	Regularizada	5032	448	544
Potiguara de Monte-Mór	Declarada	7487	10106	4746
Total		33757	19525	14924

Fonte: Elaborado pelos autores.

CAPÍTULO II

Paulo Benício Vicente

Maria do Socorro Silva

Ana Maria Gomes

Ana Paula Bezerril Celestino

Maria Camila do Nascimento

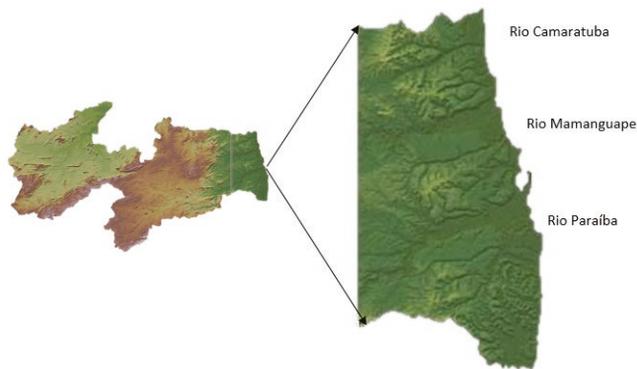
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: RELEVO, CLIMA, VEGETAÇÃO E ÁGUA NO VALE DO MAMANGUAPE

A região do Vale do Mamanguape está inserida no domínio da Mata Atlântica, ambiente natural presente na faixa litorânea brasileira. Esse ambiente caracteriza-se pela ocorrência de clima tropical úmido, pois recebe influência das massas de ar úmidas vindas do Oceano Atlântico, que proporcionam a essa região condição climática favorável à prática agrícola.

O relevo predominante é a planície litorânea, que se estende de norte a sul da Paraíba por uma estreita faixa de terra que, no sentido Leste-Oeste, em alguns pontos, a extensão tem em média cinquenta quilômetros de largura, presente nos municípios de Mataraca, Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação a leste, e em seus limites a oeste nos municípios de Jacaraú, Pedro Regis, Curral de Cima, Itapororoca, Capim e Cuité de Mamanguape, quando

a planície sofre uma descontinuidade e o relevo é rebaixado pela depressão subterrânea.

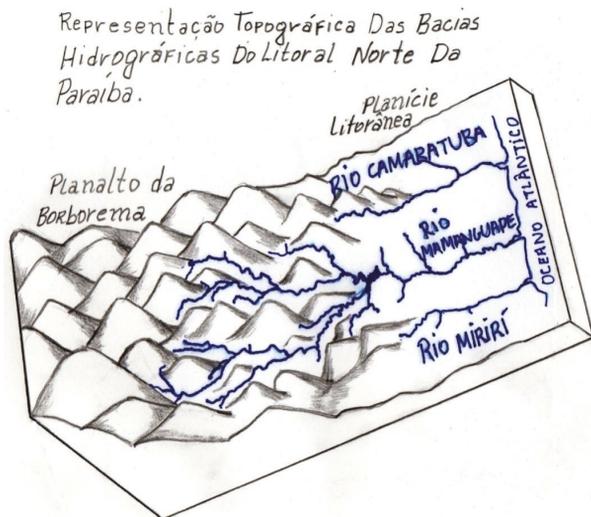
Figura 30: Mapa do relevo da Paraíba.



Fonte: Portal Paraíba Total. Disponível em: <http://www.paraibatotal.com.br/a-paraiba/geografia>. Acesso em: 22 mar. 2020.

Essa região é cortada por alguns rios importantes, que nascem no Planalto da Borborema, correm para o leste e deságuam no Oceano Atlântico, como o Camaratuba, o Mamanguape e o Mirirí. Esses rios, durante o processo de colonização, serviram de rota para a ocupação e colonização das áreas interioranas da Paraíba, tanto pelos portugueses quanto pelos franceses, que foram os primeiros a desenvolver atividades econômicas na costa paraibana.

Figura 31: Representação topográfica das bacias hidrográficas do litoral norte da Paraíba.

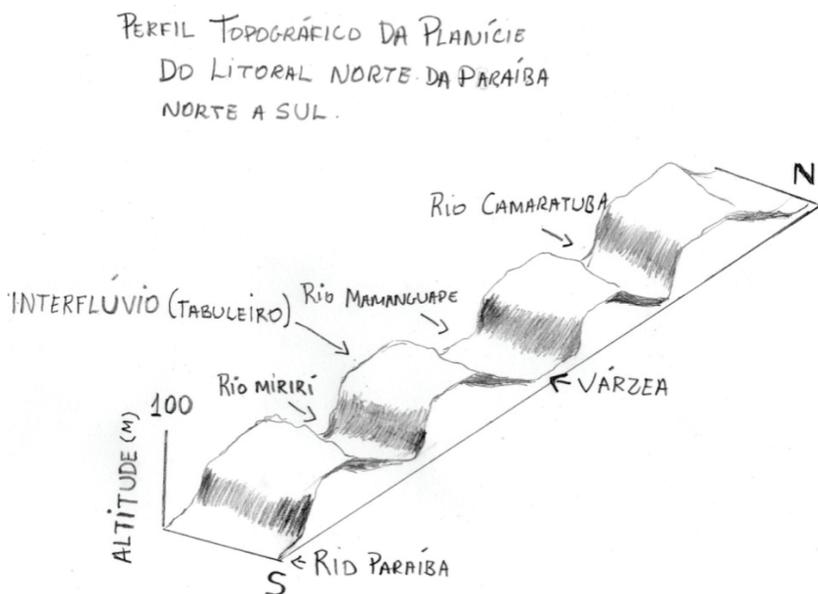


Fonte: Vicente (2017).

Entre esses rios, existem planícies de solos pobres, denominados por Andrade (1998 p. 26) de *Interflúvios*¹¹, que são conhecidos, popularmente, por Tabuleiros. Já os vales desses rios, principalmente o Camaratuba e o Mamanguape, possuem amplas planícies aluviais (solos resultantes de deposição de sedimentos transportados pelos rios), com solos férteis; foram ocupados pelos engenhos e pelo cultivo da cana de açúcar, ficando os solos pobres e escassos de água dos tabuleiros destinados ao cultivo de lavouras pelos moradores e foreiros dos engenhos.

¹¹ Inteflúvios são regiões mais elevadas de uma bacia hidrográfica, servindo de divisor entre uma bacia e outra. Também são chamados de divisores topográficos ou divisores de água.

Figura 32: Perfil topográfico da Planície do Litoral norte da Paraíba norte e sul.



Fonte: Vicente (2017).

O SOLO

Para conhecer a região do Vale do Mamanguape, no tocante ao solo, é importante classificá-lo de acordo com as suas características e formas de ocupação. Os tabuleiros, presentes nas áreas de planícies localizadas entre as principais bacias hidrográficas da região e as várzeas, são áreas situadas às margens dos rios. O solo de tabuleiro caracteriza-se por ser arenoso e pela ausência de cursos d'água, como rios e riachos. No entanto, nas bordas desse domínio, onde ocorrem os declives para as várzeas, afloram inúmeras fontes e nascentes, a exemplo de Alagamar, Umaíra e Leitão, no município de Capim, Rio do Gelo, em Rio Tinto, Rio de Pindobal e Engenho Novo, em Mamanguape. Os tabuleiros abrigam espécies vegetais nativas, como a mangaba, o batiputá, o araquá, o cajueiro, entre outras. Que outras espécies vegetais do tabuleiro você conhece?

As várzeas, por sua vez, são caracterizadas como áreas situadas às margens dos rios. As mais extensas são as dos rios Mamanguape e Camaratuba. Quanto mais próximas da foz desses rios, mais essas várzeas se alargam, atingindo de cinco a sete quilômetros de largura, como no Rio Mamanguape, por exemplo. Essas várzeas possuem solos muito férteis, pois, geologicamente, foram formadas pela deposição de sedimentos. Estes foram transportados pelas águas dos rios e dos inúmeros córregos e riachos que nascem em suas margens, tanto nas terras baixas do litoral, como nas terras altas da Borborema, e convergem para o leito dos rios principais, com as águas turvas das cheias no período chuvoso. Ao longo da história geológica, os sedimentos foram depositados e formando a vasta planície.

Figura 33: Barra de Camaratuba, no município de Mataraca.



Fonte: Portal Trilhas dos Potiguaras. Disponível em: <http://www.trilhasdospotiguaras.com.br/pt-br/destino-e-trilhas/barra-de-camaratuba/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

A ocupação do solo da região do Vale do Mamanguape para fins econômicos se deu ainda no momento da invasão portuguesa e de disputa entre os franceses, sendo esses os quais primeiro desenvolveram, ainda no século XVI, a atividade de exploração da madeira nas várzeas dos rios da região. Posteriormente, com a ocupação definitiva do litoral paraibano pelos portugueses e a fundação da Paraíba, no ano de 1585, iniciou-se o cultivo da cana. A partir dos séculos XVII e XVIII, as várzeas dos rios, onde se localizam os solos mais férteis, foram tomadas pela instalação dos engenhos e dos cultivos de cana; são exemplos dessa forma de ocupação os engenhos Alagamar (atual Usina Mirirí), Camaratuba, localizado às margens do rio de mesmo nome, atualmente Usina D’Padua, Engenho Preguiça, em Rio Tinto.

Essa dinâmica de ocupação do solo pela cultura da cana se prolongou por todo o período até o século XX, quando o processo de produção de açúcar começou a se modernizar e as

usinas passaram a substituir os engenhos. A instalação das usinas, localizando-se sempre às margens de um grande rio, também garantiu facilidade no processo de produção de açúcar e álcool, devido à disponibilidade de água. São exemplos dessa dinâmica de ocupação as usinas Monte Alegre, em Mamanguape, e D'Padua, em Mataraca, as duas localizadas nas várzeas dos rios Mamanguape e Camaratuba, respectivamente.

À medida que os solos mais férteis, produtivos e abundantes de água das várzeas iam sendo ocupados pela monocultura da cana, para a produção de açúcar e, posteriormente, de álcool, as populações nativas e produtoras de alimentos foram obrigados a abandonar as várzeas e ocupar as áreas de solos arenosos dos tabuleiros.

Figura 34: Várzea do rio Mamanguape ocupada pela monocultura da cana.



Fonte: Vicente (2017).

Os antigos engenhos, para suprir a necessidade de mão de obra em substituição ao trabalho escravo, passaram a ocupar

parte de suas propriedades com grande número de moradores, para a exploração da força de trabalho em regime de parceria, como o meeiro e o foreiro. Os proprietários destinavam parte de suas terras, geralmente os solos menos produtivos, para a construção das casas dos moradores, assim como para a plantação de seus roçados.

Na fazenda Monte Alegre, esse fato podia ser observado nos povoados de Leitão, Alméssega e Linhares, atualmente extintos, e na própria vila da usina, onde a vila de casas ficava espremida entre o vasto plantio de cana, na várzea localizada na frente das casas, e a alta colina, localizada na parte de trás das residências, restando apenas o quintal para o cultivo de alguma lavoura. Nas áreas de tabuleiro, a produção de lavoura ficava condicionada ao regime das chuvas, pois os solos do tabuleiro, por serem arenosos, secam rapidamente, proporcionando um período mais curto para a safra, e, devido à baixa fertilidade, tinham baixa produtividade. As culturas praticadas pelos moradores eram as de curto ciclo reprodutivo, como o feijão, a fava, a batata doce, o milho e o algodão.

Com o advento do PROALCOOL, na década de 1970, ocorreu o processo de mecanização e modernização das técnicas para o cultivo da cana, como a irrigação. A monocultura passou a ocupar também os tabuleiros, e os moradores foram forçados a sair da terra para deixar o espaço livre para a cana. Todos os povoados citados foram extintos e as populações que residiam nessas comunidades migraram para os centros urbanos em busca de emprego, ou ocupam hoje os bairros periféricos das cidade da região. Bairros como Areial, Gurgurí, Piçarreira, Sertãozinho, Rua do meio, todos em Mamanguape, têm sua população predominantemente oriunda

do campo, resultante do processo de expansão da cultura da cana e da modernização das usinas.

Figura 35: Colheita da cana nas encostas às margens do rio Mamanguape.



Fonte: Vicente (2017).

Sugestões de atividades

1. Registrar fotografias sobre os diferentes tipos de paisagens e relevo. A partir dessas imagens, construir mapas, murais e seminários.
2. Organizar uma exposição sobre os diferentes tipos de solo da região.
3. Mapear os rios, córregos e nascentes de sua região, desenhando seu percurso, da nascente até a foz.

4. Pesquisar sobre os nomes dos principais rios e riachos e qual a origem desses nomes.
5. Indagar de que forma esses rios contribuem para o desenvolvimento econômico da região.
6. Os rios que temos hoje são iguais aos que existiam no tempo dos seus pais ou avós? Indagar sobre quais as mudanças ocorridas e o que as ocasionou.
7. Pesquisar e identificar as plantas frutíferas nativas que existiam na região ou ainda existem, comparando como era e como está a presença dessas plantas atualmente, identificando os fatores que provocaram as possíveis mudanças observadas.

CONTEXTUALIZANDO 1

Figura 36: Representação de um casal camponês.



Fonte: Desenho de Givanildo Farias.

D. Maria, 2019.

A gente chamava a lagoinha. Lá era um lugar que formava uma lagoa, ficava cheio de água. Ficava cheio de gente que ia pra beber, pra tomar banho. Eu nos dias de semana ia lavar roupa. Tinha gente que ia pescar. Tinha um pé de caju bem grande, ele tinha aquelas galhas espalhadas, aí o povo ficava em cima das galhas e pulava pra dentro da lagoa. No ano de 1964 já tinha água, mas era pouca, em 1971 e 1975

aí ela encheu muito, ela encheu que sangrou pra Mesca, o povoado que ficava perto de Olho D'água e que não existe mais. Pra secar, a usina abriu uma vala para água escorrer pro lado da Mesca. Não tinha mata, tinha tabuleiro, com pés de batiputá, araçá, mangaba e cajueiro. O caminho daqui pra capim era cheio de oieiro. A gente andava o caminho todinho dentro d'água. Tinha tempo que nem passava carro que atolava.

Figura 37: Canavial na localidade onde existia uma lagoa no município de Capim PB.



Fonte: Vicente (2017).

O terreno rebaixado, onde antes era uma lagoa natural encravada no tabuleiro, entre a cidade de Capim e o distrito de Olho D'água, hoje é um imenso canavial. Toda a vegetação natural do tabuleiro foi retirada e substituída pelo cultivo da cana, perdendo-se a riqueza natural, como as plantas nativas, e afetando as reservas de água desse ambiente. Apesar da abundância de rios e nascentes

existentes na região, um fato que chama a atenção é a má qualidade da água que chega às casas, pois não há água tratada adequadamente. Os rios e as nascentes estão secando em consequência da degradação ambiental. As águas recebem altos índices de poluentes e agrotóxicos, seja através do lançamento de esgoto doméstico, do uso de agrotóxicos próximos às nascentes e às margens dos rios, da devastação das matas ciliares e da prática da pecuária e monocultura.

Sr. José, 2019.

Quando a gente era crianças, a gente vinha tomar banho no ribeirão e pescar, e tinha muito peixe, até dourado, a gente pegava traíra das grandes. Quando não tinha o que comer de mistura era só pegar a puça e ir pescar. Hoje o rio secou, não temos onde pescar e os peixes que tem são pequenos e sem gosto, a maioria morre quando a usina despeja a água quente da caldeira.

A ÁGUA

Figura 38: Nilda Faustino Batista.



Fonte: Acervo pessoal.

**Nilda Faustino Batista, professora e líder indígena,
2019.**

Para mim os senhores dos vales era os primeiros habitantes da aldeia S. Francisco que moravam nas furnas e nas margens dos rios, até nas suas nascentes. Tinham uma verdadeira paz. As pessoas não eram agredidas pela devastação do meio ambiente. Havia paz porque havia alimentação. Havia paz porque tinha saúde, porque tinha fartura, água em abundância. Tinha peixe de diversas qualidades. Tinha como morar e viver de uma forma muito harmoniosa. O vale era alegre. Tinha mata, tinha arborização bem definida. É diferente de hoje. Na época que vem do século dezesseis, ou antes, dos séculos anteriores, essas pessoas viviam

aqui uma verdadeira paz. Eu digo isso, porque eles eram os senhores dos vales. Eles tinham tudo de bom. Tinham uma convivência com os ancestrais. Não provavam da maldade dos que vivem hoje.

Para o indígena potiguara, a natureza é vista como vida, distribuída em quatro elementos fundamentais: terra, fogo, água e ar. O elemento água encontra-se presente em todo o território, nos rios, lagoas, marés, riachos, córregos e oceanos.

Os potiguaras, conhecidos historicamente como senhores dos vales e dos rios e comedores de camarão, habitam o território que está localizado próximo ao oceano atlântico, entre dois grandes rios: o Mamanguape, ao sul, e o Camaratuba, ao norte. Além desses, outros importantes rios cortam o território potiguara: no município da Baía da Traição, o rio Sinimbu, com nascente na Aldeia Tracoeira e na Aldeia São Francisco; no município de Marcação, o rio da Estiva, com nascentes nas aldeias Silva de Belém e Grupiúna dos Cândidos e Jacaré de São Domingos; no município de Rio Tinto, o rio do Gelo, com nascente na aldeia Monte-Mór.

Figura 39: Rio do gozo ,aldeia Tracoeira, Baía da Traição



Fonte: Vicente 2019

Os rios, córregos e riachos fazem parte da riqueza biológica presente no território Potiguara e do Vale do Mamanguape. Nestes ambientes, os índios retiram a água para seu consumo e desenvolvem a agricultura e a pesca, duas atividades que se complementam no sustento das comunidades. Desse modo, a importância da sustentabilidade consiste em preservar a qualidade dos rios e do solo, uma vez que o agrotóxico usado na agricultura pode afetar diretamente o meio ambiente e a sustentabilidade dos rios, assim como a qualidade da água consumida pelos seres vivos.

Isaías, pajé potiguara, 2019.

Sem água não há vida. Ela é a própria fonte da vida. A água é o espírito da vida, o espírito ancestral que traz a vida, que mantém a vida e que gera a vida. Ela representa a vida no passado, no presente e a vida do futuro. A água é a fonte da vida, é a sobrevivência, é a pureza do ser humano, do ser índio. É a força da mãe natureza. A água é a própria vida.

O apreço que os índios demonstram pela água é evidenciado nas suas lendas, nos seus mitos e nas suas crenças, a exemplo da Mãe d'água, do Pai do Mangue, da Mão Cabeluda, das Bruxas de Coqueirinho, entre outros.

CONTEXTUALIZANDO 2

Lenda da Mãe d'água

A Mãe d'água, também chamada de Iara, é um espírito encantado, protetora das águas doces. Ela fica triste quando vê as pessoas desmatando as margens dos rios e jogando lixo. Diz a lenda que, quanto mais a Mãe d'água fica triste, menos águas terão os rios, podendo até mesmo secarem. Quando o rio seca, ela desaparece.

Figura 40: Representação da Mãe d'água.



Fonte: Desenho de Givanildo Farias.

Cada agressão aos rios é considerada uma ofensa à Mãe d'água. Por outro lado, para que ela fique contente, é preciso proteger as nascentes e os mananciais, presenteá-la com espelhos, pentes, perfumes e laços, pois a Mãe d'água é muito vaidosa.

Segundo um morador da aldeia Três Rios, que era pescador, antigamente existia muito caranguejo, sururu, camarão e peixe nos rios do lugar:

Figura 41: Desenho de índio potiguara



Fonte: Desenho de Givanildo Farias..

Quando eu tinha sete pra oito anos, já pescava com outros índios pra trazer a mistura, o que era pescado não tinha a quem vender e ficava para o consumo da família. Em uma época que a usina soltou a calda no rio o que foi de peixe, siri, ostra, sururu morreu tudo; só escapou o caranguejo e o aratu. Mas o caranguejo depois morreu e as causas nem o IBAMA sabe dizer e eles não morreram só aqui, morreu em outros estados também.

CONTEXTUALIZANDO 3

Sugestões de atividades

1. Aula de campo, para induzir a prática da pesquisa, conhecendo, através dos depoimentos dos mais velhos, como eram os rios, as nascentes, identificando as mudanças que aconteceram ao longo do tempo e, assim, começando a construir conhecimentos próprios.
2. Organizar uma campanha para conscientizar os moradores, a fim de que cuidem da água e evitem o seu desperdício.
3. Desenhar as fontes de água existentes na sua comunidade. Exemplo: rios, lagoas, riachos, cacimbas.
4. Plantar árvores em volta das fontes de água para impedir que essas fontes venham a secar.
5. Identificar os rios no mapa, localizar as cidades situadas em suas margens, pesquisar as principais fontes poluidoras e os principais impactos ambientais e sociais provocados por esses poluentes.
6. Indagar sobre as seguintes questões: Quais rios, córregos e riachos nascem ou cortam seu município? Como está a qualidade desses rios e nascentes? Nossos netos poderão usufruir dessas águas? O que podemos fazer? Como eram esses rios no passado? Como eram aproveitados esses rios? E hoje, de que forma eles são explorados?

A água é fonte de vida

A água é fonte de vida
Vamos todos festejar
A água é fonte de alegria
Vamos todos preservar
Preservar sempre é bom
Para a água não faltar.

A água é fonte de vida
E nós devemos preservar
Pois elas servem para muitas coisas
E para nos ajudar
Se não cuidarmos da água
Como vamos nos alimentar?

A água é muito boa
E com ela temos saúde
Mata a sede, lava a casa.
Do corpo tira o grude
Faça a sua parte
Precisamos ter atitude.

A água é fonte de vida
Para nos sustentar
Se a gente cuidar da água
Ela nunca vai faltar

Se ninguém se preocupar
A gente é que vai se acabar.
Cuide dos rios e lagos
Faça a sua arte
Preserve a natureza
Pois dela você faz parte
Se no mundo faltar a água
Viveremos um desastre.

(Poema criado pelo 5º ano da EMEIF Anatilde Paes Barreto)

O Vale e o agrotóxico

A região do Vale do Mamanguape, desde o período histórico da colonização brasileira pelos portugueses, teve um processo de desenvolvimento econômico semelhante ao ocorrido em todo o Nordeste brasileiro. A atividade econômica baseada na agricultura de produção de gêneros para exportação foi estruturada no modelo agrícola sustentado no seguinte tripé: a) monocultura - produção em larga escala para atender às demandas do mercado externo europeu; b) latifúndios¹² - grandes propriedades de terra, destinadas a um único tipo de lavoura, como o café, no Sudeste, e a cana-de-açúcar, no Nordeste; c) trabalho em regime escravo -

12 Vasto domínio rural constituído de terras não cultivadas e/ou de áreas onde se pratica um tipo de cultura que não exige grandes investimentos

relação de trabalho que se prolongou por mais de trezentos anos na economia brasileira.

Com o passar do tempo, a economia do país foi se diversificando por meio de novas atividades, principalmente a partir dos anos 1970, com a implantação do parque industrial brasileiro e, em especial, da indústria automobilística. Apesar da evolução e da diversificação econômica pela qual passaram principalmente as regiões Sul e Sudeste do país, no Nordeste esse processo foi menos intenso e, na Paraíba, especificamente no Vale do Mamanguape, foi inexistente. Tal região permaneceu com o modelo econômico com poucas alterações em sua matriz, ou seja, como região agroexportadora, sendo a cana de açúcar a cultura dominante, e o açúcar e o álcool os principais produtos industrializados derivados da cana.

Para atender a demanda do mercado, faz-se necessário o aumento da produtividade, que é alcançado através do intenso processo de mecanização e do uso de defensivos agrícolas, como os adubos químicos e os agrotóxicos. Embora a legislação brasileira seja bastante avançada no controle do uso desses produtos, os órgãos de fiscalização são ineficientes no combate às práticas ilegais. A classe política, com forte representação dos ruralistas no congresso nacional, por exemplo, atua no sentido de favorecer as indústrias produtoras de veneno, com as usinas ignorando as regras e utilizando esses produtos de forma indiscriminada.

O relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra), com base no censo de 2006, indica que cerca de 80% dos grandes proprietários rurais usam veneno em suas plantações. Só em 2009, foram mais de

um bilhão de litros de agrotóxicos utilizados nas lavouras do Brasil, o que equivale a cinco litros de veneno consumido por pessoa ao ano. Outros estudos revelam que o nível médio de contaminação dos alimentos colhidos nos vinte e seis estados do país é grave: pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%) e cenoura (49,6%), apenas para citar alguns exemplos. Vejamos, no quadro a seguir, os índices dos agrotóxicos em alguns produtos agrícolas.

Quadro 4: Produtos com porcentagem de agrotóxico.

Classificação	Produto	Porcentagem de agrotóxico
1º	Pimentão	91,8%
2º	Morango	63,4%
3º	Pepino	57,4%
4º	Alface	54,2%
5º	Cenoura	49,6%
6º	Abacaxi	32,8%
7º	Beterraba	32,6%
8º	Couve	31,9%
9º	Mamão	30,4%
10º	Tomate	16,3%
11º	Laranja	12,2%
12º	Maçã	8,9%
13º	Arroz	7,4%
14º	Feijão	6,5%
15º	Repolho	6,3%

Fonte: ANVISA.

O uso de agrotóxico tem impactos negativos na produção alimentar, causando a dependência da produção ao uso de tal artifício, pois isso interfere na microbiologia dos solos e na cadeia alimentar, além de produzir pragas resistentes, condicionando a

utilização de produtos cada vez mais fortes para o seu combate e fertilizantes na produção da lavoura. A realidade descrita está muito presente no Vale do Mamanguape, com destaque para as usinas e as fazendas de produção de frutas. Outro impacto importante é com relação ao meio ambiente, com a contaminação das nascentes e dos lençóis d'água, assim como dos rios, riachos e seus reservatórios.

O uso de agrotóxicos também tem impacto direto na saúde da população, causando doenças de pele e respiratórias. Na região do Vale do Mamanguape, é comum, a partir do mês de julho, as usinas fazerem pulverização de veneno sobre os canaviais com aeronaves. O vento espalha esse veneno por extensas áreas, afetando as lavouras de policultura¹³ dos pequenos agricultores e provocando doenças nas pessoas. Assim, no distrito de Olho D'água, no município de Capim, há o aumento de pessoas doentes nos postos de saúde, queixando-se de crises alérgicas, doenças de pele e doenças respiratórias, como tosse, e até problemas cardíacos.

A região, por estar situada na zona canavieira, é influenciada pela cultura do agronegócio¹⁴ de forma generalizada; nela, os pequenos agricultores têm dificuldades de plantar sem uso dos agrotóxicos e fertilizantes, uma vez que esses produtos modificam a dinâmica natural dos vegetais e também acabam influenciando culturalmente, levando o pequeno produtor a assumir o modelo do agronegócio, que é produzir mais em menos tempo. O modelo de produção agrícola controlado pelo agronegócio impõe

13 Cultura de produtos agrícolas diversos numa determinada área de plantio.

14 Conjunto de operações da cadeia produtiva do trabalho agropecuário até a comercialização.

suas regras aos pequenos produtores, de modo que se internaliza o pensamento de que não entrar nesse modelo significa a exclusão do processo produtivo que busca, a todo o momento, um aumento da produtividade.

Sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde das pessoas nas comunidades próximas dos canaviais, vejamos o relato de uma moradora:

Quando a usina pulveriza a cana nos meses de abril, maio, junho, agosto e setembro, as crianças e os idosos sentem muitas crises alérgicas, de respiração, de cansaço, até de coração. Os aviões passam por cima das nossas casas e aquele veneno cai todo em cima da gente, quando não cai, o vento traz o cheiro que faz mal.

Os pequenos agricultores fazem uso dos rios e das lagoas para a irrigação de suas lavouras, contaminando, assim, toda sua produção agrícola, especialmente as hortaliças, frutas e verduras.

Sugestões de atividades

1. Pesquisar os nomes dos venenos usados em cada fase do cultivo da cana e seus impactos na saúde.
2. Fazer um levantamento de como sua comunidade é afetada pelo uso de agrotóxicos.

Agricultura familiar

A agricultura familiar conceitua-se pelo ato de produzir alimentos (frutas, legumes, verduras, tubérculos e hortaliças) de forma natural, sem o uso de agrotóxicos, respeitando a natureza e o seu tempo de produção. Toda a produção é realizada pelos membros da família e destinada, principalmente, ao consumo familiar. Prática desenvolvida desde a origem da agricultura, ela se configura como uma estratégia de favorecer o homem do campo, evidenciando a sua importância para o sustento e o desenvolvimento do país.

Tal prática traz elementos de muita importância, pois é a partir dela que os alimentos tidos como mais saudáveis chegam à mesa da população, dos próprios camponeses e também da população dos pequenos e grandes centros urbanos. A agricultura familiar movimenta boa parte da economia local do Vale do Mamanguape, seja nas feiras livres ou no fornecimento dos alimentos para a merenda escolar, através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que incentiva os pequenos agricultores familiares e realiza a compra de seus alimentos para as escolas, valorizando o agricultor que cultiva a terra de modo que não agrida a natureza, aproveitando os recursos que ela própria oferece.

No entanto, ainda há uma grande necessidade de fortalecimento desses pequenos grupos, possibilitando-lhes acesso a novas experiências e tecnologias que facilitem e ampliem as produções, bem como parcerias com instituições e grupos diversos, valorizando e resgatando os princípios da tradicional agricultura familiar.

Existe também o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que busca contribuir com o fortalecimento da mencionada prática. O programa está vinculado à Secretaria de Ação Social, a qual compra os alimentos diretamente dos pequenos agricultores, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades tradicionais, distribuindo esses alimentos para as populações carentes das periferias dos centros urbanos.

Quanto aos aspectos naturais, a agricultura familiar permite que haja um equilíbrio com a natureza através do modo de produção em que o agricultor respeita o tempo, os elementos e todas as especificidades que o próprio meio ambiente oferece. A prática envolve a família, sendo livre de produtos tóxicos, o que enriquece o meio ambiente com elementos sustentáveis na ampla diversidade de culturas. Trata-se de um modo de produção que visa garantir produtos de excelente qualidade obtidos com princípios de respeito e preservação do bem natural. A agricultura familiar é o modo de produção de alimentos que prioriza a sustentabilidade do meio ambiente, aproveitando os recursos naturais para elevar a qualidade de vida das pessoas.

O agricultor familiar é um sujeito simples, no entanto, muito sábio; alguém que traz na vida, no corpo e no modo de viver ações que respeitam a natureza, que compreendem a terra como mãe, protetora, fonte de vida e de sustento. Ele respeita o tempo da natureza para realizar o plantio dos alimentos. É alguém que evolui com a experiência do dia a dia e com os ensinamentos que traz da vida ao longo do tempo, que trabalha com modos de produção próprios. Tratam-se, em sua grande maioria, de sujeitos que se inter-

relacionam, trocam experiências e, principalmente, trabalham em grupos envolvendo toda família.

Figura 42: Roçado de milho, feijão e hortaliças de família de agricultores.



Fonte: Celestino 2019.

A seguir, transcrevemos o depoimento de um agricultor familiar, relato presente em Pereira (2008, p. 103).

A terra tá ligado à minha vida. Quando falo na terra, eu tô falando de mim. Ela é a fonte de tudo. É a partir da terra que a gente começou a criar os animais, a ter os frutos. É um sentimento muito forte. É o patrimônio que a gente mais deveria preservar, cuidar com carinho.

A gente planta, ela dá, a gente come, se veste, calça, de tudo da terra. A terra significa ser como se fosse eu. Eu tudo faço pra dar a meus filhos. A terra é a mesma coisa. Ela significa pra mim ser uma mãe.

Vou ao roçado, trago um cacho de banana, trago uma bacia de caju, uma bacia de acerola, uma macaxeira, um feijão verde, eu vou lá e trago. Eu não vou comprar a ninguém. Eu não vou pegar de ninguém. Eu tô pegando o que a terra me deu.

Assim que eu acordo de manhã cedo, vou amarrar os bichos. Chego, tem que tirar ração pros bichos. Todo dia, faça chuva, faça sol, tem que cuidar dos bichos. Agora como choveu, criou pasto, pego a vaca, boto lá no cercado e amarro. Os meninos ajudam, alisam elas. Elas não fazem nada... Por enquanto tem quatro grandes e quatro pequenos. A gente planta mandioca, macaxeira, banana, feijão macaça, feijão mulatinho, milho, fava... Tem pato, peru, galinha.

Dia sim, dia não, eu sempre vou à roça. Sempre desço pra plantar alguma coisa, dar uma limpadinha, colocar a vara lá no inhamé. Tem muita coisa pra fazer. E sempre, agricultor! Pode vir atividade que vier, mas sempre agricultora! A gente não pode abandonar a terra porque aquilo ali é uma força muito grande que foi adquirida. Não é por acaso que a gente vai abandonar a terra e nem deixar de ser agricultora.

Comecei por plantar coqueiro. O coqueiro é uma fruta que não precisa a gente tá arrancando pra plantar de novo. Como a bananeira maça, a gente planta e ela fica lá. Eu já dei início à criação de frango. Entre pintinho novinho e franguinho, guiné, pato, peru, ganso tem aproximadamente uns 400. Quando a gente precisa, tem um ovo, um frango. A gente vende. [...] Aproveito o esterco da galinha; joga tudo na terra. Inventei aquele cata-vento que tá rodando. Se tiver um varjado

igual a este aí, se cavar e encontrar água pode botar um cata-vento como este que funciona. Subindo ladeira, sobe dois quilômetros. Aqui eu aproveito cada espaço que tem dos 10 hectares. Tenho uma caixa cheinha de banana maça pra levar pra feira amanhã. Tem goiaba, manga, cajueiro, capim pra gado. Tenho uma vaca e três bezerras.

Agora, transcrevemos o depoimento do Cacique Seatle concedido a Lyra (2004, p. 79-82).

Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas, o cavalo, a grande água são nossos irmãos. Os picos rochosos, o calor do corpo do potro e o homem - todos pertencem à mesma família. Os rios são nossos irmãos, carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos e seus também. Vocês devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão [...] O ar é precioso para nós, o vento que deu a nosso avô seu primeiro inspirar também recebe seu último suspiro [...] Se todos os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais breve acontece com o homem. O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. Há uma ligação em tudo. Ensinem as suas crianças o que ensinamos as nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspiendo em si mesmos.

Defensivos alternativos

Uma das formas de respeito e preservação da natureza é o uso de defensivos com produtos naturais feitos pelos próprios agricultores. A utilização de defensivos alternativos nas culturas ajuda no controle de pragas e doenças. Como o nome já diz, são defensivos ou repelentes, por isso não se devem aplicar esses produtos nas plantas, apenas quando o agricultor perceber que estão aparecendo pragas ou que suas plantas estejam doentes. A aplicação de defensivos alternativos tem que ser feita durante todo o ciclo da produção, ou seja, do plantio à colheita; com isso, as plantas estarão protegidas e as pragas não irão atacar. A seguir, apresentamos o modo de preparo uma diversidade de defensivos que poderão ser utilizados nas plantações para ajudar no controle das pragas e das doenças, exemplos publicados em Pereira (2012):

1) Macerado curtido de urtiga

Colocar 500 gramas de folhas frescas ou 100 gramas de folhas secas em um litro de água e deixar curtir por dois dias. Para aplicação, diluir em 10 litros de água e pulverizar sobre as plantas ou no solo. Controla pulgões e lagartas.

2) Mistura de querosene, sabão e macerado de fumo

Aquecer 10 litros de água com 20 colheres de sobremesa de querosene e 3 colheres de sopa de sabão em pó biodegradável.

Deixar esfriar e adicionar 1 litro de macerado de fumo. Pulverizar sobre as plantas. Controla cochonilhas com carapaça, ácaro, pulgões e ferrugem.

Obs.: Não usar em laranjeiras que estejam frutificando.

3) Mistura de sabão, macerado de fumo e enxofre

Misturar em 10 litros de água morna meia barra de sabão, 1 litro de macerado de fumo e 1 kg de enxofre. Deixar esfriar e pulverizar sobre as plantas. Controla ácaros.

4) Cravo de defunto

Quando plantado em torno dos canteiros, impede o aparecimento de nematoides nas plantas cultivadas.

5) Solução de água e sabão

Colocar 50 gramas de sabão caseiro em 5 litros de água quente. Após esfriar, aplicar com o pulverizador. Controla pulgões, cochonilhas e lagartas.

6) Urina de vaca

Deixar curtir a urina de vaca uns 4 dias num recipiente fechado, depois misturar 100 ml com 20 litros de água e pulverizar sobre o solo.

Indicações: Serve, principalmente, para combater ataques de moscas, pulgões e lagartas nas verduras. Ao mesmo tempo, serve como adubo.

Plantas que podem ser utilizadas como inseticidas:

a) Pimenta vermelha

Este tipo de pimenta, quando bem socada, misturada com bastante água e um pouco de sabão em pó ou líquido, pulverizada sobre as plantas, age como repelente de insetos.

b) Pimenta-do-reino

De seus frutos se extrai uma substância que inibe o consumo das plantas por diversos insetos.

c) Alho

Dissolver um pedaço de sabão de coco do tamanho de um polegar (50 gramas) em 4 litros de água. Juntar 2 cabeças picadas de alho e 4 colheres de pimenta vermelha picada. Coar com pano fino e aplicar.

Indicações: O alho é um bom repelente de insetos, bactérias, fungos e nematoides, além de servir de inibidor de digestão de insetos.

Alternativas para controle de doenças:

1) Chá de camomila

Mergulhar um punhado de flores em água fria por um ou dois dias. Pulverizar nas plantas, principalmente nas mudas

em sementeira. Controla diversas doenças fúngicas.

2) Mistura de cinzas e cal

Dissolver 300 gramas de cal virgem em 10 litros de água e misturar mais 100 gramas de cinzas. Coar e aplicar sobre as plantas por pincelamento ou pulverização durante o inverno, quando as árvores estão em dormência. Controla barbas, líquens e musgos.

CAPÍTULO III

Gessé Viana da Silva
Maria José Nascimento de Andrade
Severina Maria dos Santos
Moama Lorena de Lacerda Marques
Rosicleide Silva Moreira

CULTURA: EXPRESSÕES CULTURAIS DO VALE DO MAMANGUAPE

Figura 43: São João na cidade de Mamanguape.



Fonte: Renato Sabino

Tudo o que o homem produz ao longo do tempo para preservar a sua existência é cultura. De um modo geral, a cultura refere-se aos componentes simbólicos e aprendidos do comportamento humano, tais como a língua, a religião, os hábitos de vida, ou seja, elementos que foram passados de geração em geração pela via oral, escrita, material e imaterial, que envolvem seu cotidiano, seu modo de vida local, seu modo de agir e de ser.

No Vale do Mamanguape, observa-se um foco maior na cultura popular, destacando-se danças, músicas e festas populares religiosas, além do artesanato e alguns pequenos ateliês. No tocante às festas religiosas, elas não só mostram a religiosidade, mas também o profano da cultura local. É o caso das festas de padroeiros e das festas juninas, com seus concursos de quadrilhas.

É válido ressaltar que, nas comunidades litorâneas, por algum período, predominaram a ciranda, o coco de roda, os violeiros, os grupos de babau emboladores de coco. Atualmente, essas expressões culturais estão desaparecendo, em virtude de novas culturas de massa propagadas nas mídias digitais. Com o avanço da informatização, percebe-se um forte declínio, por meio da juventude, de dar continuidade ao modo de ser próprio do homem do campo; as rodas de conversas na casa de farinha, em que surgiam as lendas e contos, por exemplo, quase desapareceram.

Apesar de toda a invasão cultural ocorrida nos últimos tempos, algumas expressões culturais resistem, como o Toré e a pintura potiguara, que representam a mais expressiva identidade cultural do povo indígena, assim como a capoeira e o candomblé, manifestação de resistência da cultura afro no Vale do

Mamanguape. No campo da cultura popular, outras manifestações também resistem, como o embolador de coco, as artes plásticas em geral, como pinturas e esculturas, os trios de forró pé de serra, as vaquejadas, as rezadeiras. Em relação à cultura religiosa cristã, as manifestações mais importantes são os terços, as quermesses e as novenas, as procissões e os cultos evangélicos.

Um importante local de expressão dos valores culturais e de lazer do território são as feiras livres, uma vez que, nos seus espaços, a sociedade local pode conhecer melhor a sua identidade cultural. Nelas, podemos encontrar formas variadas da cultura, como comidas típicas, artesanato, remédios caseiros. Conhecer as manifestações culturais representa um avanço importante no sentido de fortalecer e manter viva a identidade local. Cabe ao educador e ao educando buscarem conhecer melhor essas manifestações da cultura local, para que a escola possa ser um agente de propagação e fortalecimento da identidade do povo.

Sugestões de atividades

1. Pesquisar as principais manifestações culturais existentes em sua comunidade.
2. Conversar com pessoas idosas e investigar as manifestações culturais que eram praticadas no seu tempo.

A CULTURA POTIGUARA

O povo Potiguara tem buscado, a todo custo, manter viva suas raízes, pois, desta forma, acredita estar preservando sua cultura. Por muitas gerações, os anciãos vêm passando para os mais jovens tudo que aprenderam com os índios mais velhos, visando, assim, ao fortalecimento das tradições.

A economia e o meio de sobrevivência dos potiguaras ainda se sustentam na agricultura familiar, ou seja, grande parte da população vive do cultivo da roça (mandioca e macaxeira, feijão, milho etc.), da pesca e da cata de marisco, caranguejo, siri, goiamum e aratu. Estas atividades são realizadas durante o ano todo, nos manguezais, nos rios, nos estuários, no mar e na maré, destinando-se ao autoconsumo da família e, dependendo do valor comercial, da espécie capturada, direciona-se à comercialização em bares e restaurantes locais, à troca e à doação para parentes e amigos.

Outras atividades também geram meios de sobrevivência, como, por exemplo, a coleta da mangaba, do coco, do caju, da castanha. A mangaba é uma fruta nativa muito utilizada por povos ancestrais como meio de troca, ainda hoje sendo muito comercializada nas feiras livres de todas as cidades do Vale do Mamanguape e facilmente encontrada em todas as aldeias. Muitos potiguaras possuem sítios de coco e caju; esses frutos, assim como a castanha, são comercializados quando encontrados em grande quantidade.

É importante ressaltar a inserção da cultura da cana no território potiguara, a qual tem interferido negativamente nas atividades tradicionais da cultura indígena. Dessa forma, o território Potiguara não é mais o mesmo, visto que tem sofrido interferências de todos os lados, como nas práticas culturais e de produção de alimentos, inclusive contribuindo com o modelo do agronegócio, que tanto tem devastado a natureza com os rejeitos despejados pelas usinas nos rios e manguezais.

Figura 44: Manguezais.



Fonte: Acervo Pereira 2015.

Para contrapor o avanço do modelo do agronegócio no território Potiguara, há um grande interesse, por parte das lideranças, de buscar apoio junto às autoridades públicas na tentativa de conter as ameaças e preservar os lugares/ambientes sagrados. Em virtude disso, existem gestores territoriais oficiais e determinados pelo próprio povo, como os órgãos federais, estaduais, municipais e caciques.

O cuidado com os ambientes não é de responsabilidade tão somente da comunidade, mas dos seres “encantados”, dos

agentes do governo, como, por exemplo, o Ibama. Mas o que são os encantados? Os potiguaras acreditam que os encantados são seres sobrenaturais, são espíritos que habitam e protegem os ambientes sagrados, como a mata, os rios e os manguezais. A relação que temos com os encantados inspira confiança e respeito, indo muito além dos limites humanos, ou seja, eles habitam na natureza e desempenham a função de protegê-la das maldades humanas.

Os encantados, como a Cumade Fulozinha, a Mãe d'água e o Pai do Mangue, são, para o povo Potiguara, seres invisíveis, por sua relação com o humano e a imortalidade; como afirmam Cardoso e Guimarães (2012). Eles não são “gente como a gente”, como dizem, mas já foram “gente como a gente”. Os encantados são “seres” frutos de transformações humanas, geralmente crianças não batizadas, após captura por animais.

Os encantados são os “donos” dos ambientes, ora sendo chamados de pai ou mãe, ora dono dos bichos, ou somente encantados, e são vistos tanto pelo perigo quanto pela proteção. O perigo advém da relativa periculosidade e a imprevisibilidade ao se adentrar no ambiente “controlado” pelo encantado, gerando certo “temor” quanto ao que pode acontecer, ainda mais quando este está ciente que não cumpriu certos requisitos morais e éticos perante essas entidades. Por outro lado, tais seres invisíveis são percebidos por suas ações como protetores ou cuidadores dos animais sob seus domínios, com os quais as pessoas podem estabelecer relações de troca e simpatia.

Isaiás Marcolino, Pajé Potiguara, 2019.

Os encantados são os nossos ancestrais, os índios guerreiros espirituais, aquelas pessoas que tem uma espiritualidade mediúnica que dominavam as práticas da ciência das matas, das águas, dos pássaros, dos animais, da terra dos encantados, das suas rezas e seus cantos, estudantes da maraca, do bombo, da gaita. São nossos tataravós, nossas lideranças mais antigas. Os encantados são também dos tempos mais remotos do povo potiguara, aqueles que morreram e derramaram seu sangue pela luta de um povo, pela permanência e existência de nosso povo, da nossa terra, de nosso território. Os encantados são esses encantos de luz, espíritos guerreiros que sofreram, que lutaram, mas que morreram como guerreiros, como fiéis a seu povo, a sua cultura, a sua ancestralidade, pela causa das gerações que hoje estão presente e as que vão vir. Encantados são esses!

Desde a década de 1980, o povo Potiguara tem se mobilizado na luta pelo fortalecimento de sua cultura e suas tradições, uma vez que os costumes dos antigos ainda é a principal referência para o povo. É certo que a história de conflitos e contato com a população branca e negra interferiu bastante nas crenças e nos costumes desse povo, os quais não são mais os mesmos que seus ancestrais cultivavam.

Todavia, tem se tornado cada vez mais forte o desejo e a necessidade de revitalizar e tornar visível a cultura Potiguara, como afirma Nascimento (2012): o povo Potiguara tem cultivado contributos para a afirmação da etnicidade, recuperando, nos

“trancos velhos” (pessoas idosas e mais experientes), as tradições do ritual do Toré, da língua Tupi, do artesanato, da culinária, da educação escolar indígena e da demarcação de etnoterritórios no Litoral Norte da Paraíba.

Figura 45: Ritual do Toré na Baía da Traição PB.



Fonte: Pereira 2015.

O povo sempre teve uma identidade própria, ou seja, muitos costumes e crenças, mas, como afirmamos anteriormente, no passado, toda e qualquer manifestação indígena passou a ser terminantemente proibida pelos padres católicos; desta forma, os Potiguara foram obrigados a reprimir a sua cultura. Entretanto, como aponta Barcellos (2002), eles não perderam suas raízes primeiras; por outro lado, houve um acréscimo em suas práticas culturais, não se sabendo ao certo se isso foi bom ou ruim.

Uma das expressões culturais mais significativas e hoje cultuadas é o Toré Potiguara, sinal de confraternização, mas

também de luta, sendo, sobretudo, um ritual religioso, o qual simboliza o sofrimento e as perseguições enfrentadas. De acordo com Nascimento (2012), o Toré é o principal patrimônio dos povos indígenas do Nordeste. Conforme relato de um jovem Potiguara: “Quando cantamos e dançamos o Toré, acreditamos que os espíritos dos ancestrais e os seres encantados são despertados e, juntos, estamos pedindo forças e mais condições de sobrevivência e resistência ao nosso Deus Tupã”.

O Toré consiste em uma das práticas religiosas do povo Potiguara, ele constitui a vitalidade da etnia Potiguara, ritual sagrado de agradecimento, luta, festa, contestação, reivindicação e esperança.

Figura 46: Pintura indígena Potiguara.



Fonte: Pereira 2015

O Toré é uma prática religiosa que, herdada dos antepassados, porém, não é o mesmo dos primórdios, tendo em vista que sofreu influência da religião católica. Em muitas músicas do Toré, por exemplo, são citados elementos do catolicismo. Portanto, trata-se de um ritual que conta, ou deve contar, com a participação de toda a aldeia. Quando é dançado, transmite-se a fé, a crença e, assim, vivenciam-se e fortalecem-se as práticas socioculturais, bem como a língua materna Tupi. O Toré se constitui símbolo da resistência e um dos meios mais importantes de preservação da cultura indígena Potiguara.

Embora se tenha hoje os mesmos hábitos dos brancos, como o acesso à educação escolar, à universidade, à internet, e a tantos outros meios, nada disso fez com que os potiguaras abandonassem a sua cultura. Mesmo tendo contato com tudo que foi citado, não se deixou o hábito de cultivar a terra, de pescar, de colher frutas para o

consumo ou até mesmo para o comércio, de colher ervas medicinais, seja para fazer um chá, um banho ou até mesmo um lambedor. Ainda se tem o conhecimento da fertilidade da terra, da força da lua, sabe-se, por exemplo, qual é a melhor época para plantar e para colher. Todo o conhecimento é passado de geração em geração e, assim, mantém-se a identidade e a cultura permanece viva.

O artesanato também faz parte da cultura indígena Potiguara, sendo feito a partir de matérias extraídas da natureza, tais como sementes, penas, palha, escamas de peixes etc. Essas matérias-primas são transformadas em brincos, pulseiras, colares, saias, Cocares, entre outros adornos.

Figura 47: Adereços indígenas.



Fonte: Pereira 2017.

A pintura corporal também é parte da cultura indígena Potiguara. De acordo com Nascimento (2012, p. 15-16): “Os desenhos são representativos e grafados no corpo com tinta extraídas do urucum (coloração vermelha) e do jenipapo (coloração preta)”. Na pintura, retrata-se a história; quando os corpos estão pintados, carrega-se a marca dos ancestrais.

Figura 48: Urucum, planta utilizada na pintura potiguara.



Fonte: Pereira 2018.

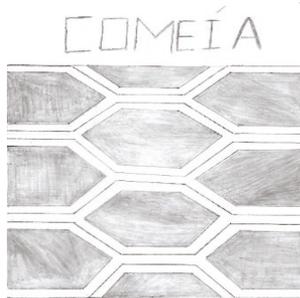
Rosicleide Potiguara, professora indígena, 2019.

O meu povo é, sem dúvida, um povo guerreiro. Os fatos acima citados comprovam que quase fomos dizimados, porém, lutamos e nos fortalecemos, e hoje, em meio a tantas outras formas de opressão, a citar a educação e a saúde, ainda assim continuamos resistindo e passando os conhecimentos dos ancestrais para os mais jovens; portanto, me sinto privilegiada por fazer parte desse povo e saber que somos símbolos da resistência.

A seguir, apresentamos alguns tipos/padrões de pinturas corporais dos indígenas potiguaras.

A colmeia: significa coletividade, união para buscar seus direitos e lutar quando necessário.

Figura 49: Pintura Colmeia.



Desenho de Joab Potiguara

A Salamandra: ligada à alto-defesa, usada contra as ameaças aos direitos, acatando quando se sentir ameaçado.

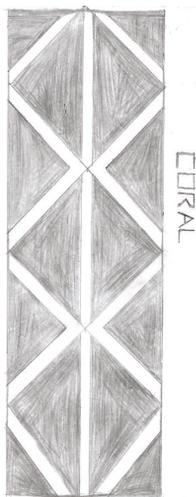
Figura 50: Pintura Salamandra.



Desenho de Joab Potiguara

A coral: representa as cores preto e vermelho, para melhor existir e resistir, sempre se defendendo quando ameaçado.

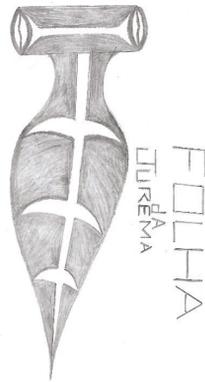
Figura 51: Pintura Coral.



Desenho de Joab Potiguara

A Folha da Jurema: é a folha de uma planta sagrada medicinal, como também representa o espírito da entidade Jurema, que fortalece os povos indígenas, presente até em algumas músicas do Toré.

Figura 52: Pintura Folha de Jurema.



Desenho de Joab Potiguara

FEIRA LIVRE

A feira livre é um ambiente onde é possível encontrar variedades em produtos que estão sendo comercializados por feirantes da localidade, como alimentos, vestimentas, artesanatos, produtos medicinais e até mobiliário para casa. O Vale do Mamanguape é uma região desprovida de indústria, o que facilitou a organização de feiras livres em diversos lugares onde pequenos produtores agrícolas e comerciantes levam seus produtos, principalmente da agricultura familiar, como macaxeira, batata, assim como animais de criação, como galinha, porco, cabra, gado e cavalo, para serem comercializados ou trocados. A troca era uma prática comum no passado devido à escassez de moeda.

Nessas feiras, a oferta de produtos ocorria de acordo com a sazonalidade, ou seja, em cada época do ano era maior a oferta de

produtos próprios daquele período. Por exemplo, de abril a junho, era maior a oferta de feijão, milho, macaxeira, e de pescados, como peixes e caranguejos, devido às enchentes dos rios. Os principais peixes comercializados eram traíra, jacundá, piau, cará do oíão e quindunde. De agosto a outubro, havia muito milho seco, inhame, batata doce, fava verde e feijão seco (mulatim e macassar), além de frutos, como banana, laranja, abacaxi, fruta pão e, também, algodão a serem comercializados. Nessa época havia ainda grande oferta de carnes salgadas e peixes secos, como avuador, sardinha e tilápia, com muitos desses produtos vindo do estado do Rio Grande do Norte.

No mesmo período havia grande variedade de frutos nativos e seus derivados. Os principais eram mangaba e batiputá, sendo comercializado tanto o fruto como o óleo, o óleo de dendê, que era utilizado para assar peixes e carnes, mas também para comer com farinha de mandioca. Além dos alimentos, eram vendidos nas feiras livres os utensílios domésticos produzidos de forma artesanal, como camas, mesas, cadeiras e tamboretas, potes e panelas de barro, selas, cangaias para os animais e também os arreios e cabrestos de couro, além dos caçuás e dos balaios, que eram utilizados para o transporte de mercadorias pelos animais e pelas pessoas.

De novembro a fevereiro, os principais produtos eram o coco seco, a manga, o milho quebrado - para fazer munguzá - e o xerém de milho, para servir de alimentos para os animais, como porcos e galinhas, bem como o arroz da terra, que era produzido nas várzeas dos rios da região. Nessa época do ano, também se vendiam muitas aves, como perus, galinhas, patos, pois era a época de verão

e de escassez de mantimentos. As famílias vendiam as criações para comprar os alimentos.

Figura 53: Feira livre no Vale do Mamanguape.



Fonte: Acervo pessoal.

Outro fato marcante nas feiras livres era a presença de produtos relacionados à cultura popular, com os emboladores de coco, os tocadores de viola, os trios de forró e a produção e comercialização da literatura de cordel, assim como os bonequeiros, que produziam, comercializavam e apresentavam os teatros de babau (mamulengos). As feiras se caracterizavam como lugar de encontro, diálogos e trocas de experiências. Um espaço de propagação da cultura popular nordestina.

Outra expressão cultural que surgiu nas feiras livres e se propaga até os dias atuais é a comercialização de plantas medicinais e produtos da medicina alternativa, como garrafadas, raízes e xaropes,

indicados para curar vários tipos de doenças. Atualmente, todas as cidades do Vale do Mamanguape têm feiras livres, geralmente realizadas nos fins de semana; apenas na cidade de Itapororoca elas acontecem na segunda-feira. As feiras mais antigas e tradicionais são as de Mamanguape, de Rio Tinto, de Jacaraú e de Itapororoca. Das cidades citadas, Itapororoca é a única que tem a feira de gado.

Figura 54: Banco de produtos da agricultura familiar, feira livre de Mamanguape.



Fonte: Silva 2019

Mesmo sendo um espaço importante para cada feirante e para a economia local, nota-se que o ambiente onde acontecem as feiras enfrenta grandes problemas, principalmente de estrutura, como falta de água, pavimentação, banheiros, barracas para os

comerciantes e higiene. É comum encontrar na feira produtos sendo expostos no chão.

Um dos problemas mais sérios enfrentados pelos feirantes, atualmente, é o descaso do poder público no que se refere às condições de salubridade dos espaços das feiras, onde são perceptíveis a falta de coleta do lixo, a presença de esgoto a céu aberto, a falta de instalações adequadas para a exposição dos produtos perecíveis, como carnes, peixes, queijos, e também ausência instalações, como galpões, que ofereçam proteção aos feirantes e aos clientes das adversidades do tempo, como o sol e a chuva.

Alguns relatos indicam que, quando chove, prejudica-se a maioria das pessoas que vendem seus produtos.

Eu vendo marisco, bolo pé de moleque, beju de massa de mandioca mole. Tudo o que vendo é feito por mim. Essa feira é muito importante, não tem muita gente como deveria, pois, teve um problema com o transporte que trazia o povo das aldeias pra fazer sua feira aqui. Espero que seja resolvido logo, pois fica melhor, vendemos mais rápido. (Depoimento de uma feirante de Marcação, 2017)

Sugestões de atividades

1. Pesquisar sobre a origem da feira livre de sua cidade.
2. Para uma aula de campo na feira:
 - a) identificar a origem dos produtos (vindos do campo, da indústria, do extrativismo etc.);
 - b) identificar as principais manifestações culturais presentes na feira livre de sua cidade;
 - c) entrevistar feirantes, abordando a importância econômica da feira livre.
3. Produzir cordel sobre a feira livre.
4. Listar os produtos da medicina alternativa comercializados na feira livre de sua cidade e sua utilidade.
5. Pesquisar quais as dificuldades do agricultor em inserir seu produto na feira, desde a plantação até a sua coleta e seu transporte.
6. Fazer o mapa da feira livre de sua cidade.

BRINCADEIRAS REGIONAIS, CANTIGAS DE RODA, MITOS E LENDAS: O PASSADO ENCANTANDO O PRESENTE

Em uma retrospectiva histórica breve, é possível relembrarmos uma infância boa, simples e marcada pelas mais singelas brincadeiras e cantigas que fazem parte das nossas lembranças. Trata-se de uma infância mais distante das tecnologias, do barulho do dia a dia, do encantamento pela televisão, e mais próxima da família, das noites sem energia, dos amigos da rua, do bairro ou apenas da casa vizinha. Uma infância que não precisava de muito para ser perfeita, compartilhada por meninos e meninas ao mesmo tempo.

Nas longas tardes ou até mesmo no finalzinho delas, juntar os amigos em volta de casa para esgotar as energias brincando era a melhor parte do dia. Meninos e meninas traçavam juntos qual seria a sequência de atividades que iriam desenvolver e quais delas eram mais encantadoras. Brincar de Tô no poço, de passar anel, de Grilo, de pular corda, de queimada, de rouba-bandeira, de amarelinha, de esconde-esconde, de cabo de guerra, de bola de gude, de coelho na toca, de telefone sem fio e tantas outras opções constituíam experiências ricas em conhecimentos, valores, regras e respeito.

A vontade de brincar e o encantamento pelas brincadeiras eram tão grandes que as mães costumavam chamar mais de uma vez seus filhos para casa, para o banho, para o jantar. As horas passavam despercebidas, porque o bom era esgotar as energias com a diversão das brincadeiras regionais. As cantigas traziam beleza, poesia, o

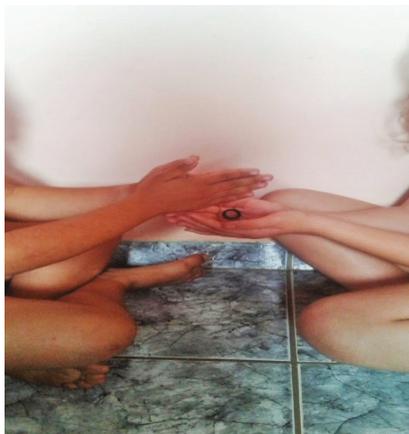
amor em suas rimas e versos. Às vezes, contavam história de amores proibidos ou tratavam de assuntos engraçados. Todas sempre produzidas e cantadas com muita ludicidade.

No entanto, muita coisa mudou, a televisão trouxe o mundo para perto das famílias, mas nos prendeu dentro de nossas próprias casas. A violência não nos deixa brincar na rua e as crianças já encontram “diversão” dentro de seus quartos, de frente a computadores, celulares ou videogames. Resgatar a magia das brincadeiras e cantigas regionais é possibilitar às crianças de hoje o encantamento desse mundo mágico que faz da vida mais simples uma vida mais bela, em que é bom juntar os amigos, descobrir o mundo, aprender a conviver em grupo, socializar, superar desafios e, principalmente, garantir a valorização e o resgate cultural de nossas origens.

Brincadeiras regionais

Passa o anel

Figura 55: Crianças brincando de Passa o anel



Fonte:Acervo pessoal.

Material utilizado: Anel

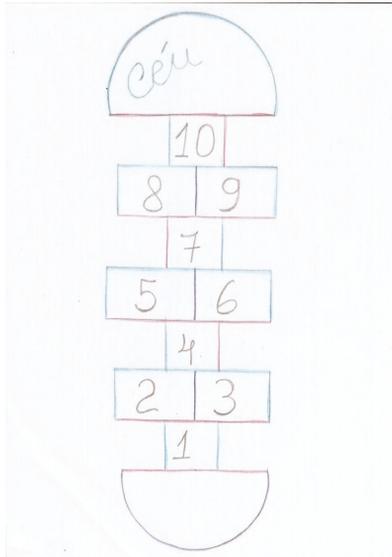
Números de participantes: A partir de cinco crianças

Procedimento: A uma criança é atribuída a missão de colocar o anel na mão da outra. Uma terceira criança é escolhida para adivinhar com quem está o anel. As demais ficam enfileiradas, esperando a passagem do anel, que será deixado nas mãos de uma delas. A criança designada para adivinhar com quem está o anel deve fazer com o menor número de tentativas possíveis. Se não adivinhar,

deve pagar uma prenda e passar a vez para a criança que supostamente estaria com o anel.

Amarelinha ou academia

Figura 56: Representação da Amarelinha.



Fonte: Desenho da professora Verônica Pereira.

É uma brincadeira muito boa para se trabalhar a lógica, a sequência e a coordenação motora, além de ensinar a respeitar regras.

Passo a passo para brincar:

1. Fazer o desenho da brincadeira (Figura 56) no chão e, com um marcador (que pode ser uma pedra, uma tampa

de garrafa, entre outros objetos), a criança joga-o, de costas, para acertar na primeira casa. Caso não consiga, passa a vez para as outras crianças, voltando a jogar quando acertar o marcador na primeira casa;

2. Após acertar a primeira casa, com o marcador ela vai pular, de um pé só, para a casa dois e, assim, sucessivamente, até chegar ao “céu”, podendo colocar os dois pés na casa em que tiver outra casa do lado. Mas atenção: um pé em cada casa;

3. Chegando ao “céu”, a criança volta pulando em um só pé, até chegar à casa que precede a casa que está com o seu marcador. Neste momento, a criança pega seu marcador (sem colocar o pé suspenso no chão);

4. Ao chegar, volta para o início da brincadeira; ela, não descumprindo nenhuma das regras apresentadas, poderá jogar novamente seu marcador na casa seguinte, passando a vez para outra criança apenas quando houver o descumprimento das regras. Ganha quem chegar primeiro, com o seu marcador, ao “céu”.

Regras: Perde a vez quem pisar nas linhas do jogo, pisar na casa onde está a pedrinha, não acertar a pedrinha na casa onde ela deve cair, pisar na casa onde ela deve cair, não conseguir (ou esquecer) de pegar a pedrinha de volta.

Grilo

Figura 57: Crianças brincando de Grilo.



Fonte: Acervo da professora Severina Pessoa.

Uma criança é escolhida para pegar o grilo e o restante fica em uma fila, em que o grilo é a última da fila. A criança escolhida vai até a primeira da fila e pede a bênção. Em seguida, a criança abençoa e novamente a escolhida pede autorização para ir pegar o grilo no final da fila. Na brincadeira há todo um objetivo. Se a criança da frente conseguir alcançar a última, que é o grilo, ela se tornará o próximo responsável pra pegar o grilo. Mas, se a criança não conseguir pegar o colega que é o grilo, a brincadeira continua até que ele consiga alcançar.

Número de participantes: Aproximadamente cinco ou mais crianças.

Passo a passo da brincadeira:

Criança 1: Benção!

Criança 2: Deus te abençoe!

Criança 1: O senhor viu o grilo?

Criança 2: Tá lá atrás comendo todo o roçado. Vá lá pegar.

Pula corda

Consiste em duas pessoas segurarem uma corda, uma em cada ponta e, a partir daí, fazer movimentos circulares, com outras pessoas devendo pular sem pisar na corda. Enquanto se pula, se canta: “Um homem bateu na minha porta e eu abri! Senhoras e senhores ponham a mão no chão! Senhoras e senhores deem uma rodadinha e vão pra o olho da rua!”. Conseqüentemente, deve-se fazer tudo o que a cantiga propõe. Tem também outra que diz: “Sal, pimenta, foguinho!” Esse movimento é dado para quem já está mais experiente no ato de pular corda, porque o movimento circular, que é feito por quem segura a corda, é muito rápido. Perde quem pisar na corda, e daí se passa a vez para outra pessoa.

Tô no poço

A brincadeira fica estruturada da seguinte maneira: uma criança fica separada e de costas para o grupo. A partir daí, quem

está só diz: “Estou no poço!”. O grupo responde: “Água por onde?”. A criança responde: “Pelo pescoço!”. O grupo pergunta: “Quem te tira?”. A criança responde: “Meu bem!”. O grupo pergunta: “Quem é seu bem?”. A criança responde: “Meu amor!”. O grupo, então, começa a perguntar e apontar para os membros do grupo que ali estão: “É esse?”. Logo, quando a criança diz ser algum, o grupo pergunta: “Com que tira?”. A seguir, a criança decide e fala; existem várias possibilidades de respostas, podendo ser com aperto de mão, abraço, uma pergunta, que, neste caso, poderá ser relacionado a uma aula, por exemplo. Posteriormente, é praticada a ação de apertar a mão, abraçar ou perguntar, e esses dois participantes trocam de lugar.

Bambolê

Feito com mangueira, o bambolê é um objeto no formato circular, o qual, movimentando-se a cintura, gira pelo corpo; vence a brincadeira quem passar mais tempo com o bambolê girando ao redor da cintura.

Pão doce

Consiste em fazer um número de círculos no chão menor que a quantidade de crianças que irá participar da brincadeira. O que está fora do círculo diz: “Tem pão doce aí?”. Respondem os

participantes: “Tem não, tem na padaria de...”. É nessa hora que os participantes trocam de padaria, isto é, de círculos, sendo também nessa hora que quem está fora do círculo tenta se encaixar num dos círculos. Se esse alguém conseguir, o que ficou de fora vai fazer todo o processo de comprar pão doce novamente.

Sugestões de atividades

1. Promoção de brincadeiras na escola.
2. Pesquisar junto à comunidade outras brincadeiras regionais que podem ter sido vivenciadas anteriormente pelos pais dos alunos, pelo professor, assim como as brincadeiras atuais.
3. Na sala de aula, poderá ser criado um mural apresentando todas as brincadeiras descritas.
4. Criar textos, desenhos, histórias em quadrinhos sobre suas experiências.
5. O professor poderá encaminhar o alunado para reflexão da relevância das brincadeiras, de como elas poderão promover o exercício da disciplina, bem fortalecer a cultura.

Cantigas de roda

Camaleão

Camaleão foi se casar
Com a filha do capitão
Quando chegou na igreja
A calça caiu no chão

Apanha, meu bem, apanha
A calça do camaleão

Camaleão subiu o palácio
Foi conversar com seu doutor
Oh coisa interessante
Um bicho de paletó
Ou camaleão ou pássaro
Oh, camaleão doutor

Camaleão subiu o palácio
Foi conversar com o presidente
Oh, coisa que achei bonito
Bicho falando com gente
Ou camaleão ou pássaro
Ou camaleão ou gente.

O sapo

Eu vi um sapo
Na beira do rio
Camisa verde
Tremendo de frio

Não era sapo nem perereca
Era fulano (pode ser o nome de qualquer pessoa)
Só de cueca.

Carneirinho, carneirão

Carneirinho carneirão, neirão, neirão
Olha pro céu, olha pro chão, olha pro chão
Para ser sempre sagrado, sempre sagrado
Pra você sentar no chão

O anel que tu me deste, tu me deste
Era vidro e se quebrou, se quebrou
O amor que tu me tinha, tu me tinha
Era pouco e terminou

Quem te deu, nunca te viste, nem te viste
Nem te toma as amizade, amizade
Mas agora me deixaste, tu me deixasse
No leito dessa saudade

Entre cartinha dourada, adorada
Por esse mundo sem fim, sem fim
Vai dizer a minha ingrata, aquela ingrata
Que não esqueça de mim

Firme, firme, eu assino, firme, firme
Firme, firme assinarei, assinarei
Firme, firme por te padeço, por te padeço
Firme por te morrerei.

A formiguinha

Um dia a formiguinha
Saiu pra trabalhar
Encontrou uma cigarra
Cantando sem parar
Do, ré, mi, fá, fá,
Do, ré, do, ré, ré
Dança pra mim, mi, do, ré, mi, fá, fá
No inverno a formiguinha
Da cigarra esqueceu
Ela com fome e frio morreu
Do, ré, mi, fá, fá,
Do, ré, do, ré, ré, ré
Dança pra mim, mim, do, ré, mi, fá.

Fui para a Espanha

Fui pra Espanha buscar o meu chapéu
Era azul e branco da cor daquele céu
Ora palma, palma, palma
Ora pé, pé, pé
Roda, roda moreninha
Caranguejo peixe é

Caranguejo não é peixe,
Caranguejo peixe é
Caranguejo só é peixe
Na enchente da maré

Samba crioula que vem da Bahia
Pega as crianças
E joga na bacia
A bacia era de ouro
Ariada com sabão
Depois de ariada
Enxugada com roupão

O roupão era de ceda
Camisinha de filó
Quem não se abraçar primeiro
Vai ficar pela vovó.

Teresinha de Jesus

Teresinha de Jesus
De uma queda foi ao chão
Acudiram três cavalheiros
Todos de chapéu na mão

O primeiro foi seu pai
O segundo seu irmão
E o terceiro foi aquele
Que a Teresa deu a mão.

Tanta laranja madura
Tanto limão pelo chão
Quanto sangue derramado
Dentro do meu coração

Da laranja quero um gomo
Do limão quero m pedaço
Da morena mais bonita
Quero um beijo e um abraço.

Sou rica

Eu sou rica, rica, rica de mavé, mavé, mavé
Eu sou rica, rica, rica do amor gepê, perepepê

Eu sou pobre, pobre, pobre de mavé, mavé, mavé
Eu sou pobre, pobre, pobre do amor gepê, perepepê

Quero um de vossos filhos de mavé, mavé, mavé
Quero um de vossos filhos do amor gepê, Perepepê

Escolha o que quiser de mavé, mavé, mavé
Escolha o que quiser do amor gepê, perepepê

Eu escolho Maria de mavé, mavé, mavé
Eu escolho Maria do amor gepê, perepepê

Que ofício dais a ela de mavé, mavé, mavé
Que ofício dais a ela do amor gepê, perepepê
Dou o ofício de advogada de mavé, mavé, mavé,

Dou o ofício de advogada do amor gepê, perepepê

Que carro leva ela de mavé, mavé, mavé
Que carro leva ela do amor gepê, perepepê

Levo ela de avião de mavé, mavé, mavé
Levo ela de avião do amor gepê, perepepê

Vamos fazer a festa junta de mavé, mavé, mavé
Vamos fazer a festa junta do amor gepê, perepepê

De rica fiquei pobre de mavé, mavé, mavé

De rica fiquei pobre do amor gepê, perepepê.

De pobre fiquei rica de mavé, mavé, mavé
De pobre fiquei rica do amor gepê, perepepê.

Mitos e lendas

Confundir os conceitos de mito e lenda é algo bem comum. Mitos e lendas são relatos de fatos e/ou entes sobrenaturais, ambos de origem oral, que foram transmitidos pelas gerações, compreendidos como histórias verdadeiras, mas são diferentes um do outro.

A palavra mito vem do grego *mytos* e significa “dizer”, “contar”, também exprimindo o significado de relato, fábula, palavra, narrativa. Portanto, o mito se constitui a partir de um relato, ou seja, de algo que já foi contado ou vivido. O mito se constitui no real, ou seja, de uma realidade cultural; ele representa o sagrado para um povo. São espíritos que cuidam de um ambiente, que o protegem.

A lenda se constitui como um elemento de fixação, ela determina um valor local, explica um determinado hábito. Ela se caracteriza a partir de uma explicação, é típica e permanece igual em várias regiões. Pode ter o intuito de ensinar as crianças a terem medo do desconhecido, daquilo que oferece perigo. Tem a finalidade de ensinar uma lição (CASCUDO, 2006). Seguem alguns exemplos de lendas contadas no Vale do Mamanguape transcrita por Moreira (2017) in Marques (2009):

Cumade Fulozinha

Figura 58: Representação da Cumade Fulozinha.



Fonte: Desenho de Givanildo Farias.

Reza a lenda que a Cumade Fulozinha (evolução linguística de Comadre Florzinha) apresenta aparência de uma menina de dez anos de idade, tem cabelos longos e um tom de pele morena clara. Este ser encantado vive nas matas e sua função é protegê-las, assim como proteger os animais, das agressões dos homens e, principalmente, dos caçadores. Assim como o Pai do Mangue, a Fulozinha gosta de ser agradada com fumo; por outro lado, se ela

sentir que seu espaço está ameaçado, costuma surrar os caçadores e seus cachorros. Cumade Fulozinha também tem o hábito de dar assobios e fazer tranças nas crinas e no rabo dos cavalos.

Resumo do relato de Adalgisa, da aldeia Lagoa Grande, Moreira (2018), presente em Marques (2009).

Mãe d'água

Figura 59: Representação da Mãe d'água.



Fonte: Desenho de Givanildo Farias.

Diz a lenda que a mãe d'água é um ser encantado metade peixe, metade mulher, cuja função é proteger as águas dos rios e mares. Segundo os anciãos, quanto mais a Mãe d'água ficar triste, menos água terão os rios, podendo até secarem. Cada agressão aos rios é considerado uma ofensa a própria Mãe d'água. Para que ela fique satisfeita, é precis, não só proteger as nascentes e os mananciais,

mas também, presenteá-la com espelhos, pentes, perfumes e laços, uma vez que esse ser encantado é muito vaidoso (Resumo do relato de Ronaldo, da aldeia Lagoa Grande, presente no livro presente em Marques (2009)).

O Pai do Mangue

Figura 60: Representação do Pai do Mangue.



Fonte: Desenho de Givanildo Farias.

Diz a lenda que o pai do mangue tem a fisionomia de um velho o qual usa um chapelão, roupas de pescador e está sempre fumando um cigarro. Esse ser encantado não permite que ninguém veja sua face. Para se conseguir pesca farta é necessário oferecer-lhe fumo; desta forma, o mesmo ficará satisfeito; do contrário, se o

mesmo se sentir desafiado, poderá confundir o pescador com seus assobios, fazendo-o se perder dentro do manguezal. Ele também tem o hábito de se transformar em animal. (Resumo do relato de Dona Luzia, da aldeia Lagoa Grande, presente em Marques (2009)).

As Bruxas de Coqueirinho

Figura 61: Representação das Bruxas de Coqueirinho.



Fonte: Desenho de Givanildo Farias.

Contam os mais velhos que, antigamente, na aldeia Coqueirinho, morava umas senhoras que se transformavam em bruxas. As pessoas tinham tanto medo que as bruxas levassem seus filhos que botavam uma tesoura aberta debaixo do travesseiro das crianças pagãs. Os pescadores contam que, em noite de lua cheia, escutavam as bruxas que cantavam assim: “Rema, rema, minha comadre, quando fui, fui de carro; quando vim, vim a pé; tamborete na cabeça roendo meus catolés”. Cada remada das bruxas

atingia uma distância de sete léguas. Dizem também que as bruxas gostavam muito de plantas e que muitas plantas de Coqueirinho foram trazidas por elas ainda como semente. (Resumo do relato de um ancião potiguara, presente em Marques (2009)).

Haja Pau

Os mais velhos contam que, um dia, a mãe de um menino pediu para que ele fosse levar o almoço do pai no roçado. Porém, no meio do caminho, o menino não resistiu e acabou comendo a comida destinada ao pai. O que sobrou do almoço foram apenas alguns ossinhos que o menino tampou dentro da marmita e entregou ao pai. Ao abrir a marmita e ver que só havia ossos, o homem questionou o filho que, por sua vez, disse que aquilo era o que a mãe tinha mandado. O pai, possesso de raiva, voltou para casa e surrou a mulher sem que ela tivesse chance de se explicar. Enquanto o pai surrava a mulher, o menino subiu numa árvore e, lá de cima, vendo tudo, gritava: “haja pau, haja pau!”. O marido surrou tanto a esposa que ela acabou morrendo. Ao ver a mãe morta, o filho foi tomado de grande tristeza e remorso, fugindo para dentro da mata, de maneira que nunca mais se soube dele. Contam os mais velhos que o menino se transformou num pássaro, cujo canto é “haja pau, haja pau”. (Resumo do relato de um ancião potiguara, presente em Marques (2009)).

A botija enterrada

Figura 62: Representação da botija.



Fonte: Desenho de Givanildo Farias.

Segundo os anciãos, guardar dinheiro em banco era coisa de gente rica. Assim, os antigos tinham o velho hábito de guardar seus pertences dentro de um objeto de barro ao qual se deu o nome de botija. Para se sentirem seguros, muitos costumavam enterrar essa botija no quintal de sua casa, no roçado ou até mesmo embaixo de uma árvore.

Todavia, algumas pessoas acabavam falecendo sem contar a ninguém onde haviam escondido a botija. Dessa forma, diz a lenda que a alma dessa pessoa não alcançava descanso e; para conseguira devida paz, aparecia em sonho a um ente querido e revelava a localização exata da botija. Porém, para que a maldição passasse e o espírito fosse libertado, era necessário que a pessoa que recebeu

a revelação fosse sozinha, à meia noite, sem olhar para trás, até o local indicado pelo defunto e, assim, desenterrasse a botija. Do contrário, se a pessoa comentasse do sonho para alguém ou se fosse acompanhado, ou fora do horário marcado, a botija se encantava e a pessoa não a encontrava, deixando a alma sem descanso. (Resumo do relato de Geraldo, da aldeia Três Rios, presente em Marques (2009)).

A Rasga Mortalha

A Rasga Mortalha é um pássaro cujo canto se assemelha a um objeto (pano) sendo rasgado. Os anciãos acreditam que ele traz o agouro da morte; logo, se esse pássaro cantar próximo à casa de alguém, é sinal de que alguém da família vai morrer. E pior do que cantar é quando o pássaro pousa em cima da cumeeira da casa, pois, neste caso, os anciãos afirmam que o pássaro está agourando a morte do dono da casa, o chefe da família. Dizem que para espantar o agouro do pássaro é preciso rezar sete Pai Nossos e sete Ave Marias. (Resumo do relato de um ancião potiguara, presente em Marques (2009)).

A Mãe da Lua

A Mãe da Lua

Era uma vez uma menina

Linda como uma bonina
Cheirosa como uma rosa
Dócil, meiga, afetuosa
Inteligente e muita fina.

Dizem que essa menina
Misteriosa e genuína
Parecia uma princesa
Radiante de beleza
Trouxe misteriosa sina.
A menina não sabia
Até que um certo dia
Soube que a sua sina
Era ser sempre menina
Nunca, mãe ela seria.

A menina se revoltou
Logo ela profetizou
Que perca ou que ganhe
Com certeza vou ser mãe
Mãe, seja lá, de quem for.

Nem que eu seja mãe sem nome
Passe frio e passe fome
Ninguém vai interromper
Na vida o que eu quero ser
Os meus sonhos ninguém tome.

A menina fascinada
Pedia a gênios e fadas
Dava dó seu lamento
Implorava até ao vento
Já vivia angustiada.

Quero apenas um filho só!
Não sei qual seria melhor
Um filho ou uma filha
Quero aquele que brilhe
Parecendo a luz do sol.

Uma noite na madrugada
Ela acordou assustada
Foi uma fada rainha
Que a tocou com a varinha
Deixando-a transformada.

Todo corpo foi mudado
Por penas acobertado
Com asinha para o ar
Assim começou a voar
O passarinho encantado.

A fada falou baixinho
Com calma e muito carinho
Você é pássaro, não é gente
Voe feliz e contente

E cante como passarinho.

Foi grande a surpresa dela
Voando pela janela
Foi para as árvores, não para rua
Transformada em mãe da lua
Para sempre é o nome dela.

Quando a lua vem clarear
Se ouve o seu cantar
Dizem que ela é feliz
Quando ela canta ela diz
Ra rá, ra rá ,ra rá.

(Poema de Severina Maria dos Santos, de Olho d'água, em
Capim).

Plantas que curam

Nós encontramos na natureza tudo que precisamos, desde os produtos mais simples até os mais elaborados, incluindo os que possuem alta tecnologia: tudo vem da natureza. Porém, o desenvolvimento das tecnologias vem afastando as pessoas dos bens da natureza, sendo difundida pelas ciências a ideia de que o que possui muita tecnologia agregada tem maior importância e credibilidade.

Desde o início da história da humanidade, o ser humano usa as plantas em seu dia a dia, seja na alimentação ou no tratamento da saúde. A cura pela natureza é um hábito passado de geração em geração. Na região do Vale do Mamanguape, devido à grande diversidade da fauna e da flora, também por causa do conhecimento acumulado através do tempo por experiências dos antigos e repassadas por gerações de camponeses e indígenas, é possível a utilização de uma grande variedade de plantas com propriedades de cura. Seguem alguns exemplos de plantas presentes na região que são utilizadas para a cura de algumas doenças, assim como a sua indicação e modo de preparo.

Mastruz

Figura 63: Pé de mastruz.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Age como anti-helmíntica, antimicrobiana e antirreumática. As folhas são indicadas para doenças de pulmão e estômago. As pessoas sensíveis ao ascaridol devem usar moderadamente.

Preparo: A planta fresca, cortada em pedaços e machucada, é usada como vermífuga em casos de Ascarídeos (lombrigas), Ancilóstomos (vermes do amarelão) e Oxiúros (verme que parasita o intestino grosso do homem). Machuque 20 folhas verdes e misture-as a 100 ml de leite, mel de abelhas ou suco de laranja. Beba em um só dia e repita o procedimento após dez dias. As crianças com peso

entre 10 e 20 kg devem beber 1 colher de sobremesa de uma só vez. Já crianças com peso entre 20 e 40 kg podem beber 1 colher de sopa. Jovens e adultos devem ingerir de 2 a 3 colheres de sopa. A planta triturada é usada em ferimentos e inflamações da pele, por meio de compressas, ataduras e pomadas. Serve ainda para tratamento de contusões e fraturas.

Colônia

Figura 64: Colônia.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: É aplicada no tratamento da hipertensão arterial e dos estados de ansiedade, febre, gripe, dor de cabeça e congestão nasal. Também age como calmante e diurético.

Preparo: Faça o chá com pedaços de uma folha fresca em 1 litro de água (fervente). Cubra e deixe esfriar. Ao ficar róseo, pode ser bebido. O chá deve ser preparado e consumido no mesmo dia. A dosagem deve ser de 1 xícara de chá duas a três vezes ao dia, durante três dias. As flores também resultam num saboroso chá aromático. Para congestão nasal, utilize 3 flores para 2 copos de água fervente e faça a inalação dos vapores.

Cidreira-de-arbusto

Figura 65: Arbusto de erva cidreira.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Tem ação calmante, espasmolítica, analgésica, sedativa, ansiolítica, expectorante e mucolítica. Também serve para as cólicas uterinas e intestinais.

Preparo: Faça o chá com 100g de folhas, flores e ramos em 1 litro e meio de água. Deixe ferver. Beba ainda quente, em temperatura ambiente ou gelado, de 1 a 5 xícaras de café ao dia ou quando interessar. Não tem contraindicações.

Babosa

Figura 66: Babosa.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Tem ação cicatrizante e antimicrobiana sobre bactérias e fungos. Ideal para tratamento local de ferimentos e

queimaduras da pele e mucosas, como as cérvico-vaginites, úlceras gástricas e hemorroidas. Também possui atividade laxante.

Preparo: Use o sumo mucilaginoso recém-retirado de pedaços de folhas frescas ou a mistura da folha triturada com álcool (alcoholatura), como supositório. Nas queimaduras da pele, use sumo fresco aplicado diretamente ou em pedaços cortados da própria folha. Nesse caso, limpe a folha com álcool ou com água sanitária diluída, antes da aplicação. Utilize os pedaços de folhas cortados como supositório para tratamento de hemorroidas. Nas contusões, entorses e dores reumáticas, use a alcoholatura preparada na trituração de 50 gramas das folhas descascadas em 1 litro e meio de uma mistura de álcool e água. Após coar em pano, aplique em compressas e massagens nas partes doloridas. Como laxante, use a resina em pó na dose de 0,1 a 0,2 gramas misturadas com água e açúcar, ou na forma de pílulas. A resina pode ser preparada por secagem ao sol ou ao fogo. Ela é obtida a partir do sumo que escorre das folhas cortadas no tronco e penduradas com a parte cortada (grossa) para baixo, por período de um a dois dias.

Arruda

Figura 67: Pé de arruda.



Fonte: Acervo pessoal.

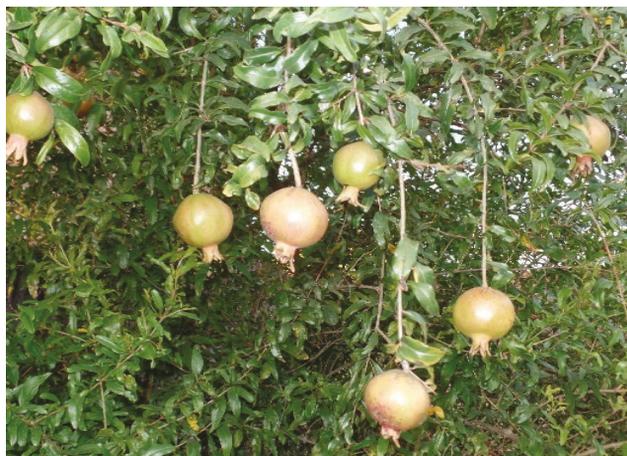
Indicação: Atua em problemas menstruais, doenças do fígado, dor de ouvido, verminose, inflamações, febre e câimbras. Não é recomendável para gestantes.

Preparo: O sumo é obtido espremendo-se as folhas. O sumo serve para aliviar a dor de ouvido. Instile duas a três gotas ainda mornas no ouvido. Prepare o chá, por infusão, a partir de 1 colher de café de folhas picadas em 1 xícara de chá de água fervente. Deixe amornar e use a dose de 2 xícaras de café por dia, até obter resultados positivos com o tratamento. Serve para regular a menstruação. As

folhas amassadas servem para lavar feridas. Em maceração, deixe de 4 a 6 gramas de folhas frescas ou 2 a 3 gramas de folhas secas em 1 xícara de café com água fria, durante o período de 6 a 12 horas. Beba duas vezes ao dia, em casos de amenorrea, durante cinco dias.

Romã

Figura 68: Pé de romãs.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: A casca do caule ou da raiz é empregada em casos de tênia (solitária) do ser humano e dos animais, como gatos. Elimina vermes da esquistossomose nos reservatórios de água contaminados. A casca do fruto tem ação adstringente, antimicrobiana (no caso de staphylococcus), e antiviral (em vírus do herpes genital). Em geral, é indicado para o tratamento de dores de garganta, rouquidão, inflamação da boca e locais infectados pelo herpes.

Preparo: Prepare o cozimento com 40 a 60 gramas de cascas do caule ou da raiz em 150 ml de água. Deixe ferver por 15 minutos. Em seguida, coe e beba 50 ml três vezes ao dia. No dia seguinte, beba um laxante para expulsar os vermes mortos. Use a casca do fruto em pequenos pedaços, chapando-os lentamente. Pode usar também o decocto preparado com 10 gramas de cascas para um copo de água, em gargarejos ou bochechos. O decocto pode ser usado em herpes genital, na forma de lavagens. Na inflamação de boca e da garganta, masque 10 pedaços pequenos da casca do fruto por dia. A infusão das folhas é usada nos casos de diarreia e leucorréia.

Sabugueiro

Figura 69: Sabugueiro.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Tem ação diurética, anti-inflamatória, antipirética, antisséptica e cicatrizante. Usada no combate a resfriados, gripes, anginas, tosses e sinusites. As cascas agem no tratamento de artrites, nefrites, cálculos renais reumatismos (gota e artrite). O decocto é usado ainda para obesidade, cistite e constipação. Também atua no combate a sarampo e catapora.

Preparo: Faça o infuso com flores, limão e mel, usando 10 gramas de flores para 100 ml de água. Beba 1 xícara de café três vezes ao dia, durante cinco dias. O infuso também pode ser feito com 1 colher de chá de entrecasca picada e 1 xícara de chá de água em fervura por 5 minutos. Beba 1 xícara (chá) de duas a três vezes

ao dia, por 5 dias. O decocto é preparado com cascas e raízes. A cataplasma é feita a partir de flores amassadas e é aplicada com gaze para extrair abscessos e furúnculos. Prepare o chá com 1 colher de sobremesa de folhas secas e picadas e 1 xícara de chá de água fervente. Beba 1 xícara de chá de uma a duas vezes ao dia por cinco dias. Fique em repouso para obter resultado analgésico. Age também como sudorífero e no combate a sarampo e catapora.

Fedegoso

Figura 70: Fedegoso.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Pode ser usada como desobstruente, diurético, no combate às pneumopatias (doenças dos pulmões)

Preparo: O suco da planta é específico para as moléstias da pele. Coloque 20 gramas de folhas e flores secas para ferver, deixe esfriar e passe na região afetada. O decocto é usado na forma de gargarejos e bochechos para tratar aftas, estomatite, úlceras na garganta e faringe.

Saião

Figura 71: Saião.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Tem ação cicatrizante, anti-inflamatória, antimicrobiana, antiespasmódica e antiamenorréica (favorece a

menstruação). É usada no tratamento de anexite (inflamação dos anexos uterinos), gastrite, tosse, bronquite, inflamação do útero e do ovário. Ainda serve para desfazer tumores e combater dor de cabeça.

Preparo: Para desfazer tumores, use folhas esmagadas, levemente aquecidas e em compressas locais. Também é usada para combater dor de cabeça. Contra tosse e bronquite, faça um lambedor com 10 folhas frescas e 200 ml de água. Beba em jejum, diariamente, de 3 a 6 colheres (sopa), durante cinco dias. Para tratar anexite e gastrite, obtenha o sumo de 2 folhas, diluído em 100 ml de água, e beba uma vez ao dia por três dias.

Hortelã-miúda

Figura 72: Hortelã-miúda.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Como antiparasitário, no tratamento de diarreias por infestação intestinal de ameba ou giárdia, e de corrimento vaginal por tricomonas.

Preparo: As folhas secas podem ser usadas em pó ou em tintura. Use a dose de 4 ml do pó, três vezes ao dia, durante cinco dias. Pode misturar a dose de 125 mg de mel de abelhas ao pó. Use a tintura a 20% e beba 2 ml, três vezes ao dia, durante cinco dias. Também há a opção de se preparar suco de frutas com 6 a 10 folhas frescas, para ser bebido durante as refeições, 3 vezes ao dia, durante dez dias consecutivos após dias de pausa.

Goiabeira

Figura 73: Goiabeira.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Age como antidiarreica e nos casos de inflamação da boca e garganta.

Preparo: Use o chá dos brotos para diarreia. Em inflamações da boca e da garganta, faça gargarejos. Faça o chá com 3 a 4 brotos novos e 300 ml de água, deixando ferver por 10 minutos. Beba 100 ml, 3 a 4 vezes ao dia. A cada defecação líquida, beba a dose novamente. No caso de diarreia em crianças, faça o chá com 10 brotos novos em 1 litro de água fervida. Acrescentando-se 1 colher de sopa de açúcar e 1 colher de chá de sal. Pode ser usado como soro caseiro. Ofereça 50 ml do preparo, de 10 em 10 minutos.

Cajueiro

Figura 74: Cajueiro.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Tem ação anti-inflamatória, adstringente, antidiarreica, antiasmática, depurativa e tônica, podendo agir no combate à diabetes.

Preparo: Use, por via oral, os preparados feitos com a entrecasca, goma e o líquido da castanha do caju. O cozimento da entrecasca serve como antisséptico em bochechos e gargarejos e como anti-inflamatório em casos de feridas e úlceras da boca e afecções da garganta. A película que envolve a amêndoa tem ação anti-inflamatória. O uso de 5 a 6 amêndoas assadas ao dia baixa o teor de colesterol e triglicérides do sangue.

Capim-santo

Figura 75: Capim-santo.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Age como sedativo e espasmolítico. O chá das folhas, saboroso e aromático, é empregado para alívio de cólicas uterinas e intestinais, e no tratamento do nervosismo.

Preparo: Prepare o chá com 5 a 6 folhas frescas embebidas em 1 litro e meio de água fervente. Ou coloque de 1 a 3 gramas de folhas secas em 1 xícara de café com água fervente. Pode ingerir algumas vezes ao dia, sem risco de toxidez.

Sete-dores (Boldo)

Figura 76: Pé de boldo.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: É indicada para males do fígado, problemas de digestão, gastrite, dispepsia e azia.

Preparo: Prepare o chá abafando (infuso) 6 folhas frescas em 1 litro e meio de água fervente. Beba 1 xícara de café duas vezes ao dia, por três dias.

Alfavação

Indicação: O eugenol é seu óleo essencial e tem ação antisséptica local em casos de fungos *Aspergillus* e *Trichoderma* e bactérias *Staphylococcus*. O eucalipto é expectorante e desinfetante pulmonar. As folhas são usadas na preparação de banhos antigripais para crianças. Usa-se o chá como carminativo, sudorífico e diurético. Por possuir sabor e odor semelhante ao cravo da Índia, também é usado como condimento na culinária.

Preparo: As folhas localizadas nas extremidades da planta devem ser coletadas em torno do meio-dia. Das folhas e frutos, prepare o chá abafado ou tintura. A tintura serve para o uso antisséptico e aromático bucal, através de bochechos diários, após escovar os dentes. Prepare a tintura caseira em frasco de larga abertura, em que as folhas são mergulhadas em álcool até a metade. Em seguida, preencha o frasco com água. Deixe descansar por três dias e filtre. No tratamento de gripes, tosses e bronquites em crianças acima de dois anos, misture um litro de água fervente a 100 gramas de folhas e frutos e use na forma de inalação dos vapores ou banhos quentes. Para o banho, deixe amornar o preparado.

Eucalipto

Figura 77: Pés de eucalipto.



Fonte: Acervo pessoal.

Indicação: Indicada como antisséptico, antinatural, antiasmático, digestivo, hemostático e febrífugo.

Preparo: Faça o cozimento de 5 folhas frescas e 200 ml de água, deixando ferver por 15 minutos. Beba uma xícara de chá do decocto duas a três vezes ao dia, ainda quente. As folhas são usadas em banhos de cheiro e em saunas.

Alho

Indicação: É indicado como fungicida, antibacteriano, e antiviral, devido à alicina. O ajoeno presente no alho protege contra a trombose e reduz níveis de colesterol e arteriosclerose (gordura no sangue). Diminui ainda os níveis de triglicérides.

Preparo: Pessoas idosas ou safenadas devem ingerir 1 dente de alho, diariamente, como preventivo de acidentes cardiovasculares. A trituração e o cozimento decompõem os princípios ativos do dente de alho, que deve ser usado depois de cortado em fatias finas. Para prevenir a intoxicação hepática, beba durante o tratamento sucos ricos em vitaminas C, como acerola, laranja, goiaba, e caju. A vitamina protege o organismo dos efeitos tóxicos do alho. Os ferimentos infectados da pele devem ser tratados com alho esmagado na água. Para corrimento vaginal e mau cheiro causado por infecções, aplique na vagina um dente de alho perfurado, envolvido com gaze, antes de dormir.

Sanderline Potiguara, 2019

As plantas medicinais estão prontas para nos oferecer a cura específica que nós precisamos, através delas encontramos a renovação das nossas energias, a nossa cura física e espiritual. Elas podem ser usadas frescas ou secas, no preparo de lambedor, pomadas, chás, banhos, banhos frescos, coberturas de ervas e tratamentos holísticos. Tem que ter todo respeito quando a gente for colher a planta para utilizá-la, tem que respeitar os horários de descanso dela. Para fazer a coleta das plantas, é recomendado que no período de verão seja até as 8 horas da manhã, e à tarde a coleta deve ser feita das 4 às 6 horas da tarde, porque das 8h às 4h está no período mais forte do sol. As plantas se recolhem um pouco e o contato com o sol não é benéfico para que a gente está utilizam ela porque podem dar uma quantidade de toxinas maior. Todas as vezes que a gente coletar uma folha, um galho, alguma coisa de uma planta tem que pedir licença para essa planta porque ela é um ser vivo, tem um regente, tem um ser que mora nela. Nós indígenas respeitamos e devemos cultivar. No espaço das plantas medicinais existem os caboclos, né! Os seres encantados, os seres espirituais que fazem a guarda dessas plantas e que a gente também precisa respeitá-los para poder fazer a coleta.

A potiguara Sanderline nos ensina a produzir lambedores e pomadas:

Lambedor de Jenipapo

Para que serve: O lambedor de Jenipapo é maravilhoso e eficaz no tratamento de pneumonia, tuberculose e problemas respiratórios. Ele auxilia na limpeza dos brônquios e nos problemas de asma.

Ingredientes: Você vai precisar de 8 jenipapos maduros, se for fazer em grande quantidade; senão, você pega 4 jenipapos maduros, 1 litro de água, tire a casca e a semente, você vai utilizar somente a polpa.

Modo de preparo: Coloque no liquidificador e bata com água, vai ficar parecido com uma vitamina. Leve a pasta ao fogo e adiciona açúcar mascavo. Mexe e deixa cozinhando por 40 minutos. Deixe esfriar, e o lambedor está pronto. Adultos: tomar uma colher de sopa, três vezes ao dia; crianças: tomar uma colher de sobremesa, três vezes ao dia.

Lambedor do mangará da bananeira

Ingredientes: Vamos precisar de 1 mangará (tamanho médio), 1 recipiente de vidro com tampa, 1 kg e meio de açúcar mascavo.

Modo de preparo: Pica o mangará em pedaços pequenos e em seguida despeja o açúcar mascavo por cima, tampa o recipiente e deixe descansando por três dias. Durante os três dias, você deve balançar o vidro que é para o açúcar se envolver com o mangará.

Após os três dias, coa-se e toma-se o líquido, que é o xarope originado dessa planta.

Para que serve: Esse lambedor é excelente para tratar problemas de garganta, rouquidão, bronquite asmática e problemas respiratórios. Vale salientar que todos os lambedores, como não têm conservantes, precisam estar guardados em geladeira, durante todo o processo, tanto de uso quanto de armazenagem.

Pomada

Ingredientes: Um punhado de casca de barbatimão, um punhado de casca de aroeira.

250 ml de azeite de oliva, uma quantidade (que você possa medir na mão) de cera de abelha e a mesma quantidade de sebo de carneiro. Você também pode acrescentar folhas de eucalipto e folhas secas de canela de velho.

Modo de preparo: Leve ao fogo o azeite de oliva junto com as ervas e deixa ferver por 10 minutos, mexendo com uma colher de pau. Depois de retirar o fogo,coe e o óleo vai estar com as propriedades das ervas. Adicionar a cera de abelha e o sebo de carneiro; deixe derreter no óleo. Depois que derreter, coloque em um recipiente de vidro com tampa. Deixe descansando tampado para que endureça e vire a pomada. Além desses ingredientes da pomada, você pode acrescentar urucum que também é excelente para dores e inflamações, a babosa e outras ervas que possam potencializar o efeito do produto.

PARA NÃO TERMINAR

A região do vale do Mamanguape, com a chegada da UFPB, constitui-se como um polo de educação muito importante, que passou a potencializar a ação pedagógica para uma transformação social, política e econômica através da educação. Apesar de ser uma região composta predominantemente por camponeses e indígenas, com uma história, uma cultura e um ambiente que nos oferecem uma identidade própria, nunca tivemos a oportunidade de estudar o nosso território, de registrar o que somos. De forma geral, as histórias apresentadas nos livros e documentos oficiais são sempre vistas por olhares de fora, apresentando a narrativa de quem sempre nos dominou, ocultando a relação de dominação e opressão dos invasores sobre os povos originários do Vale do Mamanguape.

História, Cultura e Sustentabilidade do Vale do Mamanguape: livro paradidático para a Educação Básica surge com a finalidade de nós mesmos escrevermos a nossa história, conhecermos a nossa cultura e a riqueza ambiental que possuímos (nosso solo, nossos rios, nossas matas) e que, desde a invasão europeia dos nossos territórios, vem sendo surrupiada para servir ao capital. O livro também vem suprir a carência de subsídio para a formação dos nossos professores e para o enriquecimento da prática pedagógica das nossas escolas do campo e indígenas.

A obra foi construída coletivamente por professores e alunos da UFPB, do Campus IV, além de professores da educação básica dos municípios do Vale do Mamanguape e outros

colaboradores. Ela cumprirá um papel muito importante porque traz informações valiosas sobre os acontecimentos históricos, desde a ocupação dos nossos territórios por franceses, portugueses e holandeses, abordando a luta indígena para a preservação de sua cultura, chegando à retomada dos territórios e à luta camponesa por uma agricultura sustentável. Traz também uma abordagem bastante fiel sobre o nosso patrimônio ambiental e como essa riqueza vem sendo destruída pelas várias formas de atuação do capital. Por fim, apresenta uma imersão profunda na nossa cultura, que é o que nos garante a nossa identidade. Revalorizar essa cultura é um ponto importante para (re)significar nosso processo educativo para a transformação que almejamos.

Construímos, através de uma vasta pesquisa, nos mais variados temas, uma fonte rica de informações que pode servir de subsídio e consulta por outros pesquisadores que queiram enveredar nas pesquisas que busquem conhecer melhor nosso Vale do Mamanguape.

A obra não acaba aqui, o desafio apenas começou. Esperamos que, a partir dessa iniciativa, outras venham a surgir. O desafio maior é fazer com que esse conteúdo possa chegar na ponta, fazer com que, um dia, cada aluno da Educação Básica tenha acesso a esse material, por isso a pretensão é que se transforme em um livro didático para a educação básica do Vale do Mamanguape.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, João Teixeira. **Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Crvs, chamado vulgarmente, o Brazil**, [Atlas manuscrito colorido]. Lisboa, Portugal: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1640. inv. n. CF 162, fl. 4. [Cota: Coleção Cartográfica, nº 162. TT-CRT-162].

ALMEIDA, José Américo de. **A paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A união, 1980.

AMORIM, Paulo Marcos de. **Índios camponeses: os Potiguara de Bahia da Traição**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Museu Nacional Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1970.

ANDRADE, Gilberto. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1997a.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O rio Mamanguape**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997b.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

BELTRAME, L. F. C.; TAYLOR, F. C. Causas e efeitos da compactação do solo. **Lavoura Arrozeira**, Porto Alegre, v. 33, n. 318, p. 59-62, jan./fev. 1978

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (2006). A pesquisa participante e a participação da pesquisa. Um olhar entre tempos e espaços a partir da

América Latina. In: _____ e STRECK, Danilo Romeu (Orgs) (2006). Pesquisa Participante. O saber da Partilha. Aparecida, SP: Idéias e Letra. P. 21-54.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo; Belo Horizonte: EDUSP; Itatiaia, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 13).

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Formação territorial da mata paraibana**. 1750-1808. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro; Natal: Achiamé; Fundação José Augusto, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Global, 2006.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a fênix Paraibana**. Campina Grande: Grafset Ltda, 1986.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. “Moradia e Trabalho em Rio Tinto”. In: **Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências**. Fortaleza: Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS), 1986.

FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de história e cultura tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etnohistórico”. In: Carneiro da Cunha, Manuela (Org.), **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/SMC/ Companhia das Letras, 1992.

FERNANDES, João Batista. **O extinto Rio Tinto**. Recife: Imprensa Universitária, 1971.

FIALHO, Vânia. **Relatório de identificação da Área Indígena Jacaré de São Domingos**. Recife: FUNAI, 1988.

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. **História da Paraíba**. João Pessoa: A união, 1987.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

GERLIC, Sebastián; ZOETTL, Peter Anton (Org.). **Índios na visão dos índios: Potiguara**. Salvador: Hyêwá, 2011.

GÓES, Raul de. **Um suco emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares. Política e economia na capitania da Parahyba (1585-1630)**. (Tese) São Paulo. PPGH/USP. 2003.

HULSMAN, Lodewijk. **Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656**. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 154, 2006. p. 37-69.

LYRA, José Hailton. **Saber educar: iniciação a uma educação holística**. Santa Maria - RS: Allotti, 2004.

MARQUES. Cássio Ferreira (Org.). **Lendas e causas do Povo Potiguara**. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

MENDONÇA, Aldo Silva de. **Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapecerica**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia,

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MOREIRA, Rosicleide Silva. **Presença de narrativas orais no cotidiano do povo Potiguara**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

NASCIMENTO, E. P. do; ANDRADE, A. M. de. 2022: Brasil, emergente de baixo carbono e ambientalmente responsável? In: GIAMBIAG, F.; PORTO, C. (Org.) 2002. Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário. Rio de Janeiro: Campus, 201.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2005.

PALITOT, Estêvão Martins. **Perícia Antropológica Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór. Ação Ordinária nº 0000675-10.2009.4.05.8200 Destilaria Miriri x Funai e outros**. 1ª Vara da Justiça Federal na Paraíba. João Pessoa: 2015. (Digitado).

PANET, Amélia [et al]. **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: Unipê Editora, 2002.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das ligas camponesas aos assentamentos**. João Pessoa: Ideia, 2008.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Educação do campo, agroecologia e técnicas de manejo**. João Pessoa: Ideia, 2012.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)**. Dissertação

(Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VICENTE, Paulo Benício. **Ligas camponesas em Mamanguape - PB: Lutas e conquistas.** Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2003.

VIEIRA, José Glebson. **Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba.** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Marianna de Queiroz. **Entre terreiros, roçados e marés: um estudo sobre a organização doméstica entre os Potiguara do Litoral Norte da Paraíba.** Monografia (Bacharelado em Antropologia). Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2015.

AZEVEDO, Ana Lúcia Lobato de. **‘A terra como nossa’:** uma análise de processos políticos na construção da terra potiguara. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

BRITO, Maria de Fátima Campelo. **Relatório dos estudos de identificação da T. I. Potiguara de Monte-Mór.** Recife: FUNAI, 1996.

BRITO, Vanderley de. **A pedra do Ingá: Itacoatiaras na Paraíba.** João Pessoa: JRC, 2007.

DANTAS, Anna Aline R. S. **Rio Tinto, impacto do declínio econômico na organização espacial.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630)**. Bauru: Edusc, 2007.

MURA, Fabio; SILVA, Alexandra. Organização doméstica, tradição de conhecimento e jogos identitários: algumas reflexões sobre os povos ditos tradicionais. In: **Raízes**, Campina Grande, v. 33, n. 1, 2011. p. 96-117.

NIMUENDAJU, Curt. A habitação dos Timbira. In: **Detalhes: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, v. 8, 1944. p. 76-101.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘Índios Misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A Viagem da Volta. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2004.

PERES, Sidnei Clemente. **Relatório dos novos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Potiguar de Monte-Mór**. Brasília. FUNAI, 2004.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. **A Fundação do Brasil: testemunhos: 1500-1700**. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 1992.

TRINDADE, Sergio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

Outros Documentos

Caderno Territorial Zona da Mata Norte – PB. MDA (2015) a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas.

Resultados do universo. IBGE. Rio de Janeiro. 2012.

Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado – Município de Rio Tinto. Brasília. Ministério do Interior. 1972.

VILLARES E SILVA, Luís Fernando. **Informação Nº 285/PGF/PG/FUNAI/2005**. Processo Nº 08 620.1821/2000 (02 Vol.) Interessados: grupo indígena potiguara. Assunto: identificação e delimitação da terra indígena potiguara de Monte-Mór. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/procuradoria/docs/Parecer%20TI%20Potigura%20Monte-Mor.doc>. Acesso em: 22 mar.

SOBRE AUTORES

ANTONIO ALBERTO PEREIRA

Professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo e Indígena (GEPEDUCI).

ESTÊVÃO MARTINS PALITOT

Professor Doutor em Sociologia vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Efetivo do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da mesma instituição.

MOAMA LORENA DE LACERDA MARQUES

Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professora de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras do Campus IV da mesma instituição.

ANA PAULA BEZERRIL CELESTINO

Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela mesma instituição, pós-graduanda em Supervisão e Orientação Escolar pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL). Professora de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental. Bolsista do Programa de Licenciatura da UFPB no período de 2018-2019.

ANA MARIA GOMES RIBEIRO

Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pós-graduada em Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental pela mesma instituição. Gestora escolar e professora de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

GESSÉ VIANA DA SILVA

Graduando em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor de Tupi Antigo na Escola Estadual Índio Pedro Máximo, da aldeia Três Rios, na cidade de Marcação - PB.

JOÃO DOS SANTOS SILVA

Graduado em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Aberta Vida (UNA-VIDA) e Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Ensino Fundamental da rede privada no Centro Educacional Manoel Bento (CEMB). Bolsista do Programa de Licenciatura da UFPB no período de 2015-2018.

MARIA CAMILA DO NASCIMENTO

Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Voluntária do Programa de Licenciatura da UFPB no período de 2016-2019.

MARIA DO SOCORRO SILVA

Professora vinculada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, Formação de Professores/as e Práticas Pedagógicas

(NUPEFORP) e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFCG.

MARIA JOSÉ NASCIMENTO DE ANDRADE

Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e em Pedagogia pelo Instituto de Especialização Profissional (IEP). Pós-graduada em gestão, supervisão e orientação pelo Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu (ISESJT). Funcionária pública do município de Capim - PB.

MARIVALDO WAGNER SOUSA SILVA

Doutor e Mestre em Ciência e Engenharia de Materiais na Área de Reciclagem e Durabilidade de Materiais pela Universidade Federal de Campina Grande. Possui graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal de Campina Grande (2006). Atualmente, é Professor Efetivo Adjunto IV (Dedicação Exclusiva) do Curso de Design da Universidade Federal da Paraíba Campus IV, Chefe do Departamento de Design. Líder do Grupo de Pesquisa DeMaIS - Design, Materiais e Inovação Social. Atua em Projetos de Pesquisa e Extensão nas áreas de Inovação, Inovação Social e Desenvolvimentos Sustentável.

PAULO BENICIO VICENTE

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pós-graduado em Economia Política pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e pós-graduando em Educação do Campo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor na Educação Básica da rede pública municipal de Capim - PB e Cuité de Mamanguape - PB.

ROSICLEIDE SILVA MOREIRA

Graduada em Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista do Programa de Extensão da UFPB no período de 2015-2016.

SEVERINA MARIA DOS SANTOS

Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECR). Pós-graduada em Psicopedagógico Clínica e Institucional pela Faculdade de Ilha Solteira (FAISA) e em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar pela mesma instituição. Funcionária pública da rede municipal de ensino da cidade de Capim - PB.

COLABORADORES

DANIEIDE DA SILVA CANDIDO

Graduada em Bacharelado em Ecologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduada em Biologia pela Universidade Aberta Vida (UNA-VIDA) e graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPB.

DANIELE SOARES DA SILVA

Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Voluntária do Programa de Licenciatura da UFPB no ano de 2017.

ELIANE COSTA DA SIVA

Graduada em Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

GABRIELE ARAÚJO DA SILVA

Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista do Programa de Licenciatura da UFPB no ano de 2018.

GIVANILDO LIMA DE FARIAS

Artista popular da cidade de Capim - PB.

IVSON ANTONIO SOUZA E SILVA

Graduando em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Técnico em Edificações.

MARIA DOS PRAZES DA SILVA

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECCR). Professora nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA DA SILVA

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Infantil. Professora na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA DE CARVALHO

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

MARIA DE FÁTIMA SENA CAVALCANTE

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

MAYARA CARVALHO DA SILVA

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

SANDERLINE RIBEIRO DOS SANTOS

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Aberta Vida (UNA-VIDA) e em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-graduada da Especialização em Educação do Campo e mestranda em Ciências das Religiões pela UFPB.

VIVIANE DUARTE EVANGELISTA

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

EU

Este livro foi diagramado pela
Editora UFPB em 2020,
Impresso em papel Offset 75 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m².

“Nesse livro, educadores e educadoras da educação básica encontrarão reflexões que permitem reconstruir a história sob outra perspectiva, aquela dos povos originários. Também encontrarão sugestões de atividades didáticas (fruto de experiências vivenciadas pelo grupo aqui envolvido) que podem ser desenvolvidas com os/as aluno/as, no seio de seu território, o Vale do Mamanguape. As relações dos povos originários com o meio ambiente e suas expressões culturais, que resistem até hoje, são elementos necessários para acreditarmos que um mundo melhor é possível, e encontrarmos a coragem e a forma de sua construção”

Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
Diretora do CCAE/UFPB

